

Jean Carlos Vieira Santos
Vandervilson Alves Carneiro
(organizadores)

**PAISAGENS, ENCADEAMENTOS E
APRECIÇÕES INTERATIVAS**

Jean Carlos Vieira Santos
Vandervilson Alves Carneiro
(organizadores)

PAISAGENS, ENCADEAMENTOS E
APRECIÇÕES INTERATIVAS

Ituiutaba, MG
2021



© Jean Carlos Vieira Santos /Vandervilson Alves Carneiro (organizadores), 2021.
Editor da obra: Anderson Pereira Portugal.
Arte da capa: Anderson Pereira Portugal.
Diagramação: Eric Pereira Portugal.

Editora Barlavento

CNPJ: 19614993000110. Prefixo editorial: 87563/ Braço editorial da Sociedade Cultural e Religiosa Ilê Àsè Babá Olorigin.
Rua das Orquídeas, 399, Residencial Cidade Jardim, CEP 38.307-854, Ituiutaba, MG.
barlavento.editora@gmail.com

Conselho Editorial – Coleção Geografia e Meio Ambiente

Todas as obras da Editora Barlavento são submetidas a pelo menos dois avaliadores do Conselho Editorial.

Editora-chefe: Mical de Melo Marcelino

Pareceristas brasileiros

Dr. Rosselvelt José Santos

Dr. Giovanni F. Seabra

Dr. Antonio de Oliveira Jr.

Profª. Cláudia Neu

Dr. Jean Carlos Vieira Santos

Pareceristas internacionais

Dr. José Carpio Martín – Espanha

Dr. - Ernesto Jorge Macaríngue - Marrocos

Msc. Mohamed Moudjabatou Moussa –

Benin

Dra. Diamiry Cabrera Nazco – Cuba

Dra. Suclé Noemi Alejandre Jiménez – Cuba

Paisagens, encadeamentos e apreciações interativas.. Jean Carlos Vieira Santos /Vandervilson Alves Carneiro (organizadores). Ituiutaba: Barlavento, 2021, 288p.

ISBN: 978-65-87563-17-6

1. Geografia. 2. Paisagem. 3. Pesquisa

I. SANTOS, Jean Carlos Vieira. II. CARNEIRO, Vandervilson Alves

Data de publicação e postagem: 22/11/2021.

Todos os direitos desta edição foram reservados aos autores, organizadores e editores. É expressamente proibida a reprodução desta obra para qualquer fim e por qualquer meio sem a devida autorização da Editora Barlavento. Fica permitida a livre distribuição da publicação, bem como sua utilização como fonte de pesquisa, desde que respeitadas as normas da ABNT para citações e referências.

PREFÁCIO

Pensar a paisagem sempre foi um grande prazer e um imenso desafio para os geógrafos. Outras ciências que fazem uso deste conceito, ou categoria de análise do espaço, também são confrontadas com os mesmos fascínios e desafios. As paisagens do dia-a-dia são sempre densas e complexas. Possuem características que exigem métodos de estudo bem estruturados e coerentes.

São representadas pelos artistas, inspiram poemas, músicas, filmes, registros fotográficos, esculturas e outras formas de manifestação da arte e da cultura. Pessoas viajam milhares de quilômetros para contemplá-las e geógrafos dedicam vidas inteiras de estudo e pesquisa para desvendar suas riquezas.

Nossos sentidos físicos, emoções, experiências de vida, imaginação, sonhos, obras e existência no mundo são repletas de referências das paisagens com as quais interagimos cotidianamente. Por isso são tão importantes e encantadoras.

Livros que tratam delas (as paisagens) e de temas correlatos são, portanto, ferramentas importantes para entendermos melhor esta categoria de análise do espaço. Mas a grande diversidade de formas, de funcionalidades, de intencionalidades, de subjetividades e de temporalidades presentes em nosso entorno torna a abordagem científica da paisagem um desafio realmente apaixonante.

A presente obra, que foi organizada pelos professores Jean Carlos Vieira Santos e Vandervilson Alves Carneiro, traz uma série de textos que lançam luz sobre diferentes contextos paisagísticos, evidenciando abordagens temáticas bem diversificadas: cidades, campo, sustentabilidade, degradação ambiental, exploração de recursos naturais, ensino de geografia, saúde, mercado, produção, lazer, turismo, cultura e identidade e outros.

Os autores e autoras mergulharam fundo em seus temas, aportando reflexões criativas e críticas, o que torna a leitura prazerosa e instrutiva. As referências utilizadas por cada um(a) mostram embasamentos de grande qualidade acadêmica. As ilustrações, por sua vez, ultrapassam e muito o caráter exemplificante e cumprem o importante papel de documentar as pesquisas, o que torna os mapas, fotografias e outras figuras relevante pertinentes.

Enfim, estou seguro que a leitura deste livro trará para você, leitor e leitora, novos olhares para recortes paisagísticos de diferentes recantos do Brasil. Com este livro podemos observar como diferentes maneiras de pensar a ação humana sobre a paisagem produz territorialidades contraditórias, identitárias ou inquietantes.

Boa leitura!

Prof. Dr. Anderson Pereira Portuguesez
ICHPO/UFU

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	07
Releitura contemporânea das paisagens do Brasil <i>Idelvone Mendes Ferreira</i> <i>Estevane de Paula Pontes Mendes</i>	09
Sustentabilidade nas/das cidades como prática de ensino de Geografia <i>Vitor Hugo Ribeiro</i> <i>Marcio Roberto Ghizzo</i>	34
Análise socioambiental do processo de mineração de manganês na região do povoado de São José, Cavalcante (GO) <i>Shirley de Castro Gomes</i> <i>José Carlos de Souza</i> <i>Vandervilson Alves Carneiro</i>	66
A geografia da dengue em Anápolis (GO) entre 2010 e 2018 <i>Rafaela Cristina Souza</i> <i>Adriana Aparecida Silva</i>	90
Metamorfoses nas relações socioprodutivas e nas paisagens camponesas <i>Edevaldo Aparecido Souza</i> <i>José Novais de Jesus</i>	110

Qual a geografia que se vê? A paisagem como marco representativo no estudo sobre a cidade pequena <i>Pollyany Pereira Martins</i>	152
O mercado central de São Luís e suas relações com a identidade, o espaço e a memória ludovicense <i>Maurício José Morais Costa</i> <i>Kláutenys Dellene Guedes Cutrim</i>	191
Balneário dos Prazeres, Pelotas-RS: paisagens para além das aparências <i>Keli Siqueira Ruas</i>	223
Paisagem urbana criativa e turismo cultural <i>Jean Carlos Vieira Santos</i>	260
SOBRE OS AUTORES E AS AUTORAS	280

APRESENTAÇÃO

Atualmente, o trabalho investigativo se concretiza além do conhecimento científico consolidado em obras físicas. Ele apresenta uma mudança social e cultural na vida de pesquisadores, estudantes e diferentes leitores, com efeitos múltiplos, o que amplia as possibilidades de conhecimentos, diálogos, questionamentos, informações e apresentações de resultados relacionados a diferentes áreas do saber.

Nesse contexto, esta obra, em formato e-book, apresenta a coletânea “paisagens, encadeamentos e apreciações investigativas” ao reunir capítulos de pesquisadores de Goiás, Mato Grosso, Maranhão, Paraná e Rio Grande do Sul. Busca-se promover a divulgação científica e suas fundantes implicações para a tendência educativa atual, com olhares orgânicos à categoria paisagem, suas relações e variáveis.

Sendo assim, este trabalho traz diferentes discussões teóricas e empíricas em consonância aos seguintes conteúdos:

- Releitura Contemporânea das Paisagens do Brasil;
- Sustentabilidade nas/das Cidades como Prática de Ensino de Geografia;
- Análise Socioambiental do Processo de Mineração de Manganês na Região do Povoado de São José, Cavalcante/GO;

- A Geografia da Dengue em Anápolis/GO entre 2010 e 2018;
- Metamorfoses nas Relações Socioprodutivas e nas Paisagens Camponesas;
- Qual a Geografia que se vê? A Paisagem como Marco Representativo no Estudo sobre a Cidade Pequena;
- O Mercado Central de São Luís e suas Relações com a Identidade, o Espaço e a Memória Ludovicense;
- Balneário dos Prazeres, Pelotas/RS: paisagens para além das aparências;
- Paisagem Urbana Criativa e Turismo Cultural.

Tais capítulos revelam conexões potencializadas pela sublime tarefa de fazer pesquisa a partir de um conhecimento aprofundado e consciente. Assim, representam produções práticas e teóricas no tocante à vida acadêmica.

Os organizadores.

RELEITURA CONTEMPORÂNEA DAS PAISAGENS DO BRASIL

*Idelvone Mendes Ferreira
Estevane de Paula Pontes Mendes*

A estruturação das paisagens

“É preciso estudar o Brasil com seus encantos e suas tristezas, para ama-lo conscientemente: estudar a terra, as plantas, os animais, a gente do Brasil”.

ROQUETE PINTO – O Brasil e a Antropogeographia (1929)

O Brasil, devido a sua magnitude espacial, comporta um mostruário bastante complexo e completo das principais paisagens e ecologias do mundo tropical, configurando uma potencialidade paisagística regional brasileira, estruturada por domínios zonais e azonais que representam seus biomas e seus subsistemas, com suas particularidades e especificidades.

Esse complexo contexto paisagístico brasileiro atual é uma herança de processos fisiográficos e bioclimáticos de atuação antiga, que foram remoldados e modificados por processos naturais de atuação recente e que, atualmente, estão sendo modificados pela atuação do homem através da tecnificação. No processo inicial, as forças naturais gastaram milhões a dezenas de milhões de anos, atuando na estruturação geológica, estrutural e geomórfica da superfície terrestre. Por sua vez, esses processos remodeladores são modernos e recentes, restringindo-se basicamente aos períodos Terciário e Quaternário e podem ser mensurados numa escala de atuação de

processos interferentes, cuja duração gira em torno de alguns milhares ou dezenas de milhares de anos. Isso nos leva a afirmar que a paisagem é sempre uma herança de processos fisiográficos anteriores, pautados nos ciclos exumadores e modeladores da superfície terrestre, os quais aqui chamamos de ciclos geográficos, acentuados recentemente pela tecnogênese.

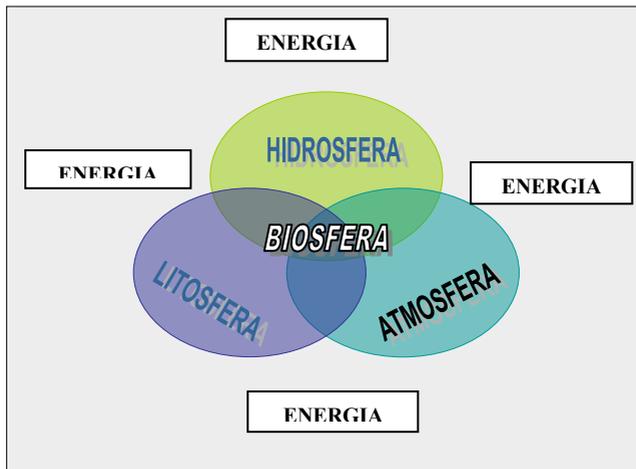
Considerando esses aspectos, numa perspectiva sistêmica, para entender a dinâmica das paisagens brasileiras, antes é necessário compreender o quadro físico-natural que as compõem e as dinamizam. Procurando explicar esse contexto da dinâmica sistêmica superficial do globo, Jenny (1941 *apud* MONIZ, 1975, p. 275-288), com base nos conceitos inicialmente emitidos por Dockuchaiev (1883), afirmou que, para compreendermos o quadro externo (processos morfo-pedogenéticos) da superfície terrestre, temos que compreender primeiramente as interações físico-químicas dos fatores genético-naturais que constituem essa dinâmica, cujos componentes foram equacionados numa fórmula simples, sendo a dinâmica superficial um reflexo da interação entre o material de origem (mo), o relevo (r), os aspectos climáticos (cl), a atuação biológica (o), num determinado espaço de tempo (t), culminando na estruturação de uma equação simples $\rightarrow S = f$ (mo, r, cl, o, t), muito utilizada, principalmente pela Pedologia e pela Geografia, para explicar a dinâmica das paisagens e seus processos evolutivos. Essa equação nos possibilita entender a dinâmica desses fatores que compõem os processos morfogenéticos das paisagens e a estruturação dos sistemas solos, onde analisa-se a estruturação e composição do material de origem (mineral e orgânico), representado pela litologia local e/ou regional, sob a influência da morfologia (relevo), responsável pela dinâmica dos processos erosionais e

deposicionais, principalmente a ação da água e do vento, em decorrência da atuação dos agentes do clima (umidade, temperatura, pressão) que agem física e quimicamente sobre o material de origem, em correlação direta com os aspectos do relevo e associação com a ação biológica dos seres vivos que podem acelerar ou retardar o processo, principalmente através dos organismos decompositores e da vegetação, que ora erode, ora deposita/acrescenta material. Todo esse processo ocorre num determinado espaço de tempo, de acordo com as condições e estrutura do sistema operante, ora mais favorável, ora menos favorável aos processos intempéricos e modificadores das paisagens, resultando nas diversificadas fitofisionomias que recobrem o Território Brasileiro, espaço para a atuação desenfreada do homem em seus processos de transformação das paisagens, visando a obtenção de benefícios socioeconômicos.

Nesse sentido, para compreendermos a dinâmica desse processo, temos que entender a dinâmica do “*Sistema Terrestre*”, conforme propõe Drew (1986, p. 19-42), onde representa o Sistema Terrestre, através de um gráfico de sistemas, fundamentado na interconexão de quatro subsistemas globais que se interagem, formando um todo – o Sistema Terrestre, como mostra a figura 1, o espaço de atuação do homem – a superfície terrestre.

Segundo essa visão de conjunto, a Terra opera como uma hierarquia de sistemas, todos parcialmente independentes, mas firmemente vinculados entre si, formando ciclos que envolvem a dinâmica dos ecossistemas terrestre, uns mais, outros menos vulneráveis à dinâmica dos fatores genético-naturais que atuam na estruturação das paisagens.

Figura 1 – Sistema Terrestre – Interação e interconexão dos grandes conjuntos do ambiente natural.



Fonte: Modificado de Drew (1986, p. 21).

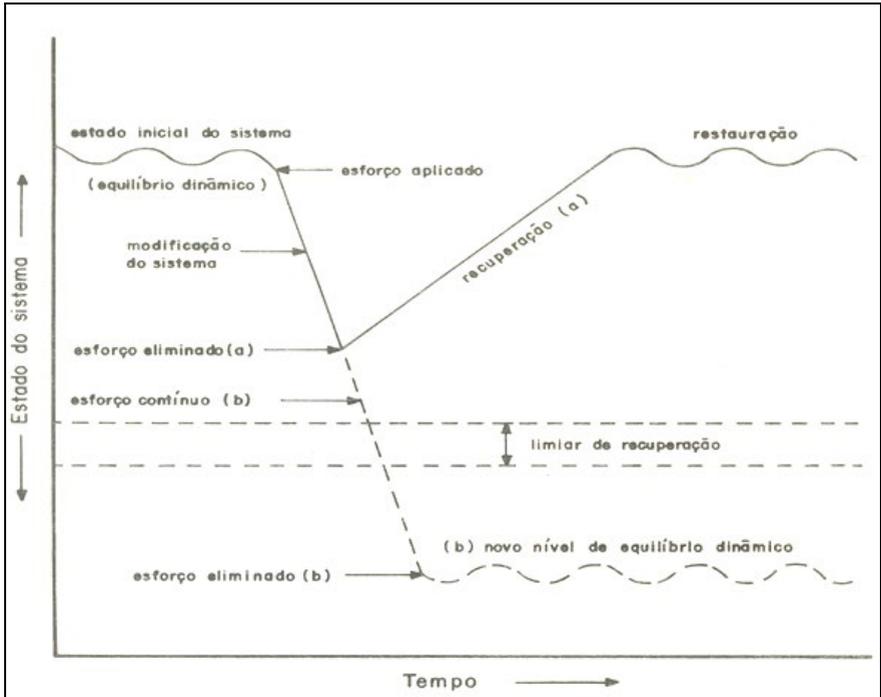
A figura 1 acima mostra o sistema terrestre aberto, onde há entrada e saída constante de energias, ocorrendo à interação entre os três grandes subsistemas e, na interconexão destes três, ocorre a atuação do quarto subsistema, o biosférico, completando a percepção ecossistêmica desse sistema terrestre, palco da atuação descontrolada do homem através da tecnogênese.

É importante ressaltar que, nesse complexo sistema, o subsistema biológico terrestre atua na interconexão dos outros três subsistemas (atmosférico, litosférico e hidrosférico). Se ocorrer qualquer desequilíbrio em um ou mais desses subsistemas, todo o conjunto é afetado, mostrando que a interdependência entre ambos é verdadeira, o que caracteriza uma relação ecodinâmica desse processo. Não há como

desvincular um subsistema do outro. Nessa percepção, pode-se afirmar que a tecnogênese é um fator de desequilíbrio desse complexo sistema terrestre, onde o homem busca formas variadas de apropriação dos recursos naturais.

Nesse sentido, outro gráfico proposto por Drew (1986) mostra essa dinâmica na superfície terrestre (figura 2). A figura 2 acima mostra a reação de um sistema ambiental perante um esforço ou tensão que lhe é imposto num momento qualquer; com uma possível cessação do esforço antes de atingir o nível do limiar de recuperação há condições para recuperação e restauração; com a continuação do esforço aplicado, até que o sistema ultrapasse o nível do limiar para restauração, não há mais condições para o sistema voltar ao estado original. Quando há eliminação do esforço, a estabilização ocorre em um novo nível de equilíbrio (DREW, 1986, p. 30).

Figura 2 – Relação de um sistema ambiental perante um esforço ou tensão que lhe é imposto num dado momento do tempo e espaço.



Fonte: Drew (1986, p. 30).

A representação gráfica (figura 2), o *Gráfico de Sistemas*, nos dá uma noção de como o sistema fisiográfico da superfície terrestre é complexo e depende de um conjunto de fatores naturais que interagem, alterando constantemente as paisagens, caracterizando as heranças fisiográficas, responsáveis pela atual paisagem que visualizamos, que é o atual palco da atuação humana.

Nessa perspectiva, não podemos deixar de ressaltar a existências das Leis Geográficas Gerais da Terra, como demonstra Kalenisk (1958), que regem os processos ecodinâmicos da *Landschaft-esfera* (superfície da Terra), nas relações com sua composição, na sua estrutura, no seu desenvolvimento e na sua distribuição territorial. Esses aspectos diferentes constituem um todo intimamente ligado e de ações recíprocas. Esses componentes formam combinações diversas nas várias partes da superfície do globo, configurando domínios estruturais e fisiográficos que se distinguem uns dos outros por seus aspectos e composições, ressaltando especificidades e diferenças.

Essas Leis Gerais da Terra se configuram na Integridade da *Landschaft-esfera* – onde todos os fenômenos são interligados; no Processo Circular de Matérias da *Landschaft-esfera* – todos os processos são circulares e cíclicos; nos Fenômenos Rítmicos da *Landschaft-esfera* – todos os fenômenos têm ritmos próprios; e na Zonalidade dos Fenômenos – os fenômenos são zonais na superfície terrestre; não esquecendo de considerar ainda a Escala Temporo-espacial – os fenômenos dever ser entendidos por sua particularidades locais e segundo sua escala evolutiva, numa continuidade interativa e evolutiva, cujo resultado é a luta dos processos exógenos e endógenos, gerando como resultado uma constante alteração da paisagem global e seus contextos regionais e locais, configuradas pelas peculiaridades e particularidades de cada domínio e seus ecossistemas e, mais recentemente, a atuação humana através da tecnogênese, transformando e até mesmo criando novas paisagens. Nesse processo, questionamos até onde vai a resiliência desses complexos sistemas naturais sob a

intensa atuação socioeconômica da espécie humana? O tempo responderá ao homem de forma clara e direta. Quem viver, verá!

Essa visão sistêmica parte dos pressupostos apresentados por Bertrand (1971) e outros estudiosos que vem estudando a superfície terrestre, como sendo o objeto da Geografia, que sistematizou uma hierarquização da paisagem numa visão ecossistêmica e dinâmica, fundamenta nas teorias Bio-resistásica (predomínio da pedogênese) e Resistasia (predomínio da morfogênese), onde o espaço (superfície terrestre) é palco de combinações dinâmicas de elementos instáveis e de elementos geográficos diferenciados – físicos, químicos, biológicos e antrópicos, numa interação evolutiva constante. No presente contexto, destacamos a atuação biológica enquanto agente modificador das paisagens, visto que ela age quimicamente e/ou fisicamente e, mais recentemente, através da tecnogênese.

A taxonomia proposta por Bertrand (1971) resume em seis níveis à estruturação da paisagem, agrupadas em dois conjuntos distintos quanto as escalas perceptivas e de intervenção: uma Superior – de escala global e fora do domínio e intervenção biótica; e uma inferior – de escala regional, passível do domínio biótico, combinando aspectos estruturais, climáticos e bio-ecológicos, assim configurados:

I - Unidades Superiores – Procura dar uma configuração global, considerando aspectos mais gerais como a zonalidade climática e as macro-estruturas tectônicas, estando fora de um potencial de domínio e intervenção biológica, abrangendo grandes áreas, passíveis de uma escala menos detalhada. Compreende as Zonas – a maior unidade taxonômica para hierarquização da paisagem, caracterizada pela escala tempo-

espacial como Grandeza I, configurada por uma zona climática global, que se dividem nos Domínios - caracterizando domínio estrutural continental, configurando uma escala tempo-espacia de Grandeza II, que, por sua vez, se dividem nas Regiões Naturais - configuradas na escala temporo-espacial como Grandeza III – IV, representando paisagisticamente uma região estrutural, passível de maior detalhamento em função da escala temporo-espacial.

II – Unidades Inferiores – Compreendem níveis taxonômicos regionais e/ou locais, partindo de uma visão biológica, onde considera-se, principalmente, as fitofisionomias do sistema, chegando-se a unidades com até poucos metros quadrados, a nível de micro-ambientes climáticos, configurando escalas de detalhe mais acurados. Compreende os Geossistemas - configurados na escala temporo-espacial como Grandeza IV – V, caracterizados por representarem uma unidade estrutural associada com um domínio fitobiológico cujas características poder ser melhores evidenciadas em função da escala, que pode ser dividido nas Geofácies - configuradas na escala temporo-espacial como Grandeza VI, caracterizando um estágio, andar ou agrupamento fitofisonômico, passíveis de serem divididos nos Geótopos – a menor unidade taxonômica para hierarquiação da paisagem, configurados na escala temporo-espacial como Grandeza VII, caracterizando uma biocenose subordinada a um microclima, cujas particularidades podem ser evidenciadas em função da escala da área. Tecnicamente é a unidade passível de melhor detalhamento em função de sua dimensão e configuração na escala hierárquica das paisagens, podendo-se considerar como sendo as unidades de grandeza mais afetadas pelos diferentes processos de atividades do homem.

Essa hierarquização geosistêmica possibilita uma melhor cartografia e representação das paisagens e domínios geográficos existentes na superfície terrestre, considerando a interação dos vários e diferentes elementos constitutivos da fisiografia, num processo de compreensão ecodinâmica – os meios estáveis, instáveis e intergrades propostos por Tricart (1972), segundo suas particularidades e interveniências na superfície terrestre – o palco de atuação do homem.

A compreensão dessas dinâmicas das paisagens possibilita ao geógrafo, e outros profissionais correlatos, uma visão de síntese da superfície analisada, cujas características podem ou não serem evidenciadas em função da capacidade de interpretação e descrição das características fisionômicas da paisagem. Infelizmente a Geografia está perdendo essa capacidade de síntese e interpretação das paisagens em detrimento de uma maior ênfase as questões sociais e uso exagerado de geoferramentas, numa vã suposição que a técnica substitui a capacidade perceptiva e interativa dos aspectos das paisagens vivenciadas. Cabe ao geógrafo resgatar essa capacidade de interpretar as características fisionômicas da superfície terrestre, reaprender a “ler” as características dos componentes nos diferentes sistemas que compõem a superfície terrestre, para entender o processo evolutivo das mesmas e nelas saber atuar. A Geografia sempre foi a Ciência responsável por descrever a superfície da Terra.

Paisagens do Brasil - uma releitura

“A Civilização tem o dever de conservar as riquezas inexploradas da Terra, reservas destinadas às gerações futuras e de defender as que estão em produção, contra a exploração imprevidente.”

Alberto Torres – O Problema Nacional Brasileiro (1933).

Para melhor compreender as descrições das paisagens do Brasil, necessário se faz retomar alguns estudos. Ainda nos idos do ano de 1817, o Padre Manoel Aires de Casal, produz uma obra primorosa sobre os aspectos paisagísticos do Brasil, considerando-se os recursos existentes à época – ‘*Corografia Brasílica*’ – tida como sendo a primeira descrição geográfica do território do Império do Brasil, onde faz um relato/descrição bastante claro dos aspectos naturais e socioculturais das paisagens de então, descrevendo as características das Províncias administrativas do Império à época. Posteriormente, em 1828, os naturalistas C. F. von Martius e outros publicam trabalhos sobre suas andanças no interior do Brasil, entre os quais ‘*Flora Brasilensis*’, onde pode-se ver a descrição de diferentes aspectos do Brasil. Ainda, nos idos dos anos 1930, A. J. de Sampaio publica duas obras muito importantes: ‘*Phytogeografia do Brasil*’ (1934) e ‘*Biogeografia Dinâmica: a Natureza e o Homem do Brasil*’ (1935), onde são apresentados aspectos de contextos naturais e das características do homem de então, as quais considero fundamental para a compreensão das diferentes paisagens desse imenso território chamado Brasil.

Mais recentemente, baseando-se nesse complexo e intrincado emaranhado de conceitos e definições que a Geografia vem criando – mas que na realidade continua sendo

tudo componentes da superfície terrestre, o real objeto de estudo da Geografia, entre outros aspectos, Ab'Sáber (1970) divulgou um estudo sobre o Território Brasileiro, onde apresentou uma hierarquização fisiográfica das paisagens, o qual chamou de “*Domínios Morfoclimáticos do Brasil*”, cujas áreas *core* estão relacionadas as regiões climato-botânicas, áreas geopedológicas, províncias fitogeográficas e regiões hidrológicas e biogeográficas bem definidas, estruturadas em seis (06) Domínios que, posteriormente, sofreram uma adaptação de linguagem (1977), quando Ab'Saber os passa a chamar de “*Os Domínios Paisagísticos Brasileiros*”

Segundo essa acepção, os Domínios Morfoclimáticos e Paisagísticos Brasileiros – na concepção de Ab'Saber (1970; 1977), são:

I - Domínio Amazônico – que inclui as terras baixas florestadas equatoriais;

II - Domínio do Cerrado – que inclui os chapadões tropicais interiores com diferentes fitofisionomias de Cerrado e Matas Ciliares;

III - Domínio dos Mares de Morros – que inclui as áreas mamelonares Tropical-Atlântica florestadas, na porção leste do Brasil;

IV - Domínio da Caatinga – que inclui as depressões intermontanas e interplanálticas semiáridas;

V - Domínio das Araucárias – que inclui os planaltos subtropicais com araucárias;

VI - Domínio das Pradarias – que inclui as conxilhas subtropicais com Pradarias Mistas;

VII - Faixas de transição – que são as áreas não diferenciadas que ocorrem entre os demais domínios.

Cada um desses Domínios Morfoclimáticos é caracterizado por revestimentos florísticos e particularidades edáficas que constituem os melhores exemplos de complexos fisiográficos e arranjos poligonais conhecidos no cinturão das áreas tropicais do Globo. Entretanto, em decorrências de suas complexas composições, é quase impossível uma delimitação cartográfica precisa dos mesmos, tanto dos seus contornos geomófico-climáticos, como das configurações biogeográficas e fitopaisagísticas. Há uma sazonalidade decorrente das várias configurações dos fatores e elementos paisagísticos que os compõe, principalmente pelo fato de que cada domínio morfoclimático possui uma área *core* (área nuclear) e zonas ou faixas de transição (ecótonos), onde se interpenetram, se diferenciam e, às vezes, se misturam em mosaicos complexos, contendo componentes de duas ou três áreas de contato, como por exemplo as áreas de transição do Domínio do Cerrado. Nesses domínios há uma complexidade geológico-estrutural, onde ocorrem terrenos de idades e litologias variadas, pertencentes a diferentes escudos e/ou a bacias sedimentares. Geralmente, somente às áreas *core* apresentam individualidades fisiográficas plenas, apresentando feições geográficas originais caracterizadas por fatos climato-botânicos específicos, completando fatos de ordem hídrica e pedológicas, refletindo em configurações fitopaisagísticas e biogeográficas específicas (Cerrado, Matas – Amazônica e Atlântica, Caatinga, Araucária, Campos, Pantanal), onde as ações intempéricas atuam de

maneiras particulares e individualizadas, segundo a configuração morfoclimática e estrutural da região.

Os Domínios Morfoclimáticos e/ou Paisagísticos Brasileiros configuram uma representação ecológica e geográfica do Território Brasileiro, sendo reconhecidos, até o momento, seis ou sete grandes domínios paisagísticos e macroecológicos (depende da configuração adotada) em nosso País. Desses seis domínios propostos inicialmente por Ab'Saber (1970), quatro domínios são intertropicais (Amazônico, Caatinga, Cerrado e Mares de Morros), cobrindo uma área de mais de 7 (sete) milhões de Km². Os outros dois domínios são subtropicais (Pradarias e Araucárias), com aproximadamente 500 mil Km² de área em Território Brasileiro, vistos que também são representados em Países vizinhos e fronteiriços do Brasil, ainda temos que considerar o Domínio do Pantanal, na porção Oeste do Brasil, cujas características são bastante particulares e específicas. Eminentemente Brasileiros temos três domínios: Cerrado, Caatinga e Mares de Morros – que é recoberto pela fitofisionomia da Mata Atlântica, na porção Leste do Continente Sul Americano. Alguns estudiosos das paisagens brasileiras afirmam que o Domínio do Cerrado não é eminentemente Brasileiro. Porém, se analisarmos suas características e composição biogeográfica, além dos aspectos edáficos, constata-se que o Cerrado se enquadra, com certeza, como uma fitofisionomia única do Brasil, diferentemente dos Lhanos (Venezuela), Chaparais (Mexico e Estados Unidos), Jungle (Índia) e Savana Africana, ambas fitofisionomias de Savanas, porém diferem em alguns aspectos estéticos e fisiográficos do Cerrado, fato que nos leva a afirmar que o Domínio do Cerrado é único do Brasil, por apresentar singularidades fitofisionômicas decorrentes das relações

estruturais, climáticas e principalmente edáficas regionais, como por exemplo o subsistema de Veredas, fitofisionomia típica do Cerrado e que não ocorre em outro domínio paisagístico.

Nas interfaces entre os Domínios Paisagísticos do Brasil encontram-se as Faixas de Transição, configurando áreas de Ecótonos e/ou tensão ecológica. Essas áreas apresentam características próprias, muitas vezes servindo com áreas de corredores ecológicos e/ou biogeográficos por onde as espécies de seres vivos se dispersam e intercomunicam entre as paisagens dos Biomas Brasileiros e até mesmo Sul-Americanos.

Nessa configuração paisagística de Domínios Morfoclimáticos, o Domínio do Cerrado ocupa uma posição privilegiada, estando sua área *core* na região dominada pelo Planalto Central Brasileiro, configurando-se como um Domínio de Interligação entre os demais complexos paisagísticos, configurando-se como área de integração ecológica e biogeográfica brasileira. Esse aspecto fica evidenciado pela composição fauno e fitoecológica de suas paisagens, uma vez que ocorre a presença de várias espécies de seres vivos presentes nos demais Biomas Brasileiros. Esse fato ainda pode ser reforçado pelo fato da área do Cerrado estar numa região onde estão as principais nascentes da rede hidrográfica do Brasil, configurado nas paisagens das Veredas, vertendo águas principalmente para as bacias Amazônica, Araguaia/Tocantins, Platina e Sanfranciscana, fato esse que caracteriza o Cerrado como o “berço” das águas do Território Brasileiro, hoje sendo as paisagens mais afetadas pelos processos de transformações tecnogênicas para as atividades da agropecuária de precisão.

Essa configuração paisagística em Domínios Morfoclimáticos do Brasil, apresentada por Ab'Saber (1970) e mais recentemente por outros estudiosos, baseia-se na compreensão do arcabouço geológico, geomorfológico, climático, edáfico e fitoecológico do Território Brasileiro, corroborado por estudos de viajantes pelo Brasil afora, como Augusto Saint-Hilare (Séc. XIX), Aires de Casal (1817), Von Martius e Von Spix (1828), Melo Leitão (1937), Fernando Flavio de Almeida, Octavio Barbosa, Aroldo de Azevedo, anos 1950/60, Orlando Valverde, anos 1950/60/70, Jean Tricart, Speridião Faissol, João Bigarella, Edmond Nimmer, Helmut Troppmair, Antonio Christofolletti, anos 1960/70, entre tantos outros estudiosos, capitaneados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE e pelas Universidades espalhadas pelo Brasil, que andaram em momentos distintos pelas diversas paisagens brasileiras, dando uma configuração mais próxima da realidade da que foi expressada pelos viajantes estrangeiros nos séculos anteriores, principalmente nos Séculos XVIII e XIX, bem como partem da premissa da necessidade de entender as heranças de paisagens pretéritas para se entender as atuais, como por exemplo, entender o processo exumador pluvio-fluvial e eólico dos Ciclos Velhas e Sul-Americano, mascarados principalmente pelas variações climáticas ocorridas no Quaternário, seus processos intercorrentes e suas particularidades regionais/locais, segundo a hierarquia das paisagens.

Procurando dar uma nova configuração às estruturas geomorfológicas brasileiras, Jurandir Ross, na obra Geografia do Brasil, editada em 1995, com base nos trabalhos desenvolvidos no Projeto RADAMBRASIL, do qual fazia parte, (anos 1970 e 1980), realizado através de imagens radarmétricas

no espectro infravermelho e outras representações cartográficas, apresenta uma nova configuração, disposta em 28 unidades, compreendendo Planaltos, Depressões e Planícies, considerando a imposição morfométrica do relevo como fator determinante para a estruturação das paisagens, no geral, desconsiderando o conjunto de elementos ecodinâmicos que compõem as paisagens. Essa classificação ainda está se cristalizando no meio acadêmico, representando novas perspectivas para interpretar a dinâmica das paisagens do Território Brasileiro.

Posteriormente a isso, a partir dos anos 1990, o IBAMA, juntamente com a WWF-Brasil, vem desenvolvendo estudos procurando uma melhor representatividade dos aspectos das paisagens brasileiras, tendo, em 2001, apresentado um trabalho sobre o “*Estudo de representatividade ecológica do Brasil*” (ARRUDA, 2001), pautado em sete (07) Ecossistemas, que estão divididos em 49 Ecorregiões, as quais, são entendidas como sendo um conjunto de comunidades naturais, geograficamente distintas, e que compartilham a maioria de suas espécies e processos ecológicos. Nessa nova configuração paisagística brasileira, além dos seis domínios paisagísticos apresentados por Ab’Saber (1970 e 1977), são apresentados mais dois – o Pantanal, um Domínio típico que ocorre na região Oeste do Brasil Central, numa área de sedimentação recente, configurando um enclave paisagístico diferenciado dos demais e único no Mundo, e o Costeiro – um Domínio advindo da subdivisão do Domínio de Mares e Morros, formado pelas áreas Litorâneas de Praias e Manguezais.

Além desses acréscimos, a terminologia é alterada para três domínios paisagísticos: a área correspondente ao Domínio de Mares de Morros – passa a ser configurada como Mata

Atlântica; a área do Domínio das Pradarias - passa a ser denominada de Campos Sulinos; e ocorre a supressão do Domínio das Araucárias, que passa a ser configurado apenas como uma Ecorregião, em decorrência de praticamente já ter desaparecido enquanto domínio paisagístico vegetal natural, pela atuação antrópica desenfreada que a devastou – processo tecnogênico.

Alguns outros estudos foram apresentados, porém desprovidos de fundamentação lógica ou ainda são pouco divulgados, o que reforça, ainda, a confiabilidade nos estudos apresentados por Ab’Saber (1970 e 1977) e IBAMA (ARRUDA, 2001), no que concerne a representação paisagística brasileira, pautada numa visão fisiográfica e ecodinâmica do contexto atual, ou seja, a percepção das paisagens a partir de uma visão ecossistêmica, portanto, numa lógica perceptiva.

Ainda, cabe ressaltar as especificidades das paisagens do Cerrado que recobrem grande parte do Brasil Central, cujas características foram repaginadas por Ribeiro e Walter (1998; 2008) e Ferreira (2003; 2005), onde apresentam uma configuração fitofisionômica pautada na percepção ecossistêmica – interação sistêmica entre os quatro subsistemas da Terra, configuradas em três grandes formações: As Formações Florestais – Mata de Galeria, Mata Ciliar, Mata Seca e Cerradão; as Formações Savânicas e/ou Formações Típicas de Cerrado (FERREIRA, 2003) – Cerrado Denso, Cerrado *Stricto sensu*, Cerrado Rupestre, Parque de Cerrado, Coqueirais e Vereda; e as Formações Campestres – Campos Rupestres, Campos Sujos e Campos Limpos. Essas formações estão representadas em mais de 30 (trinta) diferentes fitofisionomias que recobrem áreas edaficamente específicas, numa relação

direta e ecossistêmica entre os diferentes aspectos físico-climáticos e biogeográficos que se interagem nessas paisagens do Brasil.

Outro aspecto a considerar, são as transformações nas paisagens brasileiras em decorrência das atividades de ocupação socioeconômicas em suas diferentes frentes, onde as práticas da tecnogênese vem sendo empregadas para a produção de bens de consumo e para a urbanização/industrialização, mais acentuadamente decorrentes da expansão das atividades agrárias modernas, com sistemas intensivos de produção de grãos e criatórios de várias espécies de gados para alimentar as populações humanas, porém essa é uma paisagem a ser descrita, num outro contexto.

Nesse contexto, cabe a Geografia, pela sua característica de *Ciência de Síntese*, que tem como objeto de estudo a superfície terrestre, pautar seus estudos na busca de uma melhor caracterização e estruturação da hierarquia das paisagens brasileiras, propiciando uma melhor interpretação das mesmas ao meio acadêmico, garantido uma melhor interpretação das mesmas aos seus profissionais.

Considerações finais

“Cada lugar é, ao mesmo tempo, objeto de uma razão global e de uma razão local, convivendo dialeticamente.”

Milton Santos (1997).

A compreensão desse arcabouço paisagístico parte da premissa da necessidade do entendimento ecossistêmico de

todos os elementos constitutivos do espaço físico-natural e cultural do Território Brasileiro e Sul-Americano, visto que muitos fatores estão interligados numa escala global, refletindo no regional/local. Não se deve esquecer de que, na atualidade, a tecnogênese (atuação antrópica) vem alterando consideravelmente a dinâmica das paisagens, seja suprimindo coberturas ecobióticas, seja alterando a configuração morfométricas e litológica do relevo, na dinâmica hídrica e hidráulica, ou mesmo influenciando no regime climático do globo, o que provavelmente está afetando a dinâmica desse complexo sistema terrestre, principalmente no que concerne a edafologia, numa visão de compreensão ecodinâmica. Consequentemente, os Domínios Paisagísticos Brasileiros também estão sendo afetados por essa intervenção, como o já constatado no Domínio das Araucárias, que praticamente não mais é visualizado em sua composição fitopaisagística natural, e outros mais que estão em franco processo de degradação paisagística e ecobiótica, como, por exemplo, a degradação do Domínio do Cerrado, num processo acelerado de urbanização. Não esquecendo que as paisagens são frutos de uma evolução integrada e complexa – de evolução ora lenta, ora rápida e desfigurante, relacionadas com a dinâmica climática, ecológica e biogeográfica. Ainda cabe ressaltar que a experiência de vida do indivíduo é fundamental para o nível de compreensão que se deseje, refletindo nos respectivos contextos socioculturais.

A problemática da análise integrada dos aspectos fundamentais e estruturantes das paisagens, implica abordagens e discussão referentes a estrutura geológica, a evolução climática (atual e pretérita), bem como da análise dos principais eventos que conduziram à organização morfológica e estrutural da paisagem. São também igualmente importantes os aspectos

pedológicos e biogeográficos, reflexos diretos na dinâmica da vida. Em síntese, a compreensão da estrutura e origem das paisagens necessita de abordagens interdisciplinares objetivas, considerando seu desenvolvimento no espaço e no tempo.

Essa discussão ainda se apresenta incipiente, cabendo maiores estudos e discussões para uma melhor configuração dos domínios e paisagens do Território Brasileiro, sob a ótica da percepção atual. Ou seja, a Geografia tem responsabilidades nesse processo e deve assumi-las através de uma análise mais técnica das estruturas das paisagens e o papel da ação humana em suas transformações. Cabe a cada um de nós uma parcela da responsabilidade de estudar a configuração paisagística brasileira, enquanto ainda existem, mesmo indo contra a cultura vigente da tecnificação, em detrimento de uma preservação sociocultural e ambiental.

A percepção dessa paisagem brasileira ainda continua!

Referências

AB'SABER, A. N. Regiões de circudesnudação pós-Cretácea no Planalto Brasileiro. **Boletim Paulista de Geografia**. São Paulo, n. 1, p. 03-21, março 1949.

_____. Domínios Morfoclimáticos e Províncias Fitogeográficas no Brasil. **Orientações**. São Paulo, n. 3, p. 45-48. 1967.

_____. A organização natural das paisagens inter e subtropicais brasileiras. In: **SIMPÓSIO SOBRE CERRADO**, 3., 1962, São Paulo. **Anais...** São Paulo: EdUSP, 1971. p. 1-11.

_____. **Os domínios morfoclimáticos na América do Sul:** primeira aproximação Geomorfológica. São Paulo: IG/USP, 1977.

_____. Os mecanismos da desintegração das paisagens tropicais no Pleistoceno: efeitos paleoclimáticos do período Wür-Winconsin no Brasil. **Paleoclimas**, 1979, São Paulo: IG/USP, n. 8. 1979.

_____. **Os domínios de natureza no Brasil:** potencialidades paisagísticas. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

ALMEIDA, F. F. M. Traços gerais da geomorfologia do Centro-Oeste Brasileiro. In: Guia de Excursão: Roteiro Centro-Oeste do XVII Congresso Internacional de Geografia, 1956, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Geografia, 1956. p. 7-65.

ARRUDA, M. B. (Org.). **Ecosistemas Brasileiros**. Brasília: IBAMA, 2001. 49 p.

AZEVEDO, A. **Geografia do Brasil**. Bases físicas, vida humana e vida econômica. 3. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1970.

BARBOSA, A. S. **Sistema Biogeográfico do Cerrado:** alguns elementos para sua caracterização. Goiânia: Ed. UCG, 1996. 43 p.

BERTRAND, G. Paisagem e Geografia Física Global. Esboço metodológico. In: **Caderno de Ciências da Terra**, n. 13. São Paulo, 1971. p. 1-17. São Paulo: USP, 1971.

BIGARELLA, J. J. et al. **Estrutura e origem das paisagens tropicais e subtropicais**. Florianópolis: ED. UFSC, 1994. 2 v.

CASAL, M. A. de., **Corografia Brasília**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1947. (Fac-Simile da Edição de 1817).

CRHISTOFOLETTI, A. **Geomorfologia**. 2. ed. São Paulo: Edgard Blucher, 1980.

DREW, D. **Processo interativos homem-meio ambiente**. Tradução João A. dos Santos. São Paulo: DIFEL, 1986.

ERHART, H. A teoria bio-resistásica e os problemas biogeográficos e paleobiológicos. In: **Notícia Geomorfológica**, ano IV, n. 11. Campinas, jun. 1966. p. 51-58.

FERREIRA, I. M. **As relações morfoopedológicas em Formações Superficiais de Cimeira: o exemplo do Complexo Dômico de Catalão (GO)**. 1993. 154 f. Dissertação (Mestrado em Geociências) – Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, Salvador. 1993.

_____. Consequências da ocupação do Cerrado e subsistema de Veredas. **Anais...** Sixth International Congress & Exhibition on Forest – FOREST 2000, Porto Seguro-BA: BIOSFERA/UFV, p. 265-268. 23 a 26 de Outubro de 2000.

_____. **O afogar das Veredas: uma análise comparativa espacial e temporal das Veredas do Chapadão de Catalão (GO)**. 2003. 242 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro. 2003.

_____. Paisagens do Cerrado: um estudo do Subsistema de Veredas. In: GOMES, H. (Coord.). **Universo do Cerrado**. Goiânia: UCG, 2008. v.1. p. 79-164.

INSTITUTO DO TRÓPICO SUBÚMIDO. **Bioma Cerrado**: subsídios para estudos e ações. Goiânia: Ed. UCG, Novembro de 1991. (Contribuições, n. 1).

_____. **Sistema Biogeográfico do Cerrado**. Goiânia: Ed. UCG, 1996. (Contribuições, 3).

KALENISK, S. V. La géographie physique comme science et les lois géographiques générales de la Terre. (Tradução Roberto M. de Oliveira). In: **Annales de Géographie**, Paris, a. LXVII, n. 363, sept/oct. 1958. p. 385-403.

LEITÃO, C. de M. Zoo-Geografia do Brasil. São Paulo: Companhia Editora nacional, 1937.

MENDES, E. de P. P. **A produção rural familiar em Goiás**: as comunidades rurais no município de Catalão. 2005. 294 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente. 2005.

MONIZ, A. C. et al. **Elementos de pedologia**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1975.

PROJETO RADAMBRASIL. **Levantamentos de Recursos Naturais**. Rio de Janeiro: MME/SG, 1981.

ROSA, J. G. **Grande Sertão Veredas**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.

ROSS, J. L. S. **Geografia do Brasil**. São Paulo: EDUSP, 1995. (Didática, 3).

RIBEIRO, J. F.; WALTER, B. M. T. Fitofisionomias do Bioma Cerrado. In: SANO, S. M.; ALMEIDA, S. P. **Cerrado: ambiente e flora**. Planaltina: EMBRAPA, 1998. p. 89-166.

SAMPAIO, A. J. **Phytogeografia do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1934.

_____. **Biogeografia Dynamica: a Natureza e o Homem no Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935. (Serie Brasileira, vol. LIII).

SANO, S. M.; ALMEIDA, S. P. **Cerrado: ecologia e flora**. Planaltina: EMBRAPA Cerrados, 2008. v. 1 e 2.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 2ª Edição. São Paulo: Hucitec, 1997.

TRICART, J.. **Ecodinâmica**, Rio de Janeiro: FIBGE, 1977.

TROPPEMAIR, H. **Biogeografia e meio ambiente**. 4. ed. Rio Claro: Graff Set, 1995.

SUSTENTABILIDADE NAS/DAS CIDADES COMO PRÁTICA DE ENSINO DE GEOGRAFIA

*Vitor Hugo Ribeiro
Marcio Roberto Ghizzo*

Introdução

Vive-se, na contemporaneidade, um período de grandes e intensas modificações nas estruturas sociais e espaço-temporais da sociedade. Nunca, em toda a história da humanidade, estas mudanças aconteceram de forma tão exacerbadas e aceleradas. Assim, percebe-se que o cotidiano das pessoas, marcado por aspectos de ordens culturais, sociais, econômicas, políticas e ambientais passam por alterações em ciclos cada vez menores. Conseqüentemente, também aqueles que referem-se à educação e à prática de ensino têm sido marcados por significativas mudanças.

É no bojo desta complexidade de fatores que emanam e se estabelecem sobre a vida das pessoas que seus próprios cotidianos vão sendo delineados, e é à Geografia uma das ciências que cabe o desafio de se entender e explicar estas transformações, suas causas e possíveis conseqüências sobre o domínio social.

As inovações que a evolução dos meios de transporte, comunicação e informatização trouxeram para a sociedade estão pra além dos modos de produção, mas perpassam, também, pelo espaço vivido, por seus estilos de vida e pela educação, trazendo para a relação ensino-aprendizagem novos e constantes desafios. Assim, entende-se que não se deve mais perceber a escola e o

corpo discente como o mesmo de outrora. Ou seja, é preciso notar que a sociedade mudou, e assim também as perspectivas e o modo de ser da juventude que compõe a sociedade estudantil. Este público, envolto por novas estruturas sociais, familiares e de organização civil e tecnológica, traz para a educação um novo desafio, pelo qual há a necessidade de inovações no modo de ensinar e, conseqüentemente, de aprender.

Neste contexto, recentemente outras metodologias tem sido trazidas para discussão e implementação nos ambientes escolares, a exemplo das metodologias ativas, educação 4.0 e aprendizagem significativa.

Foi neste início de milênio que a população mundial urbana ultrapassou a rural, embora, no caso brasileiro, tal fenômeno já tivesse acontecido em meados do século passado. O Brasil possuía, segundo o IBGE (2010), 84% da população morando nas cidades. Importa relativizar que este dado representa mais do que simplesmente as pessoas morarem nas cidades, mas implica em estabelecer novos modos de vida à população. Deste modo, seus cotidianos vão sendo moldados segundo a lógica da sociedade contemporânea, pautada na materialidade e consumismo (LEFEBVRE, 1991).

Como consequência destas alterações nos estilos de vida das pessoas, as cidades tornam-se cada vez mais numerosas e a aglomeração de pessoas integra uma das paisagens urbanas mais imaginadas e reais. Além disso, a materialização das formas e estruturas urbanas artificializam sobremaneira a vida nas/das cidades. Esta artificialização tem induzido as pessoas a se distanciarem de seus estilos de vida passados, em que a relação com a natureza acontecia em forma de simbiose.

Esta condição urbana prevalecente traz um novo desafio para a sociedade atual: transformá-la em sustentável, de modo a trazer de novo a natureza para perto da vida das pessoas que habitam as cidades. Conseqüentemente, para os profissionais da educação novo desafio é apresentado: integrar os conteúdos das matrizes curriculares com a nova realidade social e expectativa dos educandos.

É nessa perspectiva que este texto, produzido na forma de um *insight*, apresenta a relação entre cidade e sustentabilidade como prática de ensino de Geografia. O objetivo é apresentar este desafio e sinalizar possibilidades de ensino por meio da aprendizagem significativa e da educação 4.0, com exemplificação de atividades realizadas com alunos das séries finais do Ensino Básico Fundamental da rede pública da cidade de Nova Mutum-MT.

Intenta-se, com isso, promover um diálogo entre temas como cidades, sustentabilidade e aprendizagem significativa como possibilidade de instrumentalização para o ensino de Geografia de forma mais prática, elucidativa, instigante e eficaz para este público.

Globalização, Meio Técnico-Científico-Informacional e Educação

A globalização, atualmente, alcançou todo o planeta, porém em condições espaço-temporais diferenciadas. Isso porque, embora encontra-se países desenvolvidos e que possuem alto grau de Índice de Desenvolvimento em Tecnologias de

Informação (IDI), ainda há aqueles desprovidos ou com menores IDIs e serviços em comunicações e informações (UIT, 2015). Esse fenômeno se desencadeou em função do desenvolvimento desigual e combinado ponderado por Smith (1988); e é desigual porque o capitalismo, no decorrer do seu processo de hegemonia global, se desenvolveu fragmentado, em basicamente dois polos sociais: os possuidores dos meios de produção e os despossuídos destes meios.

No entanto, no cerne do próprio sistema, há os meios para a sua articulação: a infraestrutura, os meios de transporte, de comunicação e informação. Com isso, o capitalismo desenvolveu-se desigual, porém combinado à uma série de fenômenos estruturais que visavam e/ou visam a articulação de sua conjuntura político-econômica na escala global.

David Harvey em “A produção capitalista do espaço” reitera que o espaço geográfico, resultado da transformação do meio natural para o meio artificial mediado pelo trabalho humano, na atual fase da humanidade tornou-se muito mais dinâmico e complexo de se analisar, pois, além de um caráter desigual e combinado, há expressões do avanço das comunicações e da informação. As relações socioespaciais, os lugares, as fronteiras, os produtos e outros elementos aproximaram as pessoas com o mundo; e as mensagens, a informática, a internet e as plataformas de comunicação transformaram o cotidiano das pessoas. Por isso, atualmente trata-se muito de ciberespaços, ou seja, do espaço virtual que nada mais é que a transposição do espaço geográfico para o virtual, mediado pela digitalização. Tais expressões são refletidas no mundo do trabalho, e, conseqüentemente, no contexto escolar.

A revolução da comunicação e informação trouxe à sociedade uma infinidade de informações em curto espaço de tempo. Diante disso cabe perguntar: tanta informação num espaço de tempo relativamente curto, é sinônimo de conhecimento? Especialistas em globalização, dentre eles o geógrafo Milton Santos, que foi um profundo conhecedor da epistemologia geográfica e do mundo global, pondera em seu livro “Técnica espaço tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional” que a revolução informacional não traria necessariamente o conhecimento, mas, em determinados casos, a estranheza e resistência de muitas populações em se inserir a fundo e se adaptar à demanda tecnológica. Tal reflexão, já debatida nos anos 1980/90, continua muito presente nos dias atuais.

Com a inserção dos mais recentes produtos tecnológicos oriundos dos sistemas de comunicação e informação, a dinâmica educacional vem se transformando constantemente, resignificando-se constantemente à medida que surgem, por exemplo, novos equipamentos multimeios, novas plataformas de buscas e novos aplicativos de relações sociais e de aplicação de recursos. Muitas ferramentas da informática estão presentes na vida da maioria dos estudantes que compõem a rede fundamental de ensino, assim como a maioria das escolas públicas e privadas também dispõem de equipamentos e redes de internet, o que faz com que seja cada vez mais difícil não atrelar esses produtos ao planejamento didático-pedagógico e à prática docente.

Mas, como inserir esses recursos em sala de aula e interagir com os estudantes? É aqui que entra a tomada de decisões. É preciso, diante de tantos recursos e ferramentas,

saber escolher aqueles cruciais para o processo ensino-aprendizagem, e também adotá-los na medida certa.

Na atualidade, uma das ferramentas que tem sido cada vez mais popularizada e incentivada como prática docente é o Big Data. Trata-se de uma área do conhecimento que visa, a partir de uma fonte de informações de dados, tratá-los e utilizá-los como mecanismo de aprendizagem, não apenas no âmbito quantitativo, mas também de maneira qualitativa. O Big Data é a forma de trabalhar com a análise da informação disponibilizada na rede e, no ensino, os alunos são levados à tratar estas informações, questionar, fazer gestão e verificar sua veracidade, e somente depois verificar a disponibilidades de recursos para então decidir pela tomada de decisão de como tratar o tema em pauta. A Geografia, por sua característica de ciência de síntese, tem habilidades satisfatórias para este fim.

O Big Data possibilita, por meio de suas dimensões, a tomada de decisões em determinadas situações acerca do currículo escolar e das práticas de ensino. Em nosso caso, pretende-se vincular sua prática com os estudos da cidade e da sustentabilidade urbana. Entende-se que, na educação, seu universo de utilização é grande, principalmente na medida em que os estudantes têm a possibilidade de buscar as plataformas online para pesquisas, identificando assuntos afetos a sua realidade, ampliando seu uso constantemente. Outra possibilidade de uso do Big Data, além da sala de aula, é na gestão educacional, otimizando o universo dos dados que as escolas possuem de seus alunos e corpo docente, criando, por exemplo, mapas conceituais, coremas e gráficos temáticos e dentre outras representações espaciais.

As cinco dimensões do Big Data para a tomada de decisões conforme Canary (2013) correspondem ao volume, à variedade, à velocidade, ao valor e à veracidade dos dados. Nesse texto não será dado enfoque e aprofundamento nas dimensões ressaltadas, mas apenas sinalizado, de modo geral, numa tentativa de articular tais premissas numa abordagem qualitativa bastante estudada em Geografia para os últimos anos do ensino fundamental, a saber, a sustentabilidade urbana. Por meio de uma avaliação diagnóstica, foi constatado que apenas 20% de um universo de 200 estudantes acertaram de maneira satisfatória a alternativa que perguntava sobre sustentabilidade. Diante desse fato, buscou-se, no âmbito do Big Data, a tomada de decisões para sanar essa dificuldade e construir um conhecimento que alinhe as expectativas do alunado de uma cidade ideal com os princípios deste tema, sendo que tais buscas e informações foram espacializadas por meio de representações gráficas em painéis.

Cabe ressaltar que o Big Data, também relacionado ao *business analytics*, requer um profissional que desenvolva amplas visões acerca de determinados assuntos, além de auxiliar nas escolhas das ferramentas digitais. Tais assuntos nas últimas décadas vêm sendo bastante debatidos no meio escolar, pois, os produtos eletrônicos e a internet tornaram-se cruciais no processo ensino-aprendizado. Cabe, contudo, ao profissional docente a escolha e a mediação de ferramentas, além da verificação de informações, fontes dentre outros dados, bem como a veracidade dos mesmos. Isso porque o progresso dos meios de comunicação e a ascensão tecnológica da era digital têm gerado situações para a tomada de decisões cada vez mais complexas. É possível, por exemplo, adquirir informações e conhecer diversas partes do mundo de maneira quase

instantânea com o acesso à internet, e isso tem refletido no ambiente escolar. É preciso, no entanto, transformar toda essa gama de informações veiculadas na internet e nas redes sociais em conhecimento. Temas direcionados à sustentabilidade urbana são muitos, sendo encontradas nas mais variadas plataformas de buscas e pesquisas. Diante desse fato cabe perguntar: Como atrelar a noção de sustentabilidade no universo escolar? Diante dessa inquietação que buscou-se a aquisição de conhecimentos em plataformas que tratam do assunto.

O conceito de sustentabilidade está muito presente no cotidiano escolar, principalmente após as conferências mundiais realizadas desde o final do século passado e que prezam por este objetivo, bem como à luz da Agenda 21, que direta ou indiretamente sinaliza caminhos do mundo contemporâneo. Estes temas fazem-se presentes nas matrizes curriculares do ensino básico, principalmente na disciplina de Geografia.

Nobre (2002) pondera que as origens da noção de sustentabilidade, numa perspectiva atual, encontram-se no âmbito das premissas que norteiam o conceito de desenvolvimento sustentável. Para o autor, garantir o ambiente salutar às presentes e futuras gerações é atentar à sustentabilidade, no uso proveitoso da natureza, garantindo inovação, empreendedorismo, trabalho e também preservação. Segundo a pesquisa realizada pelos estudantes, mais da metade dos mesmos encara a sustentabilidade como algo próximo a sustento familiar, voltado a questões exclusivamente social, relacionada a fome. Percebe-se que a maioria não conhece o tripé da sustentabilidade, formado pela sustentabilidade econômica, social e ambiental, envolvendo o bom uso dos recursos que a natureza nos oferece em simbiose com os demais

aspectos que regem a sociedade. Em um sentido mais amplo, a sustentabilidade também está relacionada ao planejamento urbano, às construções e arquiteturas, às infraestruturas e à mobilidade urbana, dentre outros fenômenos da cidade.

Utilizando o Big Data como processo para a tomada de decisão, numa primeira atividade realizada com os alunos, foi proposto atividades práticas para a resolução de problemas, por meio dos erros e dificuldades que os estudantes tiveram ao realizar avaliações. Plataformas que compilam dados e demais informações, a exemplo do Sphinx Plus Léxica e mais cinco planilhas no Excel, permitiram verificar o desempenho dos alunos e analisar as informações para as possíveis orientações em sala de aula, além de refletir sobre novas dinâmicas pedagógicas. Este texto traz dinâmicas pedagógicas utilizadas para trabalhar com representações gráficas acerca do tema sustentabilidade. Portanto não teve por objetivo apresentar os dados e rendimentos quantitativos e avaliativos dos alunos, apenas o resultado qualitativo.

Nesse sentido, aproximar o conteúdo e a noção de “sustentabilidade” ao cotidiano dos estudantes, e dos materiais e recursos da informática mais utilizados por eles, foram o desafio. Pensando assim, levou-se em consideração as dinâmicas que atendam as necessidades particulares e/ou em grupos, concebendo propostas de aprendizagens diferenciadas, além de leitura de textos e de sites. Mediante o volume de informações captada na internet, ponderou-se a veracidade e a proximidade da realidade dos alunos. Entre os temas pesquisados, destaca-se a sustentabilidade aplicada à cidade de Nova Mutum – MT que, por vezes, sofre com enchentes em determinados locais, além da falta de arborização, aumentando o

calor, e a carência de transporte público coletivo. Essas foram as principais pautas elencadas pelos estudantes. O resultado e o desdobramento da ação estão presentes no próximo item, que trata das aprendizagens significativas e o ensino de Geografia na escola.

Aprendizagem significativa e práticas de ensino de Geografia

Um dos objetivos deste texto tentar relacionar o uso de dados do Big Data, auferidos por meio de recursos de tecnologia e redes, com a prática didático-pedagógica em atividades rotineiras do ensino fundamental de Geografia. Acredita-se que este uso faça o processo ensino-aprendizagem ser mais instigante e produtivo, resultando em uma produção mais eficaz com resultados mais satisfatórios. O ápice desta forma de ação deve estar centrado na aprendizagem significativa, extrapolando o ensino tradicional e fragmentado, e caminhando para um ensino inovador e articulado.

Um dos autores mais importantes dos estudos acerca da aprendizagem significativa é o cientista norte-americano David Paul Ausubel. A teoria da aprendizagem, de acordo com Ausubel et al (1978) considera a realidade dos estudantes, bem como os conhecimentos prévios dos mesmos no processo ensino-aprendizagem, sendo, em alguns pontos, parecida com aquela desenvolvida por Paulo Freire. Tais premissas são importantes, pois são meios para que o docente possa conhecer, mediar, estabilizar e organizar o conhecimento com seus alunos, e o uso paralelo com o Big Data deve fazer do ensino algo muito mais prazeroso e proveitoso.

Percebe-se que, embora os estudos de Ausubel tenham ocorrido na primeira metade do Século XX, suas concepções de mundo e de educação ainda permanecem atuais, visto que permeiam nas propostas e diretrizes curriculares assuntos que dizem respeito às práticas docentes atreladas à realidade do estudante, além de contemplar propostas pedagógicas que envolvem a criatividade e práticas significativas.

Práticas significativas, ou aprendizagens significativas, são definidas por Ausubel (1963) como procedimentos em que novos conceitos são articulados a um conhecimento já existente na estrutura cognitiva do aprendiz, de modo substancial e/ou espontâneo, mas não arbitrário. Por isso Ausubel criticava o ensino mecânico, baseado na memorização, em que conceitos, muitas vezes, eram ensinados para os estudantes de maneira desconectada e desprovidos de significados. Os alunos recebiam os conteúdos de forma desconexa e não exercitavam a relação existente entre elementos comuns de um mesmo assunto abordado em sala de aula. Além disso, os dados e informações trazidos e disponibilizados pelo docente, sem a participação do educando, artificializa o processo. Por isso é importante ressaltar a relevância do aluno buscar as informações necessárias, a exemplo do Big Data, bem como da disponibilidade e desprovido do docente nesse processo. Afinal, o professor, na aprendizagem significativa, constrói com os alunos conhecimentos e saberes repletos de significados. Mediante essa interação, entre docente-discente e conhecimentos disciplinares, os alunos podem assimilar conceitos articulando-os às situações de seu cotidiano. Feito isso, a aprendizagem significativa será colocada em prática.

No que tange ao professor de Geografia, a aprendizagem significativa e o uso do Big Data torna-se um instrumento de trabalho que condiz com o objetivo de estudo da própria ciência. Afinal, a Geografia é uma ciência de síntese, que emaranha conteúdos afins de outras áreas e, portanto, sua prática não deve ser desconexa, mas abordar a complexidade dos elementos que perfazem a produção do espaço geográfico, por vezes representado na paisagem percebida pelos alunos, como será apresentado mais adiante.

Esta prática do professor de Geografia enquadra-se perfeitamente quando considera-se a paisagem como objeto de análise e uma das principais formas de representação do espaço geográfico pelos alunos do ensino fundamental. Afinal, conforme a contribuição de Bertrand (1972), a paisagem deve ser analisada por meio da integração de seus elementos, numa relação de reciprocidade e complementação. Ou seja, não se deve tratar dos elementos presentes em uma paisagem isoladamente, mas de modo conexo, coeso e complementar, em que todos se relacionam, se interdependem e interagem.

Este aspecto da educação esperada e necessária para a contemporaneidade é tema que tem se tornado comum entre diferentes áreas do saber. Ou seja, que o ensino não deve ser específico, mas relacionado com o cotidiano e demais elementos com os quais interage. Assim, para Morin (2001, p. 38), o ensino e a sociedade contemporânea, como um todo, devem ser vistos na forma de:

Unidades complexas, como o ser humano ou a sociedade, multidimensionais: dessa forma, o ser humano é ao mesmo tempo biológico, psíquico, social, afetivo e

racional. A sociedade comporta as dimensões histórica, econômica, sociológica, religiosa... O conhecimento pertinente deve reconhecer esse caráter multidimensional e nele inserir estes dados: não apenas não se poderia isolar uma parte do todo, mas as partes umas das outras; a dimensão econômica, por exemplo, está em inter-retroação permanente com todas as outras dimensões humanas; além disso, a economia carrega em si, de modo “hologrâmico”, necessidades, desejos e paixões humanas que ultrapassam os meros interesses econômicos.

Diante dessas e outras premissas que envolvem a aprendizagem significativa articulada e contextualizada, bem como a realidade dos discentes, cabe perguntar: como elaborar práticas significativas no âmbito do ensino de Geografia na escola? Para isso, a Geografia possui um corpo teórico e prático-instrumental que permite aos docentes aplicar conhecimentos e saberes criativos e significativos em sala de aula.

É sabido que, de acordo com Cavalcanti (2012), o ensino de Geografia na atualidade está centrado nas transformações gerais da sociedade contemporânea e na dinâmica espacial. O atual período da globalização proporciona mudanças aceleradas no mundo, além de imprimir intensos fluxos de ideias, de mercadorias e pessoas, permitindo o uso de dados e pesquisas em salas de aula. Cabe ao ensino de Geografia estudar essas mudanças e esses fluxos acelerados, que transformam e tornam o espaço geográfico mais complexo.

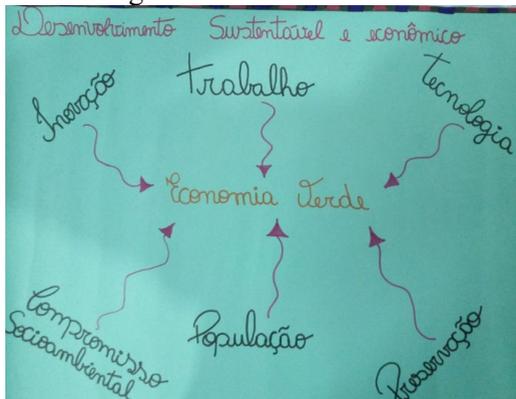
Ao se estudar um território ou um país, é necessário atrelar essa dinâmica da transformação espacial e propor atividades significativas que estimulem os raciocínios espaciais dos estudantes, uma vez que as espacialidades tanto humanas

quanto naturais são assuntos relevantes ao conhecimento geográfico. Para tanto, Cavalcanti (2008) estipula o papel docente, que nada mais é do que a articulação entre os saberes docentes, os saberes da disciplina de geografia, e o cotidiano escolar e do discente. Tais premissas direcionam-se ao encontro das ideias estabelecidas por Ausubel no tocante ao aprendizado significativo.

Certas temáticas instigantes da Geografia atual perpassam a questão da sustentabilidade, do eco-capitalismo e de novas alternativas econômicas que estimulam práticas preservacionistas, e levam em consideração, por exemplo, a Economia Verde, que é a articulação de cinco conceitos importantes e bastante explanados em Geografia: inovação, trabalho, tecnologia, preservação, população e compromisso socioambiental (JOHN, 2012).

Certos assuntos estão bastante explanados em documentos e arquivos da revista *National Geographic*, e amplamente explorados nos livros didáticos de Geografia e, para poder transmitir de modo significativo tais conteúdos, o docente pode trabalhar, por exemplo, com mapas conceituais, como o desenvolvido pelos alunos do 9º ano da Escola Estadual Rui Barbosa de Nova Mutum - MT, no ano de 2019, e apresentado na figura 1. Para esta atividade, os alunos foram instigados à pesquisar sobre os cinco conceitos mencionados e, depois, apresentá-los contextualizando com a realidade espacial da cidade onde vivem.

Figura 1: Economia Verde.



Fonte: Trabalho realizado pelos estudantes do 9º ano da Escola Estadual Rui Barbosa de Nova Mutum/MT.

Através desse procedimento foi possível explicar o conteúdo de maneira simples e prática, mas interativa e interessante, permitindo a assimilação e o desenvolvimento de um cartaz pelos alunos. Segundo a pesquisa e a explanação realizada pelos próprios alunos, a Economia Verde é a interação entre a inovação e a tecnologia na geração de trabalho e renda para a população, especialmente aquelas que dependem do meio natural para sobreviver. Desse modo, a tríade inovação-tecnologia-trabalho só será possível se existir uma consciência preservacionista do ambiente, gerando, todavia, o compromisso social tão importante para a atualidade, especialmente em se tratando da problemática desencadeada pelo desmatamento das Florestas Tropicais e do aquecimento global. Este tema foi incentivado e motivado devido a cidade de Nova Mutum-MT encontrar-se numa faixa de transição do cerrado à floresta amazônica, sendo, assim, o próprio espaço vivido dos educandos.

Após os alunos apresentarem o conteúdo expresso do cartaz e o professor fazer a mediação necessária, foi possível utilizar exemplos de Economia Verde por meio de textos e fragmentos de internet, a exemplo de John (2012) em artigos produzidos na Revista *National Geographic*, que retratam sobre esse assunto. Vários foram os exemplos, dentre eles a utilização da fibra do curaurá, planta da região Amazônica utilizada na produção de painéis de carros da empresa automobilística Volkswagen. A proximidade da cidade de Nova Mutum à Floresta Amazônica permitiu com maior facilidade a explicação sobre a Economia Verde e a noção de sustentabilidade e preservação, aliados à inovação e a tecnologia na geração de emprego e renda para a população que mora em cidades da floresta, numa proximidade do cotidiano do educando da realidade estudada com a realidade vivida. Muitos dos alunos da escola envolvidos nas atividades são oriundos da região amazônica, portanto está no cotidiano desses educandos a importância do compromisso socioambiental como premissa para a erradicação da miserabilidade que solapa o Brasil a séculos.

Entende-se que a utilização de dados fornecidos pela internet e textos de apoio além das tomadas de decisões e sua articulação com a aprendizagem significativa são deveras importantes, e o exemplo mencionado permite entender a articulação e possibilidades desta prática. Contudo, de forma mais específica, pretende-se, a seguir, vincular estas práticas didático-pedagógicas com o ensino sobre cidade e sustentabilidade e as paisagens urbanas.

A cidade e a sustentabilidade como objeto de ensino

Embora a Geografia tenha como Diretriz Curricular no Ensino Básico Fundamental e Médio uma extensa gama de conteúdos e suas interações, entende-se que a cidade, por ser lugar em que a maioria dos jovens vive, seja um dos principais temas a ser abordado em sala de aula. Mas, afinal, o que é a cidade?

Corrêa (2005), um dos autores mais clássicos que tratam do tema, considera que a cidade é o espaço das (inter)relações, dos encontros, dos fluxos e dos fixos que se emaranham em contextos sociais, políticos, econômicos, culturais e ambientais, materializados em formas urbanas.

As cidades, desde as pequenas, às médias e grandes, são dotadas de características comuns: espaços de relações sociais imbricadas por um modo de vida específico, artificializado. Espaços de consumo e de consumo do espaço, conforme atesta Lefebvre (1991) e Carlos (2002); espaço onde as pessoas se conectam, se relacionam, se interagem, mas não se pertencem (GHIZZO, 2012). Portanto, espaço articulado e fragmentado, materializado e idealizado; mas que não necessariamente significa unidade. Afinal, as cidades são capitalistas e, como tais, marcadas pela diferenciação de áreas, de poderes, de valores e de paisagens.

Segundo autores como Harvey (2005), Carlos (2002) e Corrêa (2005), entre outros, os principais agentes da produção do espaço urbano são, embora por vezes venham com outras designações, os incorporadores ou promotores imobiliários, os detentores dos meios de produção, o Estado e os excluídos.

Assim, as cidades não são (re)produzidas de forma aleatória, mas atendem interesses específicos dos principais grupos de poder que emanam nestes lugares e vão construindo um desenvolvimento combinado e desigual (SMITH, 1988), o que acaba por refletir em uma diferenciação espaço-temporal das áreas urbanas, com espaços segregados e alguns providos e outros desprovidos de determinadas infraestruturas.

Torna-se, assim, importante que o ensino de Geografia abarque este tipo de reflexão para que os educandos tenham a percepção de que as cidades não são espaços construídos ingenuamente, mas são produtos de uma organização desenvolvimentista estratégica que busca a reprodução e a acumulação por meio da centralização e concentração de capital (HARVEY, 2005).

Neste sentido, as cidades capitalistas desenvolvem-se na contramão da sustentabilidade: almejam os interesses dos seus agentes (re)produtores na lógica do capital, reproduzindo desenvolvimento e desigualdades que criam estruturas, formas e funções que, muitas vezes, se contradizem. Assim, se, por um lado, as cidades se desenvolvem à luz dos interesses dos grupos sociais e econômicos hegemônicos, por outro geram condições de insustentabilidade de ordens social e ambiental.

É esta criticidade que, nos ensinamentos de Geografia, o professor não pode deixar de fomentar. Afinal, entende-se que proporcionar aos educandos o pensamento reflexivo associado à proposição de soluções é um dos objetivos que deve permear a cidade enquanto objeto de ensino da Geografia. Levar os alunos à identificar formas, componentes, estruturas e aspectos das cidades para além da descrição, presentes nas paisagens urbanas

e em seus cotidianos é um dos desafios que pautam a docência da área da Geografia e que o uso de tecnologias e as aprendizagens significativas podem auxiliar.

No que condiz à atividades com alunos do Ensino Básico que perpassam pela Geografia e seus elementos/conceitos de ensino voltados às cidades, está a paisagem. Formada por elementos construídos social e naturalmente, como resultado do processo de produção do espaço geográfico e representada pelo visível, a paisagem deve ser entendida como a manifestação do concreto e do natural (PEREIRA, 2003). O autor continua e enfatiza que “a paisagem é a forma e a geografia tem como método de análise partir, justamente, da paisagem, ou seja, da forma dos fenômenos” (p. 10).

Relacionando os estudos da Geografia, da cidade e das paisagens urbanas, diversas pesquisas já comprovaram este imbricamento, como é o caso de Cavalcanti. A autora já afirmou que “a Geografia tem como tarefa compreender a complexidade das cidades” (2011, p. 02) a partir de um entendimento da produção urbana que tem como gênese a ação dos agentes produtores e como produto o espaço desigual, combinado e articulado, mas segregado e, nem sempre, conforme o idealizado.

É neste contexto de relações entre estudos da cidade como os demais elementos vinculados, como a sustentabilidade e a paisagem, que as atividades docentes devem permear. Faz-se necessário uma contextualização entre temas comuns e interdependentes, como população, economia, urbanização e meio ambiente, a fim de que os educandos assimilem a dialética do dia a dia sob este emaranhado de complexidades.

Cavalcanti (2011) salienta que é preciso tratar da cidade no contexto da escola enfatizando-se temas cotidianos da vida daqueles envolvidos no processo ensino-aprendizagem. Para este fim, fazer uso da paisagem como objeto e instrumento de trabalho torna-se muito eficaz. Afinal, nossos jovens são cidadãos que detêm relativo conhecimento espacial onde suas culturas, conhecimentos e vivências são expressos e, por vezes, representados nas paisagens.

O conceito de paisagem ajuda a compreender as práticas e as concepções dos jovens sobre a cidade e a vida urbana. Ela é o domínio do visível, a expressão visível de um espaço; é o domínio do aparente, de tudo que a visão alcança; do que é vivido diretamente pelo corpo, com todos os sentidos - visão, audição, tato, olfato, paladar - ou seja, é a dimensão das formas que expressam o movimento da sociedade (CAVALCANTI, 2011, p. 6).

Portanto, entende-se que os educandos representam nas paisagens – desenhadas, descritas ou relatadas, aspectos do cotidiano vivido, ou sonhado. Ou seja, por vezes é representado aquilo que sabe-se ser a própria realidade do existente ou, por vezes, representa-se uma idealização, o projeto de um espaço como deveria ser.

Uma pesquisa desta natureza foi realizada por Santos (2013) o qual apresenta um estudo de desenhos e mapas realizados por crianças do ensino básico de uma escola pública. O resultado demonstra que as crianças desenharam aspectos da paisagem urbana real do trajeto casa-escola, mas também aspectos de uma paisagem urbana mais próxima do ideal, composta por elementos não existentes, mas que deveriam existir.

O autor (SANTOS, 2013), salienta que desenhos realizados por alunos representam paisagens de seus respectivos cotidianos na forma de linguagem do processo ensino-aprendizagem: é a própria expressão de uma busca de ordem de uma complexidade do espaço vivido. Ou seja, é o visual percebido e marcado no pensamento e na memória, mas que também é idealizado e sonhado por aqueles que não conseguem viver um espaço que desejam, a exemplo de espaços segundo os princípios da sustentabilidade ambiental.

Em outro estudo, Herzog; Rosa (2010) trata da importância desta relação do estudo da cidade com a paisagem e a sustentabilidade. Enfatiza que um dos primeiros trabalhos de planejamento urbano, sustentabilidade e paisagem foi realizado no final do século XIX, denominado “Colar de esmeraldas” relativo à cidade de Boston (Estados Unidos). Trata-se de uma rede de parques urbanos interligados por matas ciliares dos rios que foram recuperados e aliados ao sistema de esgoto da cidade. No Brasil, por sua vez, há uma relativa quantidade de trabalhos que vinculam cidade e parques urbanos, principalmente após o último quinquênio do século passado. Porém, no que condiz à práticas de Geografia para o Ensino Básico, as atividades propostas ainda centram-se em ações críticas e sem propostas de intervenção, restringindo-se à um discurso desprovido de ação e inovação.

Neste sentido, acredita-se que possibilidade e exequidade de se trabalhar com o desenvolvimento do senso crítico, aliado à aprendizagem significativa e à educação 4.0, e associado à proposição de soluções para situações cotidianas que prejudicam as paisagens urbanas vividas nas cidades é que deva ser um dos caminhos do ensino de Geografia na atualidade. Inclusive, estas

proposições advindas dos alunos do ensino básico normalmente virão associadas de formas e elementos repletos do belo. Afinal, “em relação aos alunos, é preciso considerar a relação muito estreita que eles veem entre paisagem e beleza (...). Trata-se de uma imagem idealizada e estática...” (CAVALCANTI, 2008, p. 53).

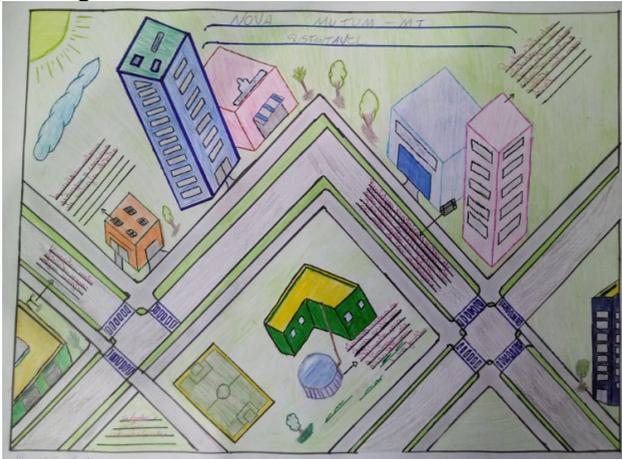
Como já relatado, o presente trabalho busca sinalizar possibilidades da natureza até aqui apresentada, ou seja, de abordar em aulas de Geografia do Ensino Básico o tema cidade e suas paisagens com relação à sustentabilidade, de modo que os alunos compreendam a interdependência entre assuntos pertinentes como globalização, economia, população, economia e meio ambiente. Porém, não apenas de forma a perceber ou refletir criticamente, mas propor soluções. Para tanto, entende-se ser essencial trazer em pauta assuntos relativos à aprendizagem significativa e à educação 4.0. Neste intuito, apresenta-se o resultado de atividades realizadas junto à alunos do 9º ano do ensino fundamental da rede estadual de educação da cidade de Nova Mutum-MT.

A figura 2 é produto de ações que a prática docente fez surgir a partir de reflexões sobre Big Data, aprendizagem significativa e educação 4.0. Assim, num primeiro momento, os alunos foram instigados a relatar sobre as condições urbanas da cidade em que vivem, a saber, Nova Mutum-MT. A partir daí, elencados pontos positivos e negativos das condições da cidade, os alunos passaram a pesquisar sobre as condições gerais que a maioria das cidades vivem, fazendo uso da rede de internet e laboratório de informática. A partir dos resultados, continuaram com as pesquisas sobre iniciativas de sustentabilidade urbana e,

por fim, foram desafiados a propor soluções para a cidade em que vivem.

Esta prática, voltada à aprendizagem significativa, reflete os ensinamentos e as pesquisas visaram melhorar o índice de acerto nas próximas avaliações sobre as noções que norteiam a sustentabilidade. Percebeu-se que a turma em questão, um 9º ano do ensino fundamental da rede pública, buscou tratar a sustentabilidade no transporte público, nas cores dos edifícios, na iluminação pública, nos jardins e nos telhados verdes e nos cestos de lixo, além das placas solares para geração de energia e possíveis carros elétricos. Nota-se que algumas dessas condições correspondem à realidade vivida neste espaço, principalmente com relação aos primeiros elementos percebidos, mas que também há aquelas que os alunos pesquisaram e descobriram serem ideais, embora ainda não sejam condizentes às suas realidades naquela cidade, como é o caso dos carros elétricos e telhados verdes. O resultado do trabalho realizado foi expresso por meio de representação espacial em cartolinas, fazendo uso, portanto, de uma paisagem para o estudo da Geografia. Diante do volume de informações levantado, foi selecionado aquelas mais plausíveis sobre sustentabilidade e cidades, já que o tema é muito amplo, podendo ainda conceber o meio rural, as populações das florestas e os rios, entre outros. A figura 2 é cópia de um dos trabalhos apresentados.

Figura 2 - Trabalho sobre cidade sustentável.



Fonte: Trabalho realizado por alunos do 9º ano da escola da rede pública de Nova Mutum-MT, 2019.

Nota-se na figura 2 elementos como arborização e elementos do clima, existentes neste espaço representado. Porém, percebe-se também outros elementos que poderiam e deveriam compor a respectiva paisagem. Assim, é possível perceber que a sustentabilidade foi estudada e explorada por meio da qualidade e armazenamento de água pluvial (cisterna), do esporte, da reciclagem do lixo e dos telhados com geração de energia solar, além das lâmpadas mais eficientes, proporcionando economia de energia. Tais conteúdos levaram em consideração as pesquisas realizadas de cidade sustentável, da realidade vivida, da proximidade e do cotidiano dos alunos. A tomada de decisão das equipes considerou os recursos disponíveis na escola e de uso comum dos alunos. A cartolina, lápis de cor, caneta colorida, além da plataforma da internet e do livro didático foram elementos cruciais para o desenvolvimento da problemática em questão, haja visto que os alunos pensaram

na inovação, no conhecimento técnico-científico-informacional, na população e também no meio ambiente, não se restringindo à crítica, mas à proposição de soluções. São essas dentre outras premissas que norteiam o desenvolvimento sustentável e a noção de sustentabilidade tal como pondera Nobre (2002), bastante em voga na atualidade e no currículo escolar de algumas disciplinas, a exemplo da Geografia, e que devem se realizar à luz do Big Data, da educação 4.0 e da aprendizagem significativa.

Outro trabalho que merece destaque, na mesma atividade proposta, está representado na figura 3. Nota-se que, embora alguns aspectos urbanos sejam comuns entre os trabalhos, como a verticalização de pequena significância, a diferença entre eles também faz-se ser notada.

Figura 3 - Trabalho sobre cidade sustentável.



Fonte: Trabalho realizado por alunos do 9º ano da escola da rede pública de Nova Mutum-MT, 2019.

No trabalho dos alunos, representado na figura 3, o processo de desenvolvimento foi o mesmo. Porém, nesta situação, os alunos optaram por retratar menos elementos urbanos e centraram na proposta de inovação, o que pode ser percebido pelo telhado verde, placas de geração de energia solar, arborização, iluminação pública eficiente, iluminação natural dos ambientes e transporte coletivo público.

É possível perceber que, para colocar em prática o ensino criativo e significativo, recursos simples e de baixo custo, a exemplo da cartolina, lápis de cor e tinta guache são suficientes para a exploração de determinados conceitos e ideias. A internet, os sites de buscas dentre outros recursos como livros e textos de apoio são importantes para a leitura e a assimilação de conceitos e normalmente são disponibilizados pelas escolas, pois são elementos que a educação pública tem cada vez mais oferecido aos educandos.

Entende-se que os cartazes são expressões dos estudantes, que na Geografia espacializam seus raciocínios e suas ideias, conforme aprendem com os assuntos em sala de aula. Cabe lembrar também que essa dinâmica em sala é realizada de maneira substantiva ou espontânea, conforme o interesse dos alunos bem como sua manifestação em aprender. As predisposições e as práticas significativas potencializam o planejamento sociopedagógico e, atualmente, essas concepções de ensino vêm sendo muito discutidas e explanadas nas diretrizes curriculares e na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) do Ministério da Educação.

À guisa de conclusão

O momento atual é de grande complexidade, pois vive-se uma transformação que abarca diferentes questões do mundo atual, sejam políticas, econômicas, sociais, culturais, ambientais e educacionais. Veiculadas principalmente pelas inovações do meio técnico e científico informacional, invadem o cotidiano das pessoas e modificam seus respectivos modos de vida.

Neste sentido, procurou-se apresentar um caráter exploratório sobre tomada de decisão acerca de novas práticas pedagógicas utilizando-se o Big Data. Trata-se, o texto, de um *insight* pautado em uma experiência com os últimos anos do ensino fundamental da rede pública do Estado do Mato Grosso, na cidade de Nova Mutum. Portanto, o objetivo não é esgotar o assunto em questão, mas, ao contrário, instigar novas experiências a partir do contexto apresentado. Não foi objetivo explorar as dimensões do Big Data, mas trazê-lo de forma breve no intuito de elucidar possibilidades. Intentou-se, ainda, apresentar a prática docente e o resultado dos alunos, após interagir em plataformas de pesquisas e em sites, buscando princípios da vida urbana e da sustentabilidade voltados à prática pedagógica da aprendizagem significativa.

O Big Data permitiu que os alunos realizassem uma tomada de decisão a partir da pesquisa realizada. A partir da fragilidade diagnosticada sobre sustentabilidade, os educandos recorreram às informações disponíveis na internet para compreender melhor o tema, perceber o volume de informações, a variedade de assuntos afins, além da verificação dos erros e acertos, a veracidade do tema com relação à realidade vivida, no caso, a questão ambiental no espaço urbano, os recursos

disponíveis e, somente após isso, realizar a tomada de decisão e escolher o que trabalhar segundo seu cotidiano, no caso, a sustentabilidade da cidade. Somente após a realização destas etapas da pesquisa em si, sobretudo por meio da internet e das plataformas de buscas, é que houve a confecção de cartazes e explanação do assunto por meio dos alunos. Nesse sentido, pôde-se perceber que o Big Data trabalha também com dados qualitativos, e não apenas com a quantificação de informações. No entanto, tecer sobre o Big Data no âmbito escolar ainda é um desafio.

Cabe salientar que pensar na inovação, no Big Data e no empreendedorismo escolar não necessariamente necessita do docente dominar softwares e outros produtos da informática, mas incentivar os alunos a fazer uso do conhecimento que a maioria já possui.

Esse trabalho apresentou de maneira sucinta uma breve contextualização da importância do ensino de Geografia com foco na cidade e na sustentabilidade por meio da aprendizagem significativa, especialmente trabalhando com assuntos que envolvem inovação, tecnologia, sustentabilidade e preservação ambiental, entre outros. São temas afetos aos estudantes, pois o cotidiano dos mesmos atrela diariamente para essas concepções, visto que os mesmos nasceram e cresceram da chamada “era digital”, e atualmente, veem experimentando os impactos do meio técnico-científico-informacional em suas vidas.

Os problemas de uma cidade são facilmente perceptíveis aos olhos dos estudantes do 9º ano do ensino fundamental. Também são perceptíveis a vivência, bem como as expectativas da cidade ideal e sustentável, pois muitos apresentaram os

problemas da sua cidade adjunto de propostas para melhorias. Aliar práticas de ensino nessas inquietações é atrelar o cotidiano do aluno, aquilo que postulava Ausubel em seus estudos sobre aprendizagem significativa. Essa dinâmica apresentada e outras poderiam, ainda, ser aprofundadas por meio de outras linguagens geográficas, tais como mapas mentais e coremas, dentre outras representações espaciais amplamente utilizadas no ensino de Geografia e que fazem deste ensino uma ação mais instigante e prazerosa. Afinal, mesmo que de forma por vezes indireta, acaba sendo um meio dos alunos estudarem a paisagem e a interdependência de seus elementos na configuração e na produção do espaço geográfico.

Assim, entende-se que é necessário, cada vez mais, estimular a criatividade e os saberes dos estudantes, para que no futuro os mesmos sejam protagonistas nas profissões que almejam durante os estudos escolares. É por meio de um ensino criativo e significativo que deve-se encontrar as premissas para a erradicação da problemática social tão presente historicamente em nosso país e, neste sentido, cabe ao professor de Geografia o desafio de fazer desta área do saber uma das mais relevantes das matrizes curriculares.

Referências

AUSUBEL, D .P. **The psychology of meaningful verbal learning**. New York: Grune and Stratton, 1963.

AUSUBEL, D .P.; NOVAK, J .D; HANESIAN, H. **Educational psychology: a cognitive view**. New York: Holt Rinehart and Winston, 1978.

BERTRAND, G. Paisagem e geografia física global: esboço metodológico. **Cadernos de Ciências da Terra**. São Paulo, n. 43, 1972. 35 p.

CANARY, V. P. **A tomada de decisão no contexto do Big Data**: estudo de caso único. Porto Alegre: [s.n.], 2013.

CARLOS, A. F. O consumo do espaço. In: CARLOS, A. F. **Novos caminhos da geografia**. São Paulo: Contexto, 2002. 20 p.

CAVALCANTI, L. S. **A geografia escolar e a cidade**: ensaios sobre o ensino de geografia para a vida urbana cotidiana. Campinas: Papirus, 2008.

_____. Aprender sobre a cidade: a geografia urbana brasileira e a formação de jovens escolares. San José: EGAL / Revista Geográfica de América Central, 2011. 18 p.

CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 2005.

GHIZZO, M. R. **A mobilidade do consumo e a produção do espaço no Aglomerado Urbano de Maringá - PR**. 2012. 200 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2012.

HARVEY, D. **A produção do espaço capitalista**. São Paulo: Annablume, 2005.

HERZOG, C. P.; ROSA, L. Z. Infraestrutura verde: sustentabilidade e resiliência para a paisagem urbana. **Revista LabVerde**, São Paulo, n. 1, p. 92-115, 2010.

JOHN, L. Economia verde. **Revista National Geographic**, [s.n.], p. 46-61, jun. 2012.

LEFEBVRE, H. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Ática, 1991.

MORIN, E. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Cortez, 2001.

NOBRE, M. Crescimento econômico versus preservação ambiental: origens do conceito de desenvolvimento sustentável. In: NOBRE, M.; CARVALHO, M. (Org). **Desenvolvimento sustentável: a institucionalização de um conceito**. Brasília: IBAMA, 2002.

PEREIRA, D. Paisagens, lugares e espaços: a geografia no Ensino Básico. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 79, 2003. 15 p.

SANTOS, C. Desenhos e mapas no ensino de geografia: a linguagem visual que não é vista. **Geograficidade**, v. 3, Edição Especial, 2013. 17 p.

SANTOS, M. **Técnica, espaço tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional**. São Paulo: EdUSP, 2008.

SMITH, N. **Desenvolvimento desigual: natureza, capital e a produção do espaço**. Rio de

Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

UIT - União Mundial de Telecomunicações, 2015. Disponível em:

<<http://mundodigital.net.br/index.php/component/content/article?id=6359>>. Acesso em: 17 dez. 2019.

ANÁLISE SOCIOAMBIENTAL DO PROCESSO DE MINERAÇÃO DE MANGANÊS NA REGIÃO DO POVOADO DE SÃO JOSÉ, CAVALCANTE (GO)

Shirley de Castro Gomes
José Carlos de Souza
Vandervilson Alves Carneiro

Introdução

O Cerrado ocupa predominantemente o planalto central brasileiro, numa extensão aproximada de dois milhões de Km² e é considerada a savana com a maior biodiversidade do mundo. No entanto, esta região fitogeográfica vem enfrentando, especialmente a partir da segunda metade do século XX, perdas significativas de vegetação e ecossistemas pela expansão do agronegócio. Esta condição elevou o Cerrado a um dos *hotspots* mundiais, com necessidade urgentes de ações que promovam a conservação da fauna, flora e habitats (MYERS *et al.*, 2000; SCARIOT; SOUSA-SILVA; FELFILI, 2005; KLINK; MACHADO, 2005; WWF, 2015).

A implantação do agronegócio no estado de Goiás, em especial o cultivo de grãos, não se deu uniformemente em todo território, as extensas monoculturas ocuparam primeiramente a região sul do Estado e com o tempo foram avançando para as regiões central e leste. A região nordeste, até então, não foi inserida nesta dinâmica produtiva. Algumas hipóteses levantadas indicam que as características topográficas, que impossibilita a produção extensiva com uso de maquinários, as

áreas de preservação ambiental e os territórios indígena e quilombola são fatores que inibiram o avanço desta atividade na região (OLIVEIRA, 2007; OLIVEIRA, 2014; ZARDINI; SOUZA; MARTINS, 2016).

Estas condições favoreceram e favorecem a conservação do Cerrado nesta porção do Estado, onde estão as mais extensas áreas ainda preservadas deste bioma e, onde estão localizadas, importantes unidades de conservação e áreas de preservação ambiental, como por exemplo, o Parque nacional da Chapada dos Veadeiros e a APA do Pouso Alto, que compõem uma das Reservas da Biosfera de Cerrado, Resbio Cerrado (BRASIL, 2000; SANO *et al.*, 2008; DELLA GIUSTINA, 2013).

Assim como a monocultura e as pastagens plantadas, a mineração a céu aberto também tem provocado impactos importantes nas paisagens do Cerrado goiano. O Estado sempre esteve incluso na política de extração mineral do território nacional, desde a exploração do ouro no Brasil colônia até a atualidade, isso se dá por suas características geológicas que inseriram o Estado no eixo de produção mineral do país (GOMES; TEIXEIRA NETO; BARBOSA, 2004; TEIXEIRA NETO, 2008).

Os interesses capitalistas somado ao aumento da demanda e às inovações tecnológicas tem impulsionado cada vez mais, a inserção de novas áreas ao processo extração de minérios. As novas descobertas promovem uma corrida mundial para apropriação das reservas minerais (LEITE, 2013; CARDOSO JÚNIOR; LUNAS, 2016).

O processo de ocupação da região norte-nordeste de Goiás inicia-se no século XVIII com a mineração do ouro. Esta atividade vai influenciar o surgimento dos primeiros núcleos urbanos na região, como São José do Tocantins e Trayras, (hoje Niquelândia), Crixás, Pilar de Goiás e Cavalcante. Com a chegada dos bandeirantes, em 1773, onde hoje se localiza o município de Cavalcante, inicia-se na região um intenso processo de exploração do ouro, chegando a abrigar cerca de nove mil escravos negros, fazendo do município e região uma das principais áreas de produção de ouro na província de Goiás. Esta condição explica a grande concentração de negros na região, em especial do povo Kalunga, que vive em um território quilombola (PALACIN,1994; TEIXIERA NETO, 2008; ALMEIDA, 2010a; ARAUJO SOBRINHO; ALVES; VIEIRA, 2015).

As principais atividades econômicas do município de Cavalcante, nos últimos anos, são o turismo, na modalidade ecoturismo, que é responsável por fomentar o comércio; a agricultura familiar; a criação de rebanho bovino por pequenos proprietários de terras e a criação extensiva de gado de corte (ALMEIDA, 2010b; IMB, 2018).

Na atualidade, Cavalcante apresenta potencial para exploração mineral, especialmente de ouro e manganês e os processos de extração desses minérios ocorrem de forma sazonal e sem a devida autorização das instituições de fiscalização e controle. Há aproximadamente quinze anos, começaram as primeiras incursões de empresas e pesquisadores ao Povoado de São José, onde foi identificadas jazidas de manganês.

As jazidas de manganês ocorrem no norte do município, na região do Povoado de São José. Atualmente, o povoado abriga 30 famílias, num quantitativo de 100 pessoas aproximadamente. Os moradores em sua grande maioria têm idade acima dos quarenta anos e se sustentam através da agricultura de subsistência e criação de pequenos rebanhos de bovinos. Considerando o potencial mineralógico da região, e tendo conhecimento disto, a população considera a mineração como a grande possibilidade de desenvolvimento econômico local e regional, mesmo alegando os danos que a exploração de manganês pode trazer ao ambiente.

O manganês é um dos metais utilizados na preparação do aço, é considerando de grande importância econômica para a indústria metalúrgica, estando presente principalmente na fabricação de carros, construção civil, dentre inúmeros outros usos como na produção de fertilizantes, fungicidas e rações. É um dos metais mais utilizados no mundo e as principais reservas mundiais estão na África do Sul, Ucrânia, Gabão, Índia, Austrália e China. No Brasil as principais reservas estão nos estados de Mato Grosso e Pará. Goiás estaria entre as reservas remanescentes (SAMPAIO *et al.*, 2008).

Com o processo de extração do manganês no Brasil, inicia-se uma disputa com a África do Sul a primazia de ser o maior produtor mundial. Em 2006, a produção brasileira atingiu a 3,1 milhões de toneladas e na África do Sul a produção foi de 2,3 milhões de toneladas. Em 2007, o Brasil reduziu sua produção para 1,8 milhões de toneladas e é ultrapassado pelo país africano que mantém a produção de 2,3 milhões de toneladas (DNPM, 2007).

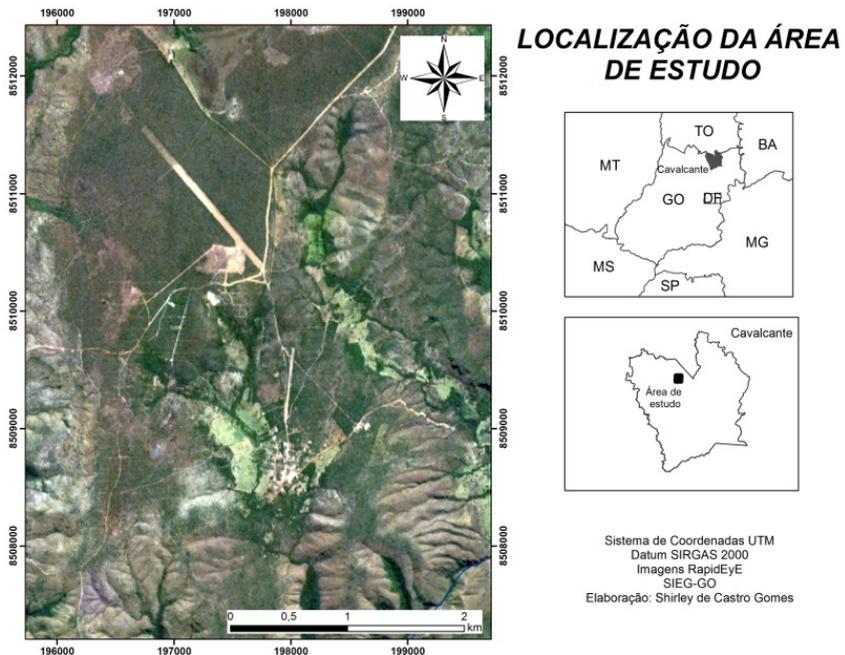
Assim, o objetivo deste trabalho foi analisar as questões socioeconômicas e ambientais que permeiam os interesses de exploração do minério manganês no Povoado de São José, no município de Cavalcante, Estado de Goiás.

Povoado de São José e a pesquisa

O Povoado de São José é uma pequena comunidade localizada no norte do município de Cavalcante (figura 1) que se posiciona entre as coordenadas planas 196000/199500mE 8507500/8512000mN. O município de Cavalcante está no extremo norte do Estado de Goiás, próximo ao limite territorial com o Estado do Tocantins.

Os mapas de geologia, geomorfologia e de localização dos territórios Kalunga, Indígena e Áreas de Preservação Ambiental foram elaborados a partir de bases vetoriais disponibilizadas pelo Sistema de Geoinformação do Estado de Goiás (SIEG), disponível no site - <http://www.sieg.go.gov.br/>. Para elaboração do mapa de localização utilizou-se imagens *RapidEye* (composição cor natural RGB – 321) disponibilizada gratuitamente pelo Ministério do Meio Ambiente.

Figura 1 - Localização da área de estudo.



Fonte: Imagem RapidEye e bases SIEG-GO. Elaboração: Shirley de Castro Gomes, 2018.

O mapa de uso e cobertura do solo foi elaborado a partir da vetorização manual de imagens do Google Earth Pro e o produto cartográfico foi convalidado com pesquisas de campo. Os mapas morfométricos (declividade e hipsometria) foram gerados a partir do modelo digital de elevação disponibilizado pelo TOPODATA - Banco de Dados Geomorfométricos do Brasil - DSE/INPE.

Foram realizadas pesquisas de campo para convalidação dos produtos cartográficos, descrição e análise das paisagens,

observação e análise da área de mineração e levantamento de informação juntos aos moradores. Foi também realizados levantamentos do processo de extração de manganês junto às instituições estaduais e federais.

Os mapas temáticos físicos, de uso e cobertura do solo e de localização de áreas patrimonializadas, gerados a partir de *softwares* de geoprocessamento, auxiliaram na análise socioambiental integrada.

Uso do solo, cobertura vegetal e a cultura da região do Povoado de São José

Ao adentrar o espaço vivido pelos povos tradicionais¹ do Povoado de São José, percebemos que as relações sociais, de trabalho e de manifestações culturais estão estreitamente lidas à dinâmica natural do Cerrado. De acordo com Claval (2001) a paisagem é marcada pelas relações de produção de uma sociedade e isso se dá no sentido de buscar esforços para sanar suas necessidades e se adaptar ao mundo. Neste processo, as sociedades se apropriam de técnicas materiais e moldam as paisagens de acordo com suas convicções culturais e históricas.

Nesse sentido, avalia-se a dimensão da paisagem como uma categoria complexa e heterogênea, sendo para esta abordagem o mais completo objeto de análise. Assim, Almeida (2008) afirma que as técnicas e os costumes dos indivíduos são

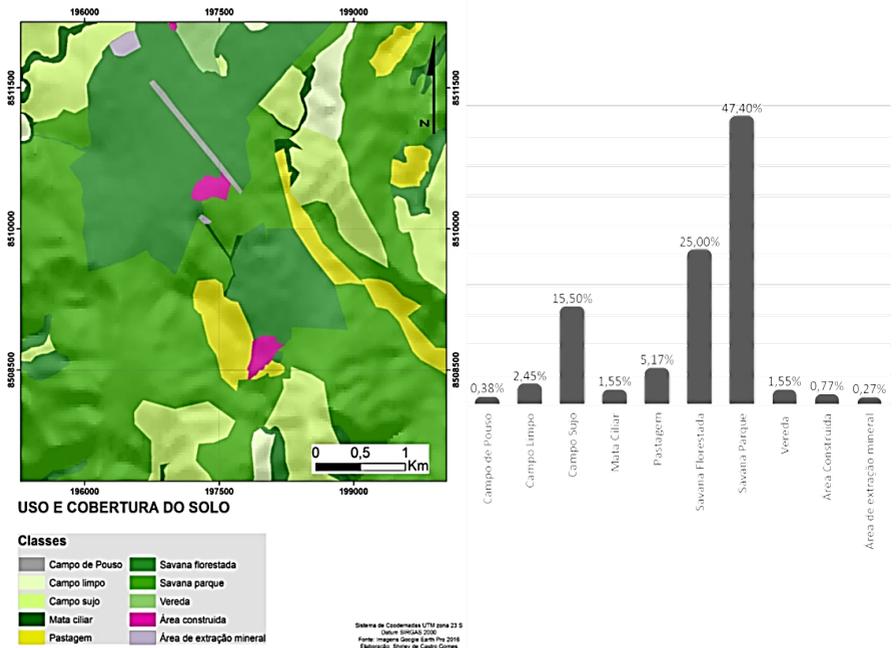
¹O termo povos tradicionais se refere às populações camponesas, indígenas, quilombolas, caiçaras, seringueiros e ribeirinhos, que em geral ocupam uma determinada região há muito tempo reconhecendo o território como área de utilização comunitária, com seu uso regulamentado pelo costume e por normas compartilhadas internamente (ARRUDA, 1999).

impressos na paisagem e a paisagem também evidencia heranças étnicas e culturais, como resultado da forma como os indivíduos se relacionam com a natureza, como por exemplo, o preparo da terra para o cultivo ou até mesmo a extração vegetal para produção de remédios.

O Povoado de São José está localizado em uma região onde ocorrem extensas áreas de Cerrado ainda preservadas, são áreas de relevo predominantemente declivosos, resultado de processos geomorfológicos de dobramentos ou dissecação e serviram como refúgio para populações quilombolas. Esses povos tradicionais presentes na região estabeleceram uma relação sustentável com a natureza, provocando alterações incipientes na paisagem.

Na figura 2 temos as classes de uso e cobertura do solo e os respectivos percentuais de cada classe para a área do povoado. As áreas naturais são predominantes, apresentando as fitofisionomias de Cerrado: Campo Limpo (2,45%), Campo Sujo (15,50%), Mata Ciliar (1,55%), Savana Florestada (25%), Savana Parque (47,40%) e Vereda (1,55%). As áreas antropizadas são representadas campo de pouso (0,38%), pastagem (5,17%), área construída (0,77%) e área de extração mineral (0,27%). Assim, as áreas de vegetação natural de Cerrado compreendem (93,45%) e as demais áreas (6,59%).

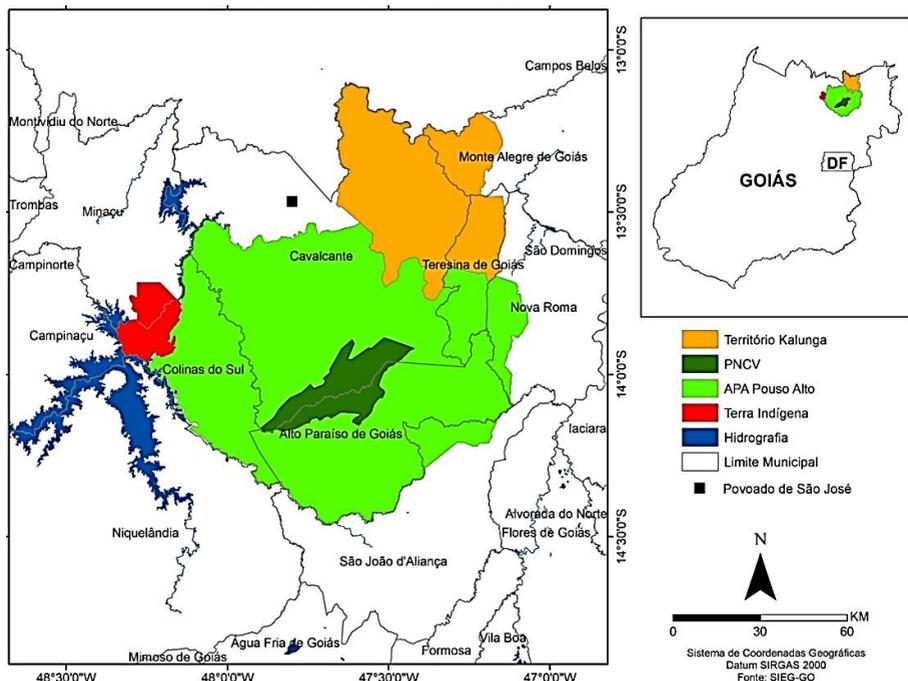
Figura 2 - Mapa de uso e cobertura do solo e gráfico de percentual por classe.



Fonte: Google Earth Pro com convalidação de campo. Elaboração: Shirley de Castro Gomes, 2018.

Próximos ao povoado localizam-se importantes áreas de preservação ambiental, como a Área de Proteção Ambiental Pouso Alto e o Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros (PNCV) e territórios patrimonializados, como o território quilombola do povo Kalunga e o território indígena Avá-Canoeiro (figura 3).

Figura 3 - Mapa de localização dos territórios Kalunga e Indígena, PNCV e APA do Pouso Alto.



Fonte: bases SIEG-GO. Elaboração: José Carlos de Souza, 2018.

A Área de Proteção Ambiental do Pouso Alto foi criada em 7 de maio de 2001 pelo Decreto nº 5.419, ocupando 872 mil hectares e abrangendo seis municípios: Alto Paraíso de Goiás, Cavalcante, Teresina de Goiás, Colinas do Sul, São João d'Aliança e Nova Roma (GOIÁS, 2001). De acordo com o IBAMA (2001) a criação de uma APA tem por objetivo proteger a biodiversidade, a qualidade cênica e o componente cultural das paisagens. Os proprietários continuam com direito assegurado à propriedade, no entanto, essas áreas estão sujeitas ao plano de manejo e controle visando o desenvolvimento sustentável.

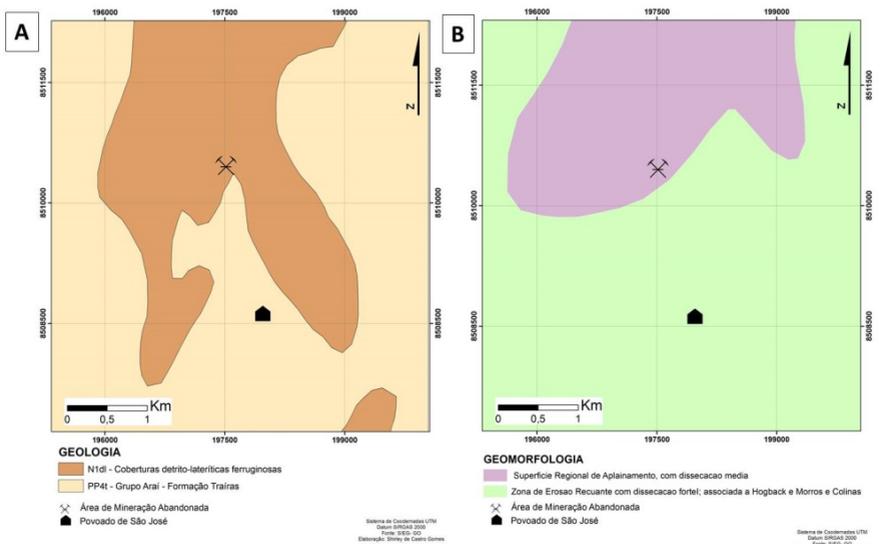
O Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros foi criado em 11 de janeiro de 1961, pelo Decreto nº 49.875, como o nome de Parque Nacional do Tocantins, com área inicial de 625 mil hectares. O objetivo era de preservar a beleza cênica, fauna e flora e os recursos hídricos do ponto mais alto do Planalto Central. Em 1981, sob influência do Ministério da Agricultura e de movimentos ligados ao agronegócio, a área do parque foi reduzida a 65 mil hectares. A partir de 2001, o parque passou a ser considerado como patrimônio natural da humanidade pela UNESCO (ICMBIO, 2018).

O Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga foi criado pela Lei Complementar do Estado de Goiás, número 19, de 05 de janeiro de 1996, ocupando uma área de 253,2 mil hectares. É atualmente o maior território em extensão de remanescentes quilombolas do país (ALMEIDA, 2010). A Terra Indígena Avá-Canoeiro possui 38.000 hectares e seu território se estende sobre os municípios de Minaçu e Colinas do Sul (FUNAI, 2015). Os Avá-Canoeiro tem a posse da terra assegurada pela Lei federal 6.001/1973 (BRASIL, 1973).

Caracterização geológica e geomorfológica

A área de entorno ao povoado possui um potencial mineralógico devido às Coberturas Detrito-Lateríticas Ferruginosas, ocasionando o surgimento de metais como manganês. Além das Coberturas Detrito-Lateríticas também é identificado à unidade geológica Formação Traíras e as unidades geomorfológicas Superfície Regional de Aplainamento (SRAI) e Zona de Erosão Recuante (ZER) (figuras 4A e 4B).

Figura 4 - Mapas de geologia (A) e geomorfologia (B) da região do Povoado de São José, Cavalcante (GO).



Fonte: Bases SIEG-GO. Elaboração: Shirley de Castro Gomes, 2018.

A Formação Traíras é uma unidade geológica que consiste de quartzitos e metassiltitos, formados pela alternância de níveis argilosos e/ou siltosos com níveis arenosos, contendo laminação plana paralela. As Coberturas Detrito-Lateríticas Ferruginosas compreendem sedimentos aluviais ou coluviais, constituídos por conglomerados com seixos de quartzito e lateritas autóctones com carapaças ferruginosas (MOREIRA *et al.*, 2008). Na figura 5 podemos observar a ocorrência de concreções resultado da formação das carapaças ferruginosas.

Figura 5 - Concreções ferruginosas.

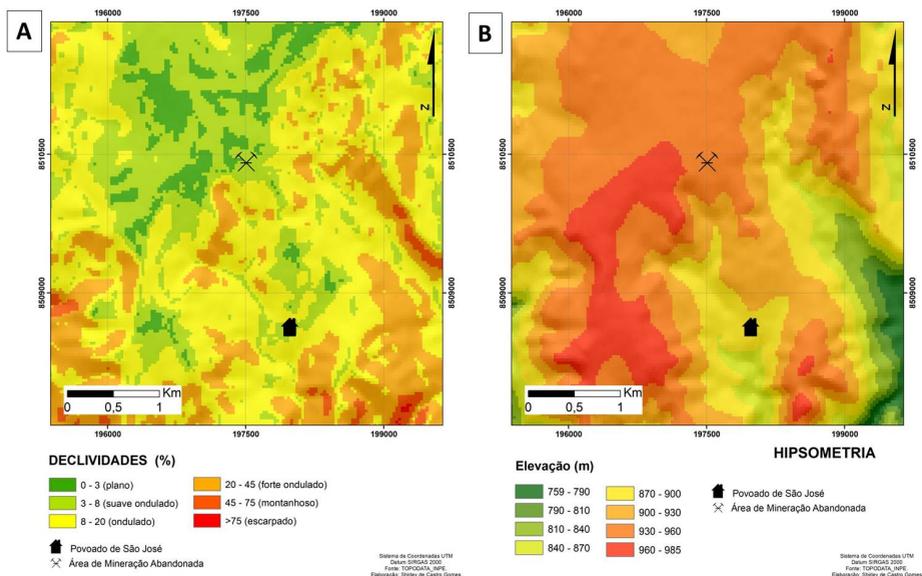


Autoria: Shirley de Castro Gomes, 2018.

A unidade geomorfológica SRAI datada do Pré-Cretáceo apresenta dissecação média, desenvolvendo-se acima das cotas de 1.250m com agrupamentos de morros que atingem até 1.600m, ponto este localizado na Chapada dos Veadeiros, caracterizando a região de maior altitude do Estado de Goiás. A ZER apresenta dissecação forte, relacionada à geração superfícies de aplainamento associada à hogback, morros e colinas (GOIÁS, 2006).

Os mapas das figuras 6A e 6B apresentam a caracterização morfométrica da área de estudo. O mapa de declividades foi elaborado com base na classificação de tipos de relevo proposta no Manual Técnico de Pedologia do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2007). Na área ocorrem relevos que variam de plano (0% - 3%) a escarpado (maior que 75%), com predomínio de relevos suave ondulado (3% - 8%) e ondulado (8% - 20%). O mapa hipsométrico apresenta variação altimétrica entre 759m e 985m, com amplitude de 226 m.

Figura 6 - Mapas de declividades (A) e hipsimetria (B) da região do Povoado de São José, Cavalcante (GO).



Fonte: TOPODATA – INPE. Elaboração: Shirley de Castro Gomes, 2018.

Extração do manganês: percepção dos moradores e questões ambientais

A empresa iniciou o processo de instalação da infraestrutura no ano de 2007, onde foram construídos alojamentos para os trabalhadores, construções iniciais da sede da empresa e uma extensa área desmatada para implantação do campo de pouso. A partir deste ano, teve início o processo de extração se estendeu até o ano de 2010, estando interrompido até o momento. As justificativas para esta interrupção não são claras, especula-se sobre a inviabilidade econômica e impedimentos legais. O que restou foram às áreas de extração

com solos e material rochoso exposto e vulnerável aos processos erosivos de transporte de material para os fundos de vale e cursos d'água (figura 7).

Figura 7 - Área de extração de manganês, Povoado de São José.



Autoria: Shirley de Castro Gomes, 2018.

Com a chegada da empresa, a população criou uma grande expectativa de geração de emprego e renda e possibilidade de desenvolvimento econômico regional. No entanto, após a paralisação criou-se uma sensação frustração e as causas da paralisação do processo de extração do minério não foram repassadas aos moradores.

A extração do manganês ocorre a céu aberto e para a perfuração das cavas houve a necessidade de desmatar áreas de Cerrado preservadas. Na área de extração e entorno, ocorre uma alta diversidade de espécies vegetais que formam na paisagem várias fitofisionomias de Cerrado, como Savana Florestada, Savana Parque, Campo Sujo, Campo Limpo e Veredas.

Como já citado anteriormente, o Povoado de São José localiza-se nas proximidades de importantes áreas de preservação e conservação ambiental, caracterizadas como áreas prioritárias para conservação da biodiversidade do Cerrado. Existem interesses políticos de estender o território Kalunga até os domínios do povoado, uma vez que institucionalizar essas áreas fará com que o Cerrado na região e a identidade dos povos tradicionais mantenham-se preservados.

O termo patrimônio refere-se a algo que herdamos e que, por isso, deve ser protegido, e esta proteção vai além dos aspectos físicos do território, englobando as múltiplas manifestações culturais (ALMEIDA, 2008). No mesmo sentido, levando em consideração o fato de que a região possui baixo potencial para o agronegócio, a mineração de manganês é vista como uma possibilidade de inserção desta região no processo de produção econômica, experimentado pelas outras regiões do Estado de Goiás, com as atividades do agronegócio.

Devido ao o isolamento da região e o distanciamento dos grandes centros e espaços mais economicamente produtivos, percebe-se que os moradores locais apoiam a extração de manganês acreditando no potencial mineral e na possibilidade de desenvolvimento econômico regional. Mesmo sabendo dos riscos de contaminação da água e do solo e reconhecendo que os impactos ambientais são irreversíveis. Em depoimento, uma moradora do povoado declara:

“... A água do córrego que passa aqui pertinho do povoado, a gente usa pra lavar as roupas, as vasilhas, tomar banho. Mais depois que começaram a tirar minério à gente nota que a água não está mais como

antes. Quando chove a enxurrada trás a impureza lá de cima do morro onde tiram pedras...”

Quando questionada acerca da paralisação da mineração, ela disse:

Essa é a única esperança aqui pra gente, com eles trabalhando aí os homens conseguem serviço e a gente consegue vender o que planta e traz da roça.

Um morador declara que enquanto a mineração estava ativa, via a possibilidade de desenvolvimento da região:

Enquanto ela (a empresa) esteve aqui foi mais desenvolvido. Mas aí ela foi embora o tempo parou.

No entanto, o mesmo tem consciência dos problemas ambientais gerados pelo de extração e que impacta diretamente a comunidade:

Mudou o rio demais, o rio secou, praticamente secou. Onde “trem” (carros, carroças) não passava hoje esta passando.

Quanto a alguma medida mitigadora ou recuperação ambiental desenvolvida pela empresa, o morador relata:

Só um buracão que eles abriram na cabaceira do rio... aí deram neles (fiscalização ambiental), eles entupiram, plantou arvore mas não prestou, não volta fácil.

Boa parte dos moradores tem consciência das conseqüências ambientais, como redução da vazão dos rios,

assoreamento, processos erosivos e perda da biodiversidade com a redução de plantas e animais. Entendem que a recuperação é lenta e é de responsabilidade da empresa as medidas de recuperação.

Evidentemente a população local tem ciência de que as suas terras não possuem alto valor de mercado pelas condições de relevo e solo. Trata-se, porém de terras com baixa ou nenhuma aptidão agrícola. Atividades como o ecoturismo, predominante em outras áreas de chapada e muito comum no território, torna-se num primeiro momento inviável, pois apesar da região contar com inúmeras cocheiras e outros atrativos naturais, estes ambientais estão distantes do povoado e não há ainda infraestrutura de acesso e hospedagens para receber visitantes.

Considerações finais

O Estado de Goiás possui um alto potencial mineralógico a exemplo de alguns municípios que surgiram e/ou se desenvolveram através da mineração. Além da extração sazonal de manganês, no Povoado de São José, ocorrem atualmente no norte goiano a extração de ouro, amianto, níquel e bauxita.

Apesar de o povoado estar inserido na região de menor desenvolvimento econômico do estado, o grande diferencial do norte goiano é sem dúvidas o fato de possuir as maiores riquezas naturais de Goiás, sendo reconhecido pela UNESCO como Reserva da Biosfera do Cerrado. A região é vista como área prioritária para preservação do bioma Cerrado e as áreas patrimonializadas, como o Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, a APA do Pouso Alto e os territórios indígena Avá-

Canoeiro e quilombola Kalunga contribuem para a conservação do potencial ambiental e cultural.

A expansão do processo de mineração de manganês na região pode pôr em risco a rica biodiversidade do Cerrado onde se encontram extensas áreas desse bioma ainda preservadas. No entanto, as limitações produtivas que o ambiente impõe, gera nessa comunidade uma expectativa de crescimento econômico com a continuidade da extração de manganês, apesar da insegurança que se tem em relação à empresa responsável pela retirada de minério. Especula-se no Povoado sobre a existência de impedimentos legais que dificultam a extração contínua.

Uma análise socioambiental e um olhar geográfico revelam que a mineração no Povoado de São José é uma das formas pelas quais o homem se apropria da natureza e de seus recursos, causando mudanças e provocando transformações no espaço e na sociedade.

Referências

ALMEIDA, M. G. Territórios de quilombolas: pelos vãos e serras dos Kalunga de Goiás - patrimônio e biodiversidade de sujeitos do Cerrado. **Ateliê Geográfico**, Goiânia, v. 4, n. 1, p.36-63, fev. 2010a.

ALMEIDA, M. G. Dilemas territoriais e identitários em sítios patrimonializados: Os Kalunga de Goiás. In: PELÁ, M; CASTILHO, D. **Cerrados: perspectivas e olhares**. Goiânia: Ed. Vieira, 2010b.

ALMEIDA, M. G. A captura do cerrado e a precarização de territórios: um olhar sobre sujeitos excluídos. In: ALMEIDA, M. G (Org.). **Tantos cerrados: múltiplas abordagens sobre a biogeodiversidade e singularidade sociocultural**. Goiânia: ed. Vieira, 2005.

ALMEIDA, M. G. Uma leitura etnogeográfica do Brasil sertanejo. In: SERPA, A. (org.). **Espaços culturais - vivências, imaginações e representações**. Salvador: EdUFBA, 2008.

ARAÚJO SOBRINHO, F. L.; ALVES, I. C. S.; VIEIRA, P. L. M. Uma análise geográfica do plano de desenvolvimento turístico de Cavalcante - Goiás. **Boletim de Geografia**, Maringá, v. 33, n. 3, p.31-45, set. / dez. 2015.

ARRUDA, R. Populações tradicionais e a proteção dos recursos naturais em unidades de conservação. **Ambiente & Sociedade**, n. 5, p.79-92, dez. 1999.

BRASIL. **Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC**. Lei n. 9.985 de 18 de julho de 2000.

CASTRO, M. C. G. Mineração e economia de Goiás. In: CASTRO, J. D. B. (org.). **Economia goiana: cadeias produtivas, reestruturação, mineração, agricultura e industrialização**. Anápolis: EdUEG, 2006.

CAVALCANTE (Cidade). Prefeitura Municipal. **História de Cavalcante**. Disponível em: <<https://www.cavalcante.go.gov.br/>>. Acesso em: 29 nov. 2018.

CARDOSO JUNIOR, H. M.; LUNAS, D. A. L. Universo da mineração em Goiás: potencial mineral e principais polos de extração. **Conjuntura Econômica Goiana**, n. 39, p. 85-98, dez. 2016.

CLAVAL, P. **A geografia cultural**. Florianópolis: EdUFSC, 2001.

DELLA GIUSTINA, C. C. **Degradação e conservação do cerrado: uma história ambiental do Estado de Goiás**. 2013. 206 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) - Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

DNPM - Departamento Nacional de Produção Mineral. **Universo da mineração brasileira**. Brasília: DNPM, 2007.

EITEN, G. Delimitação do conceito de Cerrado. **Arquivos do Jardim Botânico**, Rio de Janeiro, v. 21, p. 125-134, 1977.

FUNAI. Fundação Nacional do Índio. Terras Indígenas. Disponível em: <<http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/terras-indigenas>>. Acesso em 26 dez. 2015.

GOIÁS (Estado). Secretaria de Indústria de Comércio. Superintendência de Geologia e Mineração. **Geomorfologia do Estado de Goiás e Distrito Federal**. Goiânia: SIC - SGM, 2006.

GOIÁS (Estado). Gabinete Civil da Governadoria. Decreto nº 5.419, de 07 de maio de 2001. Dispõe sobre a criação da Área de Proteção Ambiental - APA de Pouso Alto e dá outras

providências. PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS, em Goiânia, 7 de maio de 2001.

GOMES, H.; TEIXEIRA NETO, A.; BARBOSA, A. S. **Geografia: Goiás-Tocantins**. Goiânia: EdUFG, 2004.

IBAMA. **Roteiro metodológico para a gestão de área de proteção ambiental**, APA / Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, Diretoria de Unidades de Conservação e Vida Silvestre. - Brasília: Ed. IBAMA, 2001.

ICMBIO - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **História do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros**. Disponível em <<http://www.icmbio.gov.br/parnachapadadosveadeiros/quem-somos/historia.html>>. Acesso em: 13 nov. 2018.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Manual técnico de pedologia**. Rio de Janeiro: IBGE, 2007.

IMB - Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos. **Estatísticas Municipais (2018)**. Disponível em: <<http://www.imb.go.gov.br>>. Acesso em: 12 dez. 2019.

KLINK, C. A.; MACHADO, R. B. A conservação do Cerrado brasileiro, **MEGADIVERSIDADE**, v. 1, n. 1, jul. 2005.

LEITE, U. B. **Os efeitos regionais da ‘grande mineração’: a experiência do Norte de Goiás**. 2013. 152 f. Dissertação

(Mestrado em Geografia) - Instituto de Geografia, Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

MARQUES, A. C. N. **Territórios de memória e territorialidades de Vitória dos Potiguara da Aldeia Três Rios**. 2009. 217 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geografia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2009.

MYERS, N. Biodiversity hotspots for conservation priorities. **Nature**, n. 403, p. 853-858, 2000.

MOREIRA, M. L. O. **Geologia do Estado de Goiás e Distrito Federal**. Goiânia: CPRM/SIC – FUNMINERAL, 2008.

OLIVEIRA, I. J. Chapadões descerrados: relações entre vegetação, relevo e uso das terras em Goiás. **Boletim Goiano de Geografia**, Goiânia, v. 34, n. 2, p. 311-336, ago. 2014.

OLIVEIRA, I. J. **Cartografia turística para a fruição do patrimônio natural da Chapada dos Veadeiros (GO)**. 2007. 200 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2007.

PALACIN, L. **O século do ouro em Goiás (1722-1822)**. Goiânia: EdUCG, 1994.

SCARIOT, A.; SOUSA-SILVA, J. C.; FELFILI, J. M. (Orgs). **CERRADO: Ecologia, Biodiversidade e Conservação**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2005.

SANO, E. E.; ROSA, R.; BRITO, J. L.; FERREIRA, L. G. Mapeamento semidetalhado do uso da terra do Bioma Cerrado. **Pesquisa Agropecuária Brasileira**, v. 43, p. 153-156, 2008.

SAMPAIO, J. A. Manganês. In: LUZ, A. B.; LINS, F. A. F. **Rochas e minerais industriais: usos e especificações**. Rio de Janeiro: CETEM/MCT, 2008.

TEIXEIRA NETO, A. O território goiano-tocantinense no contexto do cerrado. In: GOMES, H. (coord.) **Universo do Cerrado**. Goiânia: EdUCG, 2008. v. 1.

WWF - Brasil. **Áreas prioritárias para conservação da biodiversidade no Cerrado e Pantanal**. Brasília: WWF, 2015.

ZARDINI, F. P. F.; SOUZA, J. C.; MARTINS, P. T. A. Meio físico e patrimonialização de áreas: elementos para a conservação do bioma Cerrado no Norte Goiano. **ACTA Geográfica**, Boa Vista, v. 10, n. 22, abr. 2016. 16 p.

A GEOGRAFIA DA DENGUE EM ANÁPOLIS (GO) ENTRE 2010 E 2018

*Rafaela Cristina Souza
Adriana Aparecida Silva*

Introdução

Hoje no Brasil a dengue é considerada um grave problema de saúde pública, com comportamento endêmico, associado a epidemias cíclicas anuais. A maior incidência de casos ocorre nos meses de fevereiro a maio, quando ocorrem maiores índices de precipitação pluviométrica e temperaturas mais elevadas, o que favorece o aumento da população do mosquito vetor (POLONI, 2013). O meio geográfico brasileiro, portanto, apresenta as condições necessárias para a incidência e propagação de inúmeras doenças, especialmente às doenças metaxênicas, ou seja, àquelas que exigem para sua transmissão vetores biológicos, como, por exemplo, a malária, a febre amarela, as filarioses transmitidas por mosquitos, assim como a dengue. Importante destacar que, além disso, o vetor desenvolve a cada novo ciclo resistências às diversas formas de controle.

Para se delimitar as áreas de endemicidade ou epidemicidade de uma doença, deve-se considerar não só a geografia física, o clima e os demais fenômenos meteorológicos que caracterizam geograficamente a região, mas também, as geografias humana, social, política e econômica. Sendo que “os fatores que mais intervêm na variação e propagação das doenças são justamente os humanos”, onde se destaca o rápido crescimento demográfico, associado à intensa e desordenada urbanização, inadequada infraestrutura urbana, acúmulo de

resíduos não orgânicos, debilidade dos serviços e campanhas de saúde pública, bem como o despreparo dos agentes de saúde e da população para o controle da doença (PESSOA, 1978). Além disso, o mundo globalizado torna possível os fluxos de vírus e bactérias, os quais podem se alastrar rapidamente nas diversas regiões do globo e produzir grandes epidemias (CASTELLS, 2002).

Neste sentido, Geografia se apresenta como a ciência que estuda as relações entre a sociedade e a natureza, indo de encontro das questões enfrentadas pela Epidemiologia. Essa aproximação entre essas duas áreas, Geografia e Epidemiologia é histórica e utiliza a denominada Geografia da Saúde ou Geografia Médica, sendo considerada, por alguns, como um ramo da Epidemiologia, e por outros, um ramo da Geografia. No decorrer dessa história, a Epidemiologia incorpora gradativamente o conceito de espaço trabalhado na Geografia, e faz dessa categoria uma importante ferramenta para a análise da manifestação coletiva da enfermidade (CZERESNIA; RIBEIRO, 2000). É através da abordagem teórica da Geografia da Saúde que é possível pensar a cidade, enquanto um ambiente formado por elementos do meio físico, social e econômico, os quais podem ser correlacionados à questão da distribuição regional das doenças.

A Geografia da Saúde possui dois pontos de vista, sendo um geral e o outro regional. No ponto de vista geral, o geógrafo procura determinar a extensão de um fenômeno na superfície do globo. Já o ponto de vista regional baseia-se no fato de que cada região se assinala por uma associação de endemias ou de epidemias relacionadas com as características geográficas, físicas, biológicas e humanas (PESSOA, 1978). As estratégias

apresentadas são todas desenvolvidas a partir de hipóteses estabelecidas para abordagem da relação entre saúde e ambiente.

Como contribuição metodológica da Geografia da Saúde, tem-se a inserção do geoprocessamento que possibilita inter-relação dos elementos presentes no espaço, sendo possível o estabelecimento de relações de causalidade entre condições ambientais e saúde, permitindo ainda a identificação de variáveis que revelem a estrutura social, econômica e ambiental, onde riscos à saúde estão presentes. Além disso, essa ferramenta permite planejar medidas de intervenção junto a fontes poluidoras, áreas de concentração de poluentes e populações expostas a risco (BARCELLOS; BASTOS, 1996). Tal metodologia produz mapas que permitem observar a distribuição espacial de situações de risco e de problemas de saúde (FLAUZINO, 2009).

Exemplo de cidade brasileira onde todos os anos são registrados casos graves de dengue transmitida pelo mosquito *Aedes aegypti* é Anápolis, situada no centro do estado de Goiás, localizada entre duas metrópoles regionais brasileiras, sendo Goiânia, a 57 km de distância, e Brasília, a 148 km. Tendo sido emancipada em 31 de julho de 1907, possui mais de 100 anos de existência, uma área territorial de 933,156 km² que abriga uma população de 375.254 habitantes (IBGE, 2019).

Grande parte da população anapolina é advinda da migração, pessoas que vem principalmente do nordeste e norte do país, em busca de emprego uma vez que esta cidade apresenta forte potencial industrial e econômico, tendo como referência o Distrito Agroindustrial de Anápolis (DAIA) e outras indústrias espalhadas pela cidade. Tal fato tem como

reflexo um aumento no número de habitantes, associado ao crescimento urbano, onde novos bairros são criados para abrigar este crescimento populacional. Ocorre que este crescimento não planejado implica em regiões, no geral bairros mais pobres e com valor agregado menor, não sejam alcançadas por políticas públicas, as quais são negligenciadas em termos de infraestrutura e saúde pública. Exemplo disso é o fato de alguns bairros possuem apenas o serviço de coleta de lixo, que é realizado somente três vezes por semana, o que ocasiona no acúmulo e descarte incorreto dos resíduos, quer seja em loteamentos baldios, seja nas portas de suas casas (MENDONÇA *et al.*, 2009).

A maior parte dos estudos encontrados sobre Geografia da Saúde associa doenças ao espaço urbano, assim, podemos dizer que a cidade é a protagonista da configuração espacial, com seu crescimento, sua superlotação, a sua precária rede de infraestrutura, principalmente nas periferias, a sua intensa movimentação de pessoas, que favorecem a circulação de parasitas. Não só antigas doenças coabitam com novas, como doenças anteriormente erradicadas ressurgem, tais como as epidemias de meningite, leptospirose, cólera e dengue (CZERESNIA; RIBEIRO, 2000). Neste sentido, este estudo objetiva analisar a geografia da dengue na cidade de Anápolis – GO, entre os anos de 2010 e 2018, buscando compreender a distribuição geográfica da doença e seus fatores causais.

Métodos, resultados e discussão

Para execução da pesquisa foi realizado o resgate bibliográfico, abordando temas como: geografia da saúde, dengue, o crescimento urbano, infraestrutura e saúde pública, onde se buscou embasamento teórico dos principais autores que abordam a Geografia da Saúde, em especial os que discutem a dengue no Brasil, tais como Josué de Castro (CASTRO, 1957), Samuel Pessoa (POLONI, 2013), Christovam Barcellos (BARCELLOS; BASTOS, 1996), Rafael Catão (CATÃO, 2011), Francisco Mendonça (MENDONÇA *et al.*, 2009), entre outros.

Foram realizadas buscas de dados estatísticos sobre o registro de casos e de doentes tratados com dengue, junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), além de informações disponíveis no SUS, na Secretaria Municipal de Saúde (SEMUSA) e na Vigilância Epidemiológica de Anápolis. Os dados abrangem o período de 2010 a 2018, os quais foram tabulados e tratados graficamente no programa Excel.

Para gerar a distribuição geográfica da dengue e viabilizar a análise de correlação dos fatores causais foi feita uma revisão cartográfica de Anápolis, com busca de dados disponíveis no Sistema Estadual de Geoinformação de Goiás (SIEG), imagens de satélites disponíveis no *site* do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), além de mapeamentos realizados pela Prefeitura de Anápolis. Na manipulação destes dados foi utilizado um Sistema de Informação Geográfica (SIG), o programa *ArcGIS versão de teste*, no qual foi criado um banco de dados relativo aos limites municipais, limites dos bairros e número de pessoas com dengue por bairros. Tais temas foram

cruzados e a partir destes foi possível gerar os mapas de ocorrência de dengue de Anápolis dos anos de 2010 a 2018.

De acordo com os dados coletados junto a SEMUSA e a Vigilância Epidemiológica, entre os anos de 2010 e 2018, Anápolis sempre apresentou elevado número de casos confirmados de dengue, sendo que no ano de 2012 houve menor registro relativo ao número de 334 casos e o ano de maior registro foi 2016 quando os números chegaram a 10.582 casos de pessoas contaminadas. Na tabela 1 são apresentados os três bairros com maior quantidade de casos confirmados de dengue entre 2010 e 2018 e o total de casos confirmados na cidade durante o período.

Tabela 1: Principais bairros e nº de casos confirmados de dengue em Anápolis (GO) entre os anos de 2010 e 2018.

Ano	Bairro/Distrito	Casos confirmados de Dengue
2010	Calixto Abrão	72
	Jardim Alexandrina	34
	Boa Vista	27
	TOTAL ANÁPOLIS	838
2011	Interlândia	60
	Retiro II	40
	Jardim das Oliveiras	14
	TOTAL ANÁPOLIS	666
2012	Santa Isabel	31
	Setor Central	24
	Jaiara	15
	TOTAL ANÁPOLIS	334
2013	Jaiara	288
	Setor Central	269
	Jundiaí	184
	TOTAL ANÁPOLIS	4837

2014	Setor Central	226
	Jaiara	223
	Bairro de Lourdes	138
	TOTAL ANÁPOLIS	4256
2015	Setor Central	292
	Jaiara	281
	Bairro de Lourdes	187
	TOTAL ANÁPOLIS	5696
2016	Jaiara	608
	Boa Vista	395
	Setor Central	391
	TOTAL ANÁPOLIS	10582
2017	Jaiara	102
	Jardim Alexandrina	49
	Recanto do Sol	37
	TOTAL ANÁPOLIS	1045
2018*	Santos Dumont	34
	Jaiara	24
	Recanto do Sol	24
	TOTAL ANÁPOLIS	3000

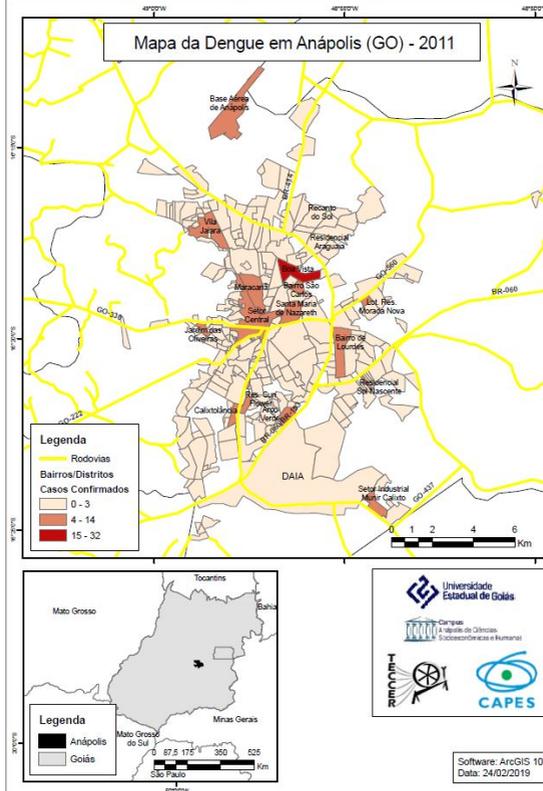
*: dados obtidos no mês de maio.

Fonte: SEMUSA, 2018. Elaboração: Autoras, 2019.

Os dados apresentados mostram que os bairros com maior número de casos confirmados de dengue são: Jaiara (aparece 7 vezes, somando um total de 1.541 casos), Setor Central (aparece 5 vezes, somando um total de 1.202 casos), Jardim Alexandrina (aparece 2 vezes, somando um total de 83 casos), Boa Vista (aparece 2 vezes, somando um total de 422 casos), Bairro de Lourdes (aparece 2 vezes, somando um total de 325 vezes) e Recanto do Sol (aparece 2 vezes, somando um total de 61 casos). Por esta análise, consideramos que estes representam os bairros que merecem maior atenção dada as

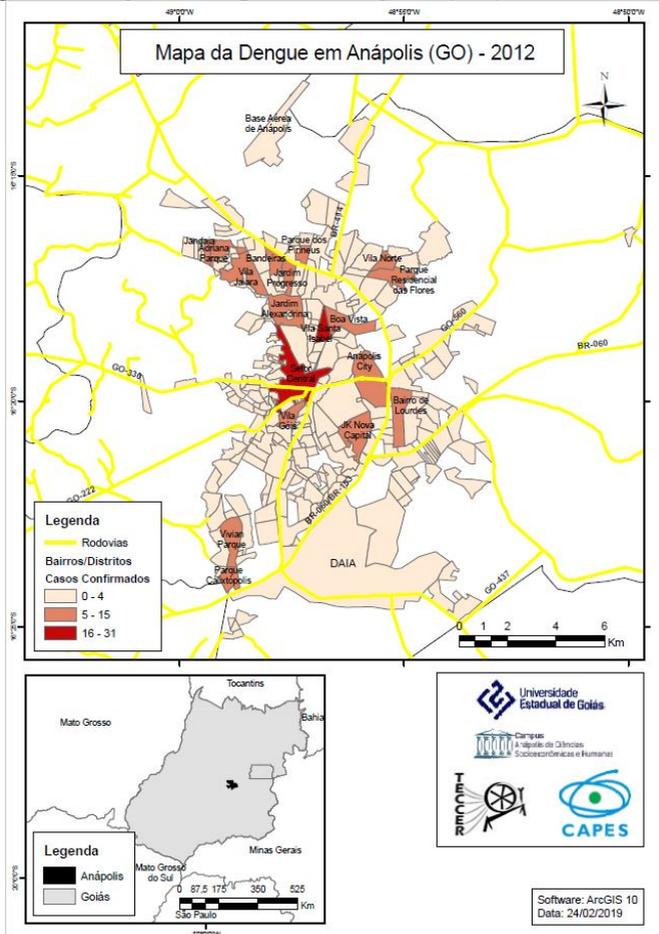
Em 2011 as notificações de pessoas acometidas pela doença se concentram mais na porção central da cidade, destaque para o distrito de Interlândia e o bairro Boa Vista (figura 2). Já em 2012 permanecem os maiores índices de contaminação na faixa central da cidade, quando aparecem o Setor Central e a Vila Santa Isabel localizados (figura 3).

Figura 2: Mapa da dengue em Anápolis (GO) no ano de 2011.



Fonte: SEMUSA, 2018. Elaboração: Autora, 2019.

Figura 3: Mapa da dengue em Anápolis (GO) no ano de 2012.

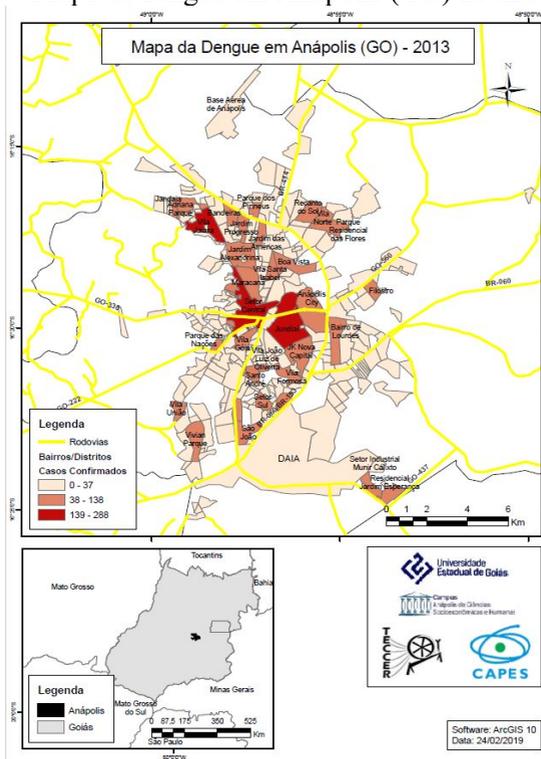


Fonte: SEMUSA, 2018. Elaboração: Autoras, 2019.

No ano de 2013 houve um aumento significativo no número de casos confirmados de dengue na cidade de Anápolis, chegando a 4.837 registros. Fato que refletiu também na geografia da doença, que atinge novos bairros (somando 32

bairros com pessoas doentes). Os principais bairros em termos de casos confirmados da doença são a Vila Jaiara, o Setor Central, e o Jundiáí. Estes bairros se localizam na faixa central e norte da cidade. Importante destacar que nos anos anteriores os bairros com maior contaminação apresentavam cerca de 30 casos confirmados, mas, em 2013 este número passa a 250 em média (figura 4).

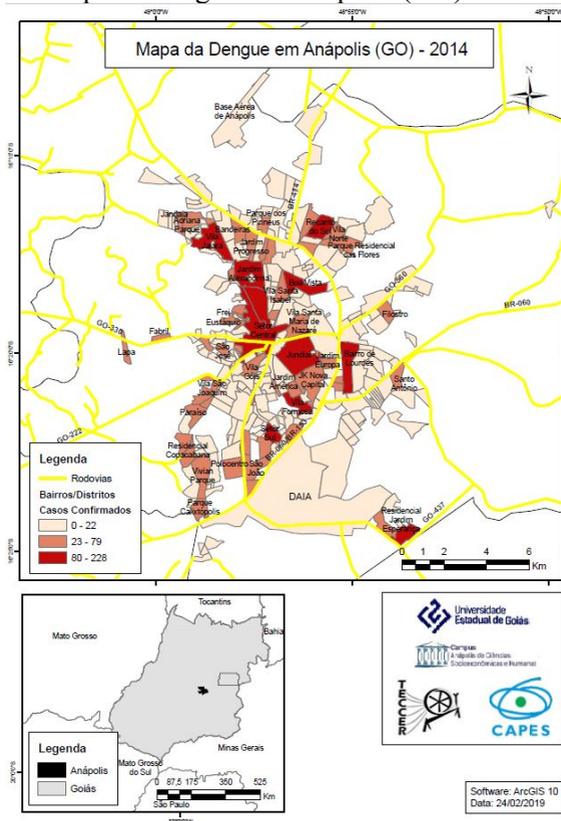
Figura 4: Mapa da dengue em Anápolis (GO) no ano de 2013.



Fonte: SEMUSA, 2018. Elaboração: Autoras, 2019.

Em 2014, o índice de contaminação foi menor em relação ao ano anterior, mas, o número de bairros com casos confirmados de pessoas acometidas pela doença atingiu todas as regiões da cidade. Os bairros Setor Central, Vila Jaiara e Bairro de Lourdes apresentaram os maiores índices do ano (figura 5).

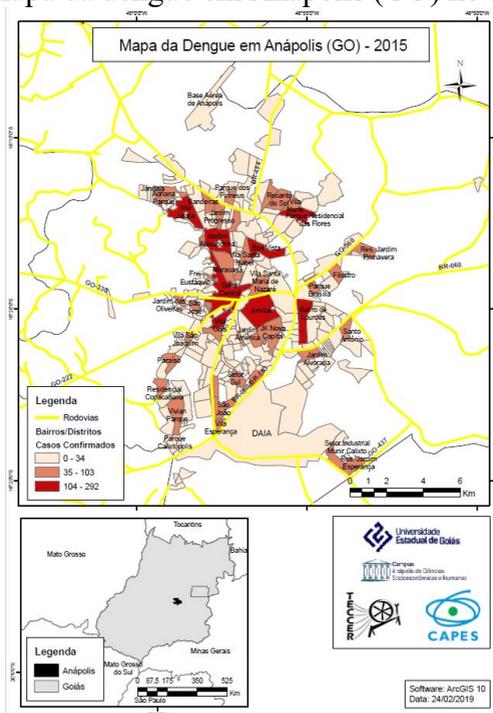
Figura 5: Mapa da dengue em Anápolis (GO) no ano de 2014.



Fonte: SEMUSA, 2018. Elaboração: Autoras, 2019.

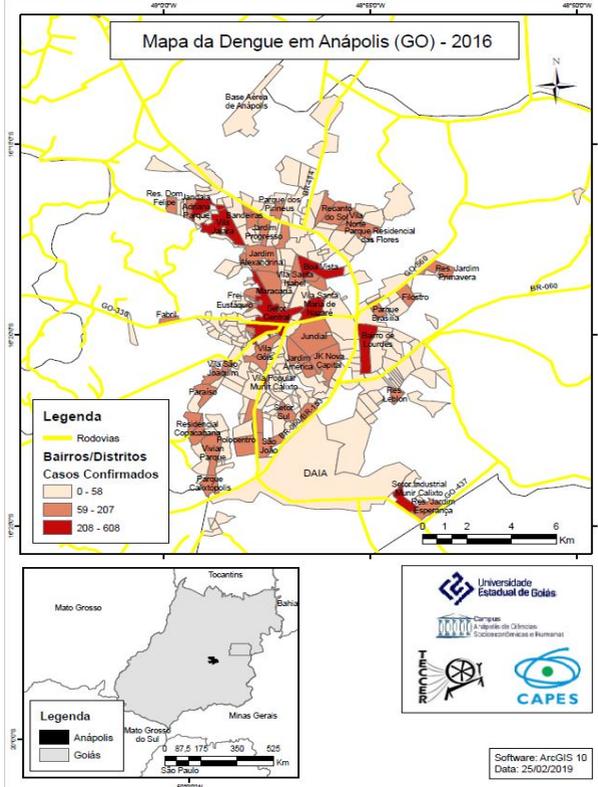
No ano de 2015 este cenário de casos confirmados por toda a cidade de Anápolis se mantém (figura 6). Já em 2016 houve um expressivo aumento no número de pessoas acometidas pela doença, chegando a 10.582 casos em toda a cidade, maior número observado dentro do recorte temporal abordado nesta pesquisa, com destaque para a Vila Jaiara, onde houve registro de 608 casos confirmados, em seguida o bairro Boa Vista, que teve 395 casos (figura 7). Foi encontrada uma divergência nos dados, sendo que segundo o SUS foram 15.767 notificações (SUS, 2019).

Figura 6: Mapa da dengue em Anápolis (GO) no ano de 2015.



Fonte: SEMUSA, 2018. Elaboração: Autoras, 2019.

Figura 7: Mapa da dengue em Anápolis (GO) no ano de 2016.

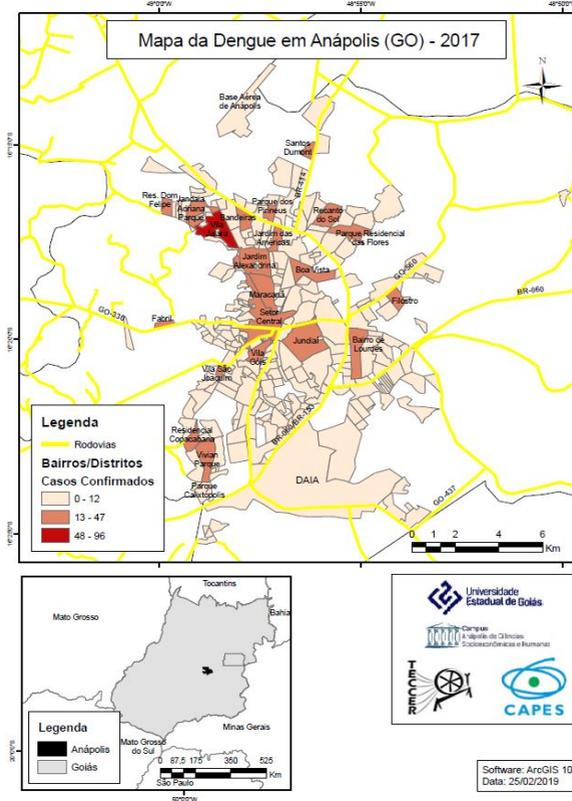


Fonte: SEMUSA, 2018. Elaboração: Autoras, 2019.

No ano de 2017 houve redução do número de casos de dengue, totalizando 1.043 casos confirmados da doença, segundo a Secretaria Municipal de Saúde e 3.685 casos notificados segundo o SUS (figura 8). Já em 2018 o que se observa é que a Vila Jaiara, localizada à noroeste, e o Recanto do Sol juntamente com o Parque Residencial das Flores, localizados a nordeste, continuam registrando os maiores número de casos da doença, isso considerando os dados obtidos

até o mês de maio. Destaque para o bairro localizado ao norte, o bairro Santos Dumont, que teve 34 casos confirmados de dengue (figura 9). O total de casos notificados no ano foi de 3.000 (SUS, 2019).

Figura 8: Mapa da dengue em Anápolis (GO) no ano de 2017.



Fonte: SEMUSA, 2018. Elaboração: Autoras, 2019.

localização dos bairros com maior contaminação, sendo a região central e norte da cidade, onde estão os bairros: Vila Jaiara, o Jardim Alexandrina e o Setor Central. Em quantidades relativamente menores, estão os bairros Bairro de Lourdes, Boa Vista e Adriana Parque, os quais se encontram entre os bairros com maior número de casos em outros anos da pesquisa.

Em relação aos fatores causais, buscando analisar o número de pessoas contaminadas, as características de localização e densidade populacional e urbanização dos bairros de Anápolis, pudemos observar que nos bairros mais recentes e pouco ocupados, tais como os que se situam em torno da BR-153 e da BR-414, não houve grande número de casos confirmados de dengue, mesmo considerando que nestes bairros o número de lotes baldios seja bastante representativo. Por outro lado, nos bairros mais antigos e mais populosos e com menor número de lotes baldios, como o Recanto do Sol e o Parque Residencial das Flores, foram os que apresentaram maior número de pessoas acometidas pela dengue. Assim, a relação entre locais com grande número de lotes baldios e a tendência a ser área de risco foi negada, uma vez que nos bairros mais antigos, com maior número de residentes e poucos lotes baldios é que se encontram o maior número de casos confirmados de dengue.

Conclusão

A análise dos dados relativos à geografia da dengue em Anápolis, revelaram que entre os anos de 2010 e 2018 esta doença se espalhou por toda a cidade, havendo a cada ano uma distribuição espacial diferenciada. Observou-se, porém, um padrão em relação à área de maior contaminação, a qual está

localizada nas regiões central e norte, em especial nos bairros Vila Jaiara, Jardim Alexandrina e Setor Central. A cada ano o número de pessoas contaminadas altera, sendo que o ano de menor número de registro foi em 2012, com 334 casos confirmado, já o ano com maior registro foi 2016 quando chegou a 10.582 o número de casos de contaminação pelo vírus da dengue em Anápolis.

Entendemos como importante conhecer a geografia das áreas críticas de Anápolis, mas, apesar de algumas regiões merecerem uma atenção maior devido ao número de casos registrados, é preciso que toda a cidade seja assistida por parte da gestão pública, com ações mais eficientes dos agentes de saúde, pois, como visto, os bairros que tiveram maior quantidade de casos de dengue se repetem, mas, em toda a cidade o vetor e a doença estão presentes. Acreditamos que a Prefeitura Municipal de Anápolis deve continuar realizando um trabalho preventivo, com campanhas que envolvam toda a população, uma vez que todos são interessados na erradicação do mosquito, cabendo, também aos moradores a realização de medidas de vigilância das áreas de contaminação do *Aedes aegypti*.

Referências

BARCELLOS, C.; BASTOS, F. I. Geoprocessamento, Ambiente e Saúde: uma união possível? **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 3, p. 389-397, jul-set. 1996.

CASTELLS, M. A **Sociedade em Rede**. 6 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

CASTRO, J. **Geografia da Fome**. São Paulo: Brasiliense, 1957.

CATÃO, R. C. **Dengue no Brasil**: abordagem geográfica em escala nacional. 2011. 185 p. Dissertação (Mestrado em Geografia e área de concentração Produção do Espaço Geográfico) – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2011.

CZERESNIA, D; RIBEIRO, A. M. O conceito de espaço em epidemiologia: uma interpretação histórica e epistemológica. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 3, p. 595-617, jul-set. 2000.

FLAUZINO, R. F. **Dengue, heterogeneidade e indicadores socioambientais**: particularidades da dinâmica da dengue em nível local. 2009. 102 p. Tese (Doutorado em Saúde Pública) – Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Brasil/Goiás/Anápolis**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/anapolis/panorama>>. Acesso em: 05 nov. 2019.

MENDONÇA, F. A.; SOUZA, A. V.; DUTRA, D. A. Saúde Pública, Urbanização e Dengue no Brasil. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v. 21, n. 3, p. 257-269, dez. 2009.

PESSOA, S. B. **Ensaio Médico-Sociais**. 2 ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1978.

POLONI, T. R. R. S. Estudo das características clínicas e laboratoriais da infecção pelo vírus da dengue em crianças atendidas em uma unidade de saúde no município de Ribeirão Preto, São Paulo. 2013. 92 p. Tese (Doutorado em Biociências Aplicadas à Farmácia) – Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2013.

SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE. Mapa da Saúde de Goiás.
Disponível em:
<<http://mapadasaude.saude.go.gov.br/mobile.php#d3Map>>.
Acesso em: 05 nov. 2019.

METAMORFOSES NAS RELAÇÕES SOCIOPRODUTIVAS E NAS PAISAGENS CAMPONESAS

Edevaldo Aparecido Souza
José Novais de Jesus

Introdução

As paisagens cerradeiras, ao longo de décadas, vêm sofrendo drásticas alterações materiais e imateriais. Por paisagens materiais entendem-se as feições físicas e culturais compostas, sobretudo, pelas feições observadas e sentidas pela visão e tato, e as imateriais compreendem-se as percepções do olfato, da audição e paladar, que dão sentido às representações, significações, funcionalidades e relações nas paisagens.

Até a década de 1950, as alterações nas paisagens do Cerrado eram pontuais e insignificantes. As terras do Cerrado, na mesorregião do Sul Goiano², eram constituídas de grandes fazendas e pequenas posses com uma agricultura voltada à economia de consumo ou para o comércio local, e de pastagens para criação de gado, no modelo extensivo. Essas práticas garantiam uma paisagem que velava a preservação do Cerrado.

Chastan (2001) escreve que a produção, no período, era, basicamente, de economia de consumo, uma vez que a produção se limitava às necessidades básicas das famílias e de não haver um mercado consumidor forte mais próximo. A atividade

²Microrregião e mesorregião são categorias de classificação regionais reconhecidas pelo IBGE.

pastoril era predominante e, por isso, existiam abastados fazendeiros que faziam do gado um comércio bem lucrativo.

Nos anos de 1960, com mais ênfase a partir de 1970, essa paisagem começa a sofrer alterações mais profundas pela investida do capital, apoiados pelos programas de governos implementados pelas políticas públicas de “desenvolvimento do Cerrado”. Gradativamente, a região, que predominava as lavouras e a criação de animais para economia de consumo, passou a praticar também a economia de mercado, inicialmente, por intermédio da produção de alimentos básicos para, posteriormente, produzir soja e pecuária de corte e leiteira, promovendo a expansão do modelo de monocultura, que produziu, na paisagem do Cerrado, nova configuração física e cultural.

A forma mais clara de perceber tais mudanças é a observação da paisagem, que se transformou de Cerrado à grandes lavouras de arroz e algodão e também de pastagem, depois a produção de milho e soja, e, recentemente, a cana-de-açúcar, alterando também, sobremaneira, as formas organizacionais das comunidades camponesas.

Atualmente o Sul Goiano, está em um contexto importante para o setor agrocombustível³, devido aos fatores físicos,

³Entende-se por setor agrocombustível uma nova estratégia de reprodução do capital global, com argumentos de ser um produto energético renovável e “sustentável”, com base em uma matriz energética “limpa” e “verde”, ou seja, produção de combustíveis a partir de vegetais. Respeitando as normas da ABNT em citações diretas, aparecem termos como “setor sucroalcooleiro”, “setor energético” e “setor canavieiro”, utilizados por

geográficos e econômicos favoráveis. Várias agroindústrias da cana se instalaram nessa mesorregião para a produção do agrocombustível, transformando imensas áreas de terras ocupadas com grãos, pastagens e pequenas lavouras em extensas áreas de cana-de-açúcar.

Em um recorte espacial menor, a Microrregião Quirinópolis se insere nessa área com um forte potencial de organização e coordenação do processo produtivo, com duas agroindústrias da cana instaladas em seu território, bem como outras empresas de produção e serviços ligadas ou estimuladas pelo complexo do agrocombustível, presentes, inclusive, em municípios vizinhos, localizados na Microrregião 018, também denominada de Microrregião Quirinópolis.

Utilizaremos de uma pesquisa realizada nesse município para pensar o contexto Sul Goiano, que, de forma geral, constitui características semelhantes quanto aos impactos dessas agroindústrias e suas grandes lavouras de cana-de-açúcar nas práticas produtivas locais e na alteração das paisagens.

Na Microrregião 18, encontram-se instaladas e em operação sete agroindústrias de álcool e açúcar que doravante serão denominadas simplesmente de Usinas de álcool: Usina São Francisco e Usina Boa Vista, no município de Quirinópolis; Usina Energética São Simão S/A, em São Simão; Usina Rio Claro Agroindustrial Ltda., em Caçu; Usina Energética Rio Doce I Açúcar e Álcool, em Cachoeira Alta, Usina Energética Rio Doce II Açúcar e Álcool, em Caçu; e o Complexo

outros autores. Entretanto o termo utilizado nesse texto é o “agrocombustível”.

Bioenergético em Itarumã. Outras se encontram nas microrregiões: Meia Ponte; Vale do Rio dos Bois; Pires do Rio e Catalão. Geralmente, as lavouras de cana extrapolam os limites do município sede e utilizam terras em municípios vizinhos.

Convém comentar que as lógicas e estratégicas para instalação de um grande empreendimento, como essas usinas de álcool, em determinado município, causam discussões e contradições. São visões divergentes e conflitantes, por conta de interesses antagônicos instalados nesses locais. As paisagens também são impactadas por essas contradições, haja vista que as transformações são significativas na Mesorregião Sul Goiano.

As paisagens atuais podem ser entendidas como feição ou forma da estruturação de um território que vem sendo construído um sobre o outro e que, há muito tempo, estiveram presentes nesse espaço. No atual território, a priorização é a produção de cana, que certamente amplia a “pressão” social, econômica e cultural, constituída sobre os sujeitos, tais como os proprietários de terras, grandes, médios e também os camponeses, uma vez que outras atividades produtivas podem não mais ser consideradas atrativas, em termos mercadológicos.

Não se pode deixar de mencionar, entretanto, que, entre os aspectos socioeconômicos, também havia, e ainda há, elementos socioculturais territorializados nos lugares ocupados pela agroindústria da cana (e pelo Estado). Famílias camponesas integradas ao Cerrado cultivavam os campos, reproduziam-se socioculturalmente e mantinham relações comunitárias rurais, inclusive com o sistema urbano local. Atualmente, por mais que a modernização da produção no campo tenha desterritorializado famílias de camponeses, muitas permanecem nos seus sítios

produzindo leite, alimentos para economia de consumo⁴, e reproduzindo a sua existência.

Além das pequenas propriedades, as médias e grandes igualmente operavam um sistema agropecuário produtivo, ora com a soja e o milho, ora com a pastagem para a criação do gado de engorda e da produção leiteira, produzindo territorialidades distintas, que se concretizavam em paisagens culturais e modos de vida típicos da região. No entanto, é preciso compreender que as alterações que ocorrem no espaço rural não são apenas de produção agropecuária ou outros usos do Cerrado, mas também da produção dos meios de vida e dos vínculos com o território e com o lugar, que contribuem para a configuração da paisagem.

O objetivo foi caracterizar a área de estudo com uma descrição da paisagem física e cultural, em temporalidades diversas, pensadas a partir das transformações iniciadas nas décadas de 1950/60 até os dias atuais. Ao apresentar as relações socioculturais, os modos de vida dos camponeses e as suas territorialidades, com o objetivo de apresentar as características dos recursos naturais e as atividades antrópicas, foi possível pensar as paisagens rurais e abordá-las sob as especificidades das configurações locais e regionais.

Isso se estabeleceu como um dos elementos fundantes para a compreensão das relações entre os camponeses e o

⁴Termo proposto por Brandão para explicar a produção para sustentação familiar ou de trocas de produtos por produtos, em comunidades camponesas tradicionais, mas já integradas ao mercado. Diferente da economia de mercado, considerado “economia de excedente produção para além do consumo, o excedente comercializável” (BRANDÃO, 2009, p. 45).

Cerrado, assim como entre eles e os vínculos territoriais estabelecidos no lugar. Desse modo, foram analisados os acontecimentos e as implicações socioculturais nas paisagens, nos territórios e nos conteúdos humanos contidos na realidade do Sul Goiano.

A discussão parte do método dialético, a partir de debates teóricos e coleta de informações por meio de entrevistas semiestruturadas, documentação fotográfica, objetivando ilustrar, a partir da imagem, as paisagens naturais, sociais e culturais dos camponeses, assim como a observação direta das paisagens e a organização do espaço desses camponeses.

O texto utiliza dados de uma pesquisa empírica realizada na área rural de Quirinópolis em 2011, como recorte da investigação, para analisar as tensões entre as lógicas camponesas e a do agronegócio que, de forma geral, tem características próximas. Por esse motivo as ilustrações são datadas de 2009, 2010 e 2011. Desse modo, a paisagem se tornou importante como categoria de análise, possibilitando entender as transformações que houve no espaço do Cerrado na mesorregião Sul Goiano. Essas transformações se concretizaram nas feições físicas e culturais e materializaram-se nas paisagens modificadas durante os processos de uso e ocupação do solo e do espaço.

Discussões conceituais das paisagens materiais e imateriais

A paisagem, na Geografia, possui literatura muito extensa; contudo é no conceito de paisagem cultural que este texto vai se centrar, ao apresentar as preocupações relacionadas ao processo de reutilização e reocupação do Cerrado, sobretudo por grandes empreendimentos produtivos que promovem

ressignificações da paisagem rural das comunidades camponesas.

No processo de escolha da região/lugar para execução desses grandes projetos capitalistas, o uso da tecnologia é indispensável, e o conhecimento geográfico tem servido de base para as pesquisas, tanto geofísicas, como geo-humanas. Sabe-se que o grande capital agrário lança mão das tecnologias e de estudos científicos para organizar suas atividades, afinal, é preciso recuperar capitais a serem investidos. Isso quer dizer que a Geografia, sobretudo em sua corrente pragmática, contribuiu para a concretização do modelo de produção de agroexportação e agrocombustível, auxiliou as empresas rurais nas tomadas de decisões, e contribuiu para as reorganizações nos espaços/territórios e as mudanças nas paisagens.

É mister ressaltar que essas contribuições da ciência geográfica e de outras áreas, como a agronomia, contribuíram para as transformações ocorridas no processo de produção agrícola e pecuária, no Cerrado, que desencadearam também modificações no cotidiano das famílias, obrigando-as a (re)estruturar sua vida a partir das novas necessidades da produção e do consumo, oriundas da modernização no campo. É preciso esclarecer ainda, que, dentro da lógica camponesa, isso não se cumpre na sua totalidade, ou seja, nem a tudo eles precisam ou podem se adaptar, a exemplo da roda d'água e da ordenha manual, elementos que compõem boa parte da paisagem rural do Cerrado.

A Geografia Cultural, sobretudo, com a categoria paisagem, mas também do espaço, território e lugar⁵, têm contribuições fundamentais para a discussão dos modos de vida e das ressignificações, ou seja, dos valores humanos que estão sendo alterados mediante a imbricação de elementos modernos, com impactos diretos na (re)configuração da paisagem e das outras categorias. Nesse caso dispensa-se atenção especial à identificação dos sujeitos envolvidos, espaço/temporalmente, no processo de ocupação do solo e do bioma, buscando entender os ganhos e as perdas dentro do processo relacional das transformações socioculturais, a partir das mudanças econômicas e políticas impostas aos sujeitos locais.

Os elementos materiais e imateriais aparecem relacionados às práticas socioculturais camponesas. Por exemplo, os instrumentos de trabalho e os utensílios mais antigos, além da forma e da função, também expressam representações sociais que revelam trajetórias culturais e sociais importantes para os sujeitos que os utilizam (figura 1). As imagens retratam de forma descritiva e analítica, as paisagens físicas e culturais e as inter-relações com os modos de vida do camponês do Cerrado.

⁵De acordo com Stumpf Mitchell (2009, p. 3), há uma relação entre os conceitos “de posse, uso e representação do espaço, que permitem ainda a articulação de outros conceitos, como paisagem, lugar, região, território”.

Figura 1: Mosaico com instrumentos, ferramentas e utensílios camponeses da Comunidade Pedra Lisa. Desses instrumentos fotografados durante a pesquisa, dois, o moinho de café e o carro-de-boi, estão inutilizados, os outros fazem parte do cotidiano dos camponeses, mas todos estão presentes na paisagem dessa comunidade.



Fonte: Trabalho de Campo, abril de 2011.

Os modos de vida camponeses são compostos por hábitos, costumes, habilidades, conhecimentos, saberes e fazeres que, manifestados no lugar, em seu cotidiano, vão se estabelecendo como parte de relações que se constituem nas territorialidades e no espaço vivido. Esse modo de vida é composto pelas formas de organização no trabalho, e nas atividades cotidianas, como as crenças e rezas, nas relações com os parentes e vizinhos, nas formas de lazer, nos modos como pensam e conversam sobre a política, a religião, o futebol, os métodos utilizados para existirem, a despeito dos seus problemas e tensões, sobretudo os que envolvem os processos de produção/comercialização e a reocupação do espaço.

Da análise das inter-relações humanas no Cerrado, chegou-se ao camponês do Sul Goiano, que vive sob tensões que vão além das suas relações locais. A partir da paisagem e do

lugar, analisaram-se as ações e as reações desses sujeitos locais, que, ao usar o espaço, territorializam-se. O uso do espaço indica a possibilidade de que a terra não é um ente manejado apenas pelos que detêm recursos financeiros, visto que a paisagem revelada, a partir do lugar, propicia a identificação de formas e vínculos territoriais camponeses, indicando que esses sujeitos continuam utilizando o espaço, por meio de relações sociais, (re)inventadas a partir das suas práticas sociais.

Para dar início à caracterização das paisagens cerradeiras, é necessário conceber o Cerrado como um conjunto de elementos típicos e de diferentes fitofisionomias⁶. Segundo Chaveiro e Castilho (2010), “o Cerrado, além de Bioma, é também ecossistema, podendo ser considerado ainda como Domínio [...]”. A apresentação de suas características físicas pode contribuir para o conhecimento do homem cerradeiro, suas atividades, suas formas de organização espacial, suas relações com o meio físico, dentre outros, como se materializam nas formas e representações, ou seja, nas paisagens materiais e imateriais.

Chaveiro e Castilho (2010) afirmam ser o Cerrado o segundo maior bioma do Brasil em extensão, com uma área original, antes do início dos desmatamentos, de 2 milhões de quilômetros quadrados. Contudo, os autores ainda ressaltam que há, também, com enclaves no Cerrado, outras formações as quais constituem ecossistemas de outros biomas, como as florestas de Mata Atlântica. Dentro do Bioma Cerrado, há várias formações de ecossistemas assim classificados: campos limpos;

⁶Para maiores detalhes, ver texto “Cerrado: patrimônio genético, cultural e simbólico”, de Chaveiro e Castilho (2010).

campos sujos; cerrado *stricto sensu*; cerradão; matas galerias; veredas; e cerrado rupestre (Chaveiro e Castilho (2010).

Quando discutimos paisagem, pensamos na vegetação, nos corpos hídricos, no relevo e outros elementos naturais, mas devemos levar em consideração, também, o ser humano que contribui na sua composição, e, nesse texto, os camponeses são os protagonistas. As ações desses sujeitos mostram que a paisagem é uma produção relacionada à sua história em que há, igualmente, uma relação específica com a natureza⁷.

No contexto do modo de vida camponês, que inclui, ainda, a produção dos meios de vida, a paisagem não pode ser concebida apenas pelos elementos físicos, materiais, mas por aquilo que se constrói na relação desses elementos e os saberes e os fazeres dos sujeitos sociais. Dessas considerações, é possível observar, também, as paisagens socioculturais, imateriais. Assim, o Cerrado passa a ser compreendido não apenas como formas, mas também como conteúdo da via humana.

De acordo com Almeida (2008), a paisagem é como uma construção, uma forma, um arranjo/produto de apropriação e transformação do ambiente em cultura, tendo os seres humanos como atores que lhes atribuem um significado. Chier (2003, p. 82) defende que, em quase todas as abordagens dos séculos XIX e XX, as paisagens são “entidades espaciais que dependem da história econômica, cultural e ideológica de cada grupo regional e de cada sociedade [...] compreendidas como [...] processos de

⁷Por isso a necessidade da ciência da paisagem ignorar a ruptura entre a Geografia Física e Geografia Humana.

conferir ao espaço significados ideológicos ou finalidades sociais [...]”.

Para comprovar essa afirmação, esse autor traz o pensamento de Ratzel e La Blache, dentre outros, sendo que o primeiro utiliza o conceito de paisagem em uma forma antropogênica, ou seja, há uma dialética entre elementos da paisagem física, os fixos, com os elementos móveis, os fluxos, sobretudo os humanos e, o segundo, o conceito de *pays*, no qual a cultura transforma a natureza e que isso depende do homem.

Nesse viés de pensamento, Holzer (1999) afirma que o conceito de paisagem geográfica, no final do século XIX, voltou para a visão medieval, reconhecendo-a física e culturalmente. Dessa forma, o autor entende que a paisagem se estrutura pela junção das qualidades físicas da área e das formas com que é utilizada pelo homem. Carl Troll (1996) a apresenta, a partir de conceito fisionômico ou formal, ou seja, pelos elementos físicos, mas, também a partir do funcional, sendo este o resultado de todos os geofatores, inclusive a economia e a cultura.

Sabendo que os elementos e os fatores que constroem a paisagem se imbricam a partir de processos relacionais, é relevante, ainda, resgatar a afirmação do autor de que todas as paisagens refletem transformações temporais e conservam testemunhos de tempos passados, no qual Ab’Saber (2001) traz a ideia de que a paisagem é sempre uma herança. Conclui Troll que nelas estão presentes não apenas os fenômenos naturais, mas também a economia, o cultivo, o tráfego, a estrutura social, a religião, dentre outras (TROLL, 1996).

Santos (1997, p. 83) complementa que a "paisagem é o conjunto de formas que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre o homem e a natureza". Ou ainda, "a paisagem se dá como conjunto de objetos reais concretos". O autor concebe paisagem como a expressão materializada do espaço geográfico, interpretando-a como forma. Nesse sentido, considera-a como um constituinte do espaço geográfico (sistema de objetos).

Santos (1988) reitera, ainda, que a paisagem é um conjunto de formas naturais e artificiais, entretanto é sempre heterogênea, como ilustra a figura 2. Essa observação é importante para reforçar a discussão mais adiante, visto que, mesmo com a predominância da atividade canavieira em importância econômica, não o é para as feições nas paisagens locais.

Figura 2: Paisagem heterogênea, contendo cana-de-açúcar, pasto, reserva legal e mata ciliar. O predomínio de elementos nesta paisagem é a pastagem, mas essa é entrecortada com pequenas plantações de cana-de-açúcar para o gado, por matas ciliares associadas a pequenos pomares e outras ervas nos terreiros das casas das pequenas propriedades, e à lavoura de cana-de-açúcar para a agroindústria agrocombustível.



Fonte: Trabalho de Campo, Abril de 2011.

De acordo com Silva (2002), o que se vê primeiro na paisagem são os elementos naturais, rochas, solos, águas, relevo, vegetais, animais – incluindo o homem. Entretanto, para observação completa da paisagem, é ainda necessário “sentir a atmosfera, os ventos, os cheiros e odores” (SILVA, 2002, p. 72). Dessa forma, “a paisagem não é mais considerada como produto da geologia e do clima, mas como reflexo da técnica agrícola ou industrial, da estrutura econômica ou social [...]” (SILVA, 2002, p. 73).

Como escreve Silva (2002), o geógrafo deve saber olhar a paisagem, pois onde um olho não advertido vê apenas linhas e cores, o geógrafo compreende a significação profunda, o valor humano da paisagem. Para esse autor, “[...] costuma-se reduzir a paisagem à análise do visível. Sabemos que algumas realidades escapam à visão, mas cabe ao geógrafo perceber na paisagem, fatos da subjetividade e da cultura, assim como as estruturas sociais” (SILVA, 2002, p. 73).

A paisagem, na verdade, deve ser vista, segundo Santos (1988), como uma vitrine de processos amplos, que, no processo relacional, acumula temporalidades sociais, redefine formas, reelabora o antigo (ressignificações) e que resulta de processos sociais com cores, sons e cheiro. Podemos acrescentar, ainda, o sentimento dos sujeitos implicados, como elemento de percepção da paisagem, envolvendo o embate entre estes, a partir das reações socioculturais, de antes e de agora, às novas demandas da indústria e do mercado (SANTOS, 1988). A paisagem é reveladora, portanto, das relações sociais, dos processos tecnológicos e as representações humanas.

Nesse viés de pensamento, ler a paisagem como processo permite ver e compreender não apenas os aspectos visuais, mas também os elementos subjetivos. Entretanto, ao utilizar esse termo, não podemos ficar apenas no processo de acumulação de tempo, mas ir além; é preciso reinterpretar a paisagem, a partir do acúmulo das temporalidades e dos conteúdos humanos, como fatores que concretizam os elementos atuais e os processos socioculturais que estão postos nela. É como se fosse possível retirar ou trocar de óculos para ver o diferente, para não interpretar de forma ideológica o que somente os olhos conseguem ver, ou seja, é necessário refinar o nosso olhar a respeito das paisagens.

As relações humanas com o meio resultam em processos sociais; os conjuntos de paisagens vão sendo construídos; formas vão sendo redefinidas; o antigo é reelaborado, revelando relações sociais, técnicas e formas de produção. Isso prova que essa categoria não pode ser expressa apenas como resultado, ou seja, ela tem condições de imprimir suas marcas socioculturais na dinâmica do movimento. Por isso, é preciso ir além da contemplação e ir aos lugares e simbologias onde ela se especifica.

Nas áreas próximas às Usinas de Álcool, predominam-se as grandes extensões de cana-de-açúcar, a prática da irrigação utilizando vinhaça nas lavouras canavieiras, o uso intensivo de máquinas, aviões aspergindo agrotóxicos, dentre outros. Mesmo assim, há construções, equipamentos e instrumentos de trabalho dos camponeses. Vê-se o curral, o chiqueiro⁸, a casinha simples,

⁸O chiqueiro é um cercado de madeira, utilizados para confinar e engordar os porcos. O Curral é um cercado maior, também de madeira, utilizado para prender as vacas no momento da ordenha (retirada do leite).

o quintal com plantas medicinais e comestíveis, o pomar mais afastado, a carroça, dentre outros. Também se observa uma forma de construção, de organização e de práticas que, ao mesmo tempo, se vincula com o passado e com um território reconstruído, modificado em um dinamismo que varia conforme as necessidades e tensões vividas no cotidiano.

Parafraseando Corrêa (2003, p. 178), “a paisagem constitui ‘parte do conjunto compartilhado de ideias, memórias e sentimentos que une uma população’”. Assim sendo, é possível afirmar que as práticas socioculturais dos camponeses são importantes na análise da paisagem, por se trata de usos e costumes de um grupo social, em seu contexto cultural e histórico.

Políticas públicas e alterações nos processos produtivos e das paisagens do Cerrado

Para o Centro-Oeste brasileiro, o processo de incorporação do Cerrado para a agricultura moderna inicia-se no final dos anos de 1960, com planejamentos e infraestruturas de grande envergadura, anexando essa região nas políticas do Plano Nacional de Desenvolvimento, tanto o primeiro como o segundo (I e II PND), e na Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO).

A SUDECO foi criada em 1967, conforme Oliveira (2002), com a finalidade de coordenar o “desenvolvimento⁹” da

⁹É necessário enfatizar que o termo mais adequado seria crescimento econômico, visto que desenvolvimento implica outros elementos de ascensão econômica e social, que não apenas a ampliação dos lucros de um determinado grupo econômico.

região, dentro de uma estratégia estatal, que enfatizava a criação de polos de crescimento regional. Outro objetivo apontado pela autora é a “realização de pesquisas com o fim de conhecer o potencial econômico da região” e também a “definição das áreas apropriadas para o desenvolvimento planejado [...]” (OLIVEIRA, 2002, p. 45).

Juntamente com as cidades que iam crescendo, por meio de incentivos de programas federais sob orientação da Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO), vultosos investimentos foram destinados em crédito agrícola, em rodovias e em infra-estrutura [*sic*] de estocagem. Formou-se, em pouco tempo, uma região integrada às demandas do mercado internacional, e Goiás, de fato, entra na globalização como um dos celeiros nacionais (ARRAIS, 2004, p. 19-20).

Na década de 1970, foi criado também o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO), cujo objetivo foi gerar o “desenvolvimento e a modernização das atividades agropecuárias da região Centro-Oeste e do oeste do estado de Minas Gerais, mediante a ocupação racional de áreas com características de cerrados e seu aproveitamento em escala empresarial” (OLIVEIRA, 2002, p. 49). Como o governo federal já considerava o Centro-Oeste uma região importante na produção de alimentos, esse programa selecionou doze áreas; três em Minas Gerais e nove no Centro-Oeste, com infraestrutura adequada para a expansão da agropecuária.

Silva (2000) esclarece que a expectativa desse programa era “incorporar aproximadamente, 3,7 milhões de hectares de cerrados”. Para isso, segundo a autora, “foram utilizados diversos recursos políticos e financeiros no POLOCENTRO,

sendo destinados: 1,8 milhão à lavoura, 1,2 milhão à pecuária e 700 mil ao florestamento-reflorestamento” (SILVA, 2000, p. 31).

Na década de 1980, outros grandes projetos de capital estatal e privado ampliaram a reocupação do Cerrado. Dentre esses, destaca-se o Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados (JICA/PRODECER), introduzindo novos modos de produção. Entretanto os planejamentos e investimentos do Estado nas áreas de Cerrado iniciaram-se nos anos 1960, quando ocorrem mudanças nas políticas de desintegração e desenvolvimento regional.

Tanto o POLOCENTRO como o PRODECER foram programas que estimularam a intensa exploração na região dos Cerrados. “O baixo preço das terras foi um fator decisivo na ocupação do cerrado, que começou com reflorestamento de *Pinus* e *Eucaliptus* [...]”. Esse programa concedia incentivos fiscais para os reflorestamentos e “teve como objetivo a ocupação de forma racional e ordenada das áreas centrais do Brasil” (SILVA, 2000, p. 31).

O Prodecer resultou de um acordo de cooperação, firmado em 1986, entre o Brasil e o Japão, para a promoção da expansão de agricultura moderna em áreas de cerrados. O programa previa investimentos em áreas de Minas Gerais, da Bahia, de Goiás, de Mato Grosso e do Mato Grosso do Sul, com assentamento de agricultores vindo do Sul e Sudeste. O programa fornecia aos seus colonos empréstimos ainda mais amplos que os do Polocentro, incluindo: “crédito fiduciário; crédito para desmatamento, limpeza, preparo e correção do solo; para construções; para compra de equipamento; e, para custeio

dos dois primeiros anos de plantio” [...]. Os impactos diretos do Prodecer foram limitados. No entanto, contribuíram para acelerar a expansão da agricultura empresarial no Centro-Oeste (OLIVEIRA, 2002, p. 53-54).

De acordo com Santos e Silveira (2001), nesse período, foram construídas as infraestruturas necessárias para o crescimento proposto: estradas, eletrificação rural, geração de energia a partir de hidrelétricas, rede de comunicação e informação, rede de armazenamento e comercialização. Oliveira (2002) acrescenta que, a partir do programa Avança Brasil, planejou-se a implantação, a manutenção e a ampliação de um sistema de transporte multimodal, interligando as rodovias, hidrovias e ferrovias, visando reduzir os custos com o transporte da produção agroindustrial e garantir o abastecimento do mercado interno, assim como as exportações para o mercado externo.

Esse mesmo apoio logístico para os grãos foi adaptado para escoamento da produção do etanol, que, além do Porto São Simão, elo à hidrovia Paranaíba-Paraná-Tietê, conta também com terminais da Ferrovia Norte-Sul¹⁰, no qual colocará a região Sul Goiana na rota de escoamento da produção em escala nacional. Desse modo, as rodovias, a hidrovia Paranaíba-Paraná-Tietê e futuramente a ferrovia são apoios logísticos de escoamento da produção.

¹⁰A Ferrovia Norte-Sul é mais uma das tantas obras de infraestruturas que o Estado cria para servir às atividades do agronegócio. A obra está em construção e passará por dentro de algumas das comunidades rurais de Quirinópolis e, segundo depoimentos, também cortará algumas propriedades da área.

Também foi de fundamental importância o incentivo às pesquisas desenvolvidas sobretudo pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), a partir de experimentação agropecuária, para analisar as características de acidez e baixa fertilidade dos solos dos Cerrados (OLIVEIRA 2002). Quanto aos estudos da EMBRAPA, Thomaz Júnior esclarece que a instituição está planejando ousadamente:

A liderança de um consórcio que vai reunir Instituições de Pesquisas, pesquisadores renomados, iniciativa privada, sob a liderança da FIESP, para desenvolver investigações na área de agroenergia. Está, na prática, inaugurando o modelo de parceria denominado de Empresa de Propósito Específico (EPE), previsto na Lei de Inovação (THOMAZ JÚNIOR, 2012, p. 8).

Na esfera estadual, como políticas públicas fundamentais para a implantação do setor agrocombustível em Goiás, foi criado, em 2000, o Programa de Desenvolvimento Industrial de Goiás (PRODUZIR), substituindo o Programa Fomentar. De acordo com Silva e Peixinho (2012), o Produzir destinou, entre os anos de 2003 e 2010, o montante de R\$ 28,1 bilhões para esse setor.

A lei [13.591] estabelecia o objeto do programa como o incentivo à atividade industrial em Goiás [...]. Os mecanismos de ação do PRODUZIR estão baseados no apoio fiscal e financeiro a empresas industriais que desejem se instalar ou expandir suas atividades no estado. As empresas que se beneficiam desse programa recebem, a título de financiamento subsidiado, o valor de até 73% do ICMS a ser recolhido. Na prática, a empresa beneficiária realiza a apuração de ICMS a ser recolhido e tem o direito de recolher apenas 27% desse valor. O valor

não recolhido é contabilizado como financiamento público (SILVA e PEIXINHO, 2012, p. 110).

Essas políticas públicas promovem o desenvolvimento desigual nas regiões e também nos lugares, provocando algumas consequências que contradizem o próprio termo “desenvolvimento”. A partir dessa visão de “desenvolvimento”, e da implantação desses programas no estado, Goiás passou a produzir grãos, mudando o seu cenário natural, mudando drasticamente suas paisagens. O Cerrado cada vez mais retirado para dar lugar aos produtos do agronegócio.

O estado de Goiás, em 1980, passava a ser grande produtor de soja e milho e, em 1990, aliado a grupos agroindustriais, começa a produzir em larga escala, além dos grãos, também a carne. Em, aproximadamente, 30 anos, após o alavanche do comércio agrícola, Goiás deixa de produzir para si, e passa a exportar, segundo Arrais (2004, p. 27), “soja, carnes, roupas, remédios, para diversos países do mundo [...]. Todo esse processo seria impossível de se realizar com a ausência de vias para circulação”. Dessa forma, investimentos de infraestrutura alcançam o estado.

Goiás foi tomado por rodovias que facilitam a circulação de pessoas, mercadorias e ideias. A produção de grãos do Sudoeste Goiano, por exemplo, encontra-se integrada à Hidrovia Tietê-Paraná, via Porto de São Simão, na cidade de São Simão, de onde é escoada parte significativa da produção especialmente soja e milho. Os grãos chegam

por caminhões para seguir, via hidrovia, para o porto marítimo de Santos¹¹ (ARRAIS, 2004, p. 24-26).

A partir dos anos 2000, de acordo com Castro *et al* (2010), Goiás se destaca na produção de cana-de-açúcar, com média superior à de outros estados do Centro-Sul, com crescimento inferior à média nacional.

O Centro-Sul, curiosamente, manteve um ritmo de crescimento menor que essa média nacional, estimado em 30%, aproximadamente, e mesmo diminuiu de 1996/1998 para 1999/2001. Já Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, ainda que relativamente periféricos ao centro decisório, praticamente dobraram sua produção média no período de 1992 a 2007. Deve-se ressaltar que, entre os três estados, Goiás ocupa o segundo lugar [...] o que já revela expansão da produção da cana no Centro-Oeste (CASTRO *et al*, 2010, p. 175).

Como planejamento e fomento para essa atividade, o Estado, em nível federal, cria o Programa Nacional do Alcool (PROÁLCOOL). A princípio, a região do Cerrado não era tão cotada para a atividade canavieira, tornando-se relevante mais recentemente. Silva e Peixinho esclarecem que:

¹¹Atualmente, outros programas de infraestruturas estão sendo implementados pelo Estado, como o projeto dutoviário para o Sistema de Escoamento Dutoviário de Alcool e Derivados (SEDA), que “recentemente, em novembro de 2010, o PMCC solicitou um empréstimo de R\$ 5,7 bilhões junto ao BNDES (UDOP, 2010), o que o tornaria o maior agente financeiro” envolvido no consórcio dessa obra, viabilizando a execução dos 850 quilômetros previstos (CAMELINI, 2011, p. 25).

[...] Durante mais de uma década, a produção de álcool no país foi impulsionada via PROÁLCOOL, por meio de subsídios a produtores agrícolas, produtores industriais de álcool e de veículos. O Estado visava não somente exercer a ação regulamentadora de uma política pública, mas, oferecer benefícios ao setor sucroenergético e ao setor automobilístico, na forma de incentivos fiscais (SILVA; PEIXINHO, 2012, p. 101).

De acordo com Moreno (2007), “o Brasil aposta pesadamente em assumir a liderança do mercado internacional de biocombustíveis”. Segundo a autora, o país associa aos agrocombustíveis a ideia de energia que se planta. Para isso, lançou, em 2005, o maior e mais ambicioso programa do mundo, o Programa Nacional de Agroenergia, composto por “quatro grandes grupos, e um deles é o etanol e cogeração de energia provenientes da cana-de-açúcar. Os outros três são o biodiesel de fontes lipídicas (animais e vegetais); biomassa florestal e resíduos; e dejetos agropecuários e da agroindústria” (MORENO, 2007, p. 40).

Para Bunde e Mendonça (2012) a expansão do agronegócio dos agrocombustíveis tem desarticulado comunidades camponesas, inclusive com a adoção de novo modelo de arrendamentos capitalistas massivos de terra, por meio de contratos também em pequenas propriedades para produzir matéria-prima para a grande agroindústria. De acordo com esses autores, “Assiste-se ao cercamento pela cana-de-açúcar de comunidades camponesas inteiras” (BUNDE e MENDONÇA, 2012, p. 6).

As famílias camponesas, quando não desterritorializadas, são induzidas a acreditar que a melhor saída financeira para elas

não é mais a produção de alimentos, mas a produção de matéria-prima para a grande agroindústria. Acontece no Sul Goiano, da mesma forma que apresenta Thomaz Júnior (2012) nos assentamentos do Pontal do Paranapanema, onde o discurso tomou forma na oportunidade de arrendamentos das terras de alimentos agrícolas ou leiteira para a lavoura de cana-de-açúcar.

O que se anuncia, com a ampliação dos assentamentos no cultivo da cana-de-açúcar, é a quebra da unidade da família camponesa, agora estimulada a fazer parte de um *grande negócio*, alardeado como bem-sucedido, que, para a maioria dos entrantes, já expressa os principais aspectos negativos, tais como: endividamento, desagregação da família trabalhadora e frustração (THOMAZ JÚNIOR, 2012, p. 7).

De acordo com Castro *et al* (2010, p. 173), o Estado de Goiás, antes dos anos 1980, não apresentou desenvolvimento notável do setor canavieiro na fase da expansão do Proálcool, nem depois. Dentre as razões apontadas pela autora, está o fato de o estado ser, nesse período, alvo dos prolongamentos da fronteira agrícola, sobretudo, os grãos, o algodão, o arroz e o gado. Constata que:

Nos anos 80 do século passado, começou a expandir-se nesse estado a produção alcooleira, mas foi somente após o final da década de 1990 que, de fato, essa expansão tornou-se notável. E o crescimento intensificou-se mais ainda no início do presente século, em razão da grande necessidade de diversificação na matriz energética, motivada pelos impactos ambientais decorrentes do modelo adotado anteriormente, baseado em combustíveis fósseis (CASTRO *et al*, 2010, p. 173).

É interessante, segundo Castro *et al* (2010, p. 175), perceber que Goiás, juntamente com Mato Grosso e Mato Grosso do Sul (estados que compõem a Região Centro-Oeste), não se mostrou suficientemente apto nas fases anteriores do Proálcool, visto que sua importância estava direcionada para a modernização da agricultura. Entretanto, no momento da “nova expansão da cana, após consolidação do Sul e Sudeste, em particular de São Paulo, Paraná e Minas Gerais”, esses estados se tornaram prioritários para o Zoneamento Agroecológico da Cana-de-Açúcar.

Bunde (2011) apresenta quatro diferentes ciclos ocorridos no estado de Goiás, com relação à atividade canavieira:

O primeiro ciclo ocorreu durante a década de 1980. Este período, tido como o inicial, ocorreu em função da criação do PROÁLCOOL, do governo federal, em 1975. Houve um enorme crescimento na área plantada com cana nesta década: de 14.800 há, em 1980, a plantação chegou a 106.826 ha em 1990. [...] já com a crise no setor, ocorrida durante a década seguinte, a de 1990, a área plantada com cana-de-açúcar no estado de Goiás se manteve praticamente estável durante este período e até 2000, o que caracteriza o segundo ciclo. Esta estabilidade se deve a dois fatores. O primeiro deles é a redução do preço do petróleo a nível internacional e o segundo, o aumento do preço do açúcar, [...]. O terceiro ciclo, que pode ser dividido em duas fases, se inicia com uma retomada, do ano de 2001 para o ano de 2002, desta vez, influenciada novamente pelo aumento dos preços do petróleo e pelo lançamento dos veículos *flex fuel*. Diante desta nova conjuntura, de possibilidade de expansão do setor, o estado de Goiás começa, a partir do ano de 2002,

a retomada da atividade do agronegócio dos agrocombustíveis. [...] em seguida, nos dois anos seguintes, houve uma pequena redução. A segunda fase deste terceiro ciclo inicia-se com a retomada contínua do crescimento em 2006 [...]. O quarto ciclo é o de “explosão” da área plantada com cana, que ocorreu a partir do ano de 2007, quando a área plantada, de 278 mil hectares, salta para mais de 416 mil ha, no ano de 2008, um crescimento de 50%, em apenas um ano (BUNDE, 2011, p.122-124).

Por conta dessa nova investida do capital no estado, sobretudo no Sul Goiano, intensifica-se a substituição das formas e relações de produção tradicionais e de alimentos básicos, fundamentadas muito mais na ética e na moral camponesa, para formas e relações de produção monocultora para o mercado externo. Os valores éticos no período exposto eram tão importantes quanto o econômico, sendo este uma parte daquele, ou seja, as necessidades financeiras devem ser nutridas pelas regras da moral e da ética camponesa.

A disputa pelo Cerrado é consequência da forma como esse espaço local se insere no mundo global, com outros interesses e lógicas. “Essa inserção, veloz, diretiva e economicista, acende a vitalidade de outro nível de consciência que se vê desenraizada, vilipendiada, explorada, fragmentada, usada” (CHAVEIRO, 2008, p. 76).

Conforme Santos (2008, p. 99-100), a “redefinição e a reocupação dos Cerrados brasileiros, a partir dos anos 1970, são marcadas por projetos de “desenvolvimento”, que destacaram a agricultura como fontes de divisas e de equilíbrio, na balança de pagamentos. [...]” O objetivo desses projetos, para o Centro-

Oeste era promover a modernização da produção agrícola e obter produtividade no Cerrado.

As políticas de crescimento econômico do governo brasileiro implicaram o desmatamento da vegetação desse Bioma, a concentração das terras e a desarticulação camponesa e seu deslocamento para as cidades, para a imposição do modelo de monocultura. Para Santos (2008), as práticas, valores e instituições, historicamente constituídas pelas populações locais, foram seriamente abaladas a partir dos projetos estatais e do grande capital global que se espalharam pela mesorregião, tornando-se expressões do “desenvolvimento”, que na verdade revela-se em crescimento econômico para seletos grupos de empresários.

Todas essas políticas públicas, nacionais e estaduais, acarretaram alterações consideráveis no estado de Goiás, conseqüentemente, no Sul Goiano, no que tange ao sistema produtivo, à dinâmica populacional, às relações socioeconômicas e culturais e às paisagens cerradeiras, tanto nos aspectos físicos, quanto nos antrópicos.

Dinâmicas das paisagens do Sul Goiano

A paisagem cultural, ou antropizada, constitui-se a partir de processos e relações, envolvendo elementos naturais e culturais, onde, na visão de Almeida (2008), os humanos lhe atribuem significados simbólicos. Um dos processos mais eficazes para essa construção são as atividades econômicas, rurais ou urbanas. No caso deste texto, as áreas rurais sofreram e ainda recebem um extenso pacote econômico e tecnológico para a produção em larga escala de produtos aptos para exportação.

Nas últimas décadas, quando a nova cultura chega à mesorregião, a cana-de-açúcar, novas situações começam a ser processadas na paisagem, conforme figura 3.

Figura 3: Pequena propriedade com residência simples cercada pela cana. Mudanças na paisagem, que outrora era Cerrado, depois pastagem e agora cana-de-açúcar.



Fonte: Trabalho de Campo, Junho de 2010.

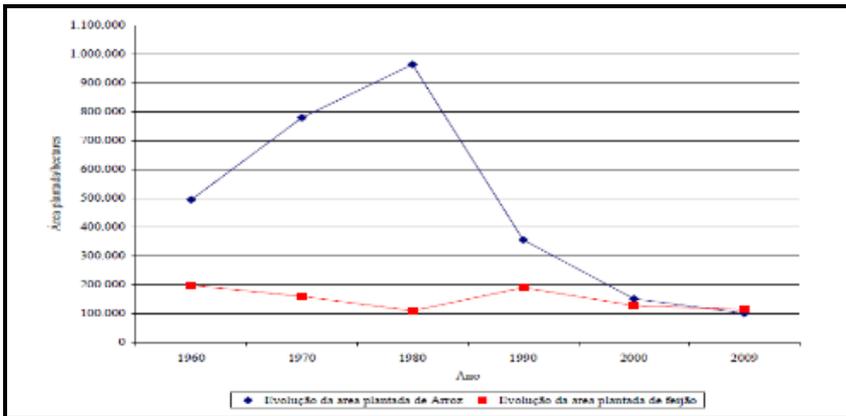
Bunde e Mendonça apresentam preocupação recente com a diminuição de áreas para a produção de alimentos no país.

As consequências desta “nova” estratégia do capitalismo, relacionada ao agronegócio dos agrocombustíveis, que estamos vivendo no Brasil, são a utilização de territórios imensos, que antes estavam voltados para a produção de alimentos ou para a preservação da sócio-biodiversidade, na produção de cana-de-açúcar, numa intensidade jamais vista em nossa história (BUNDE e MENDONÇA, 2012, p. 5).

Há, portanto, acentuada redução da produção de alimentos, que, segundo Oliveira (2006), tem decrescido no país desde 1992, sobretudo, arroz, feijão e mandioca, que constituem

os três principais alimentos da população pobre desse país. Segundo Bunde (2011), no estado de Goiás a queda de produção do arroz foi muito acentuada, despendendo de mais de 900 mil hectares para 100 mil, conforme figura 4.

Figura 4: Evolução da área plantada (hectares) de arroz e feijão no estado de Goiás – 1960-2009.



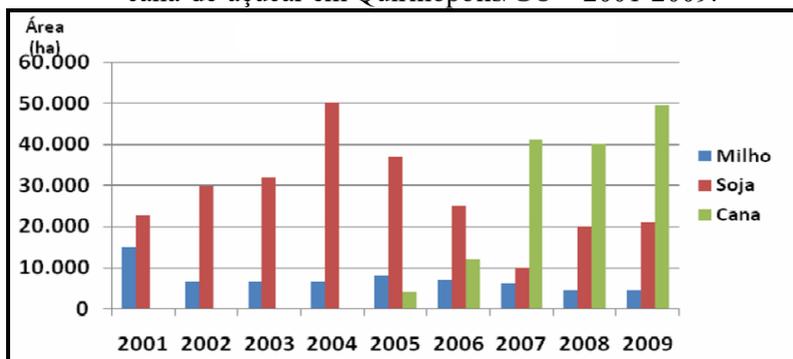
Fonte: IBGE/BUNDE, 2011.

Nesse contexto, é importante registrar a constante preocupação dos camponeses agricultores e produtores de leite, principalmente quando o avanço das grandes lavouras da cana-de-açúcar cerca as pequenas propriedades. Para eles, essa situação pode oferecer mudanças significativas na paisagem que em médio ou longo prazo pode acarretar desdobramentos como a impossibilidade de permanecerem no campo, por estarem ilhados em meio ao mar de cana.

Para exemplificação, no município de Quirinópolis, houve a substituição da paisagem de Cerrado pela plantação de arroz, feijão e algodão, sucedida pela soja e milho. Entretanto,

surge os grandes cultivos de cana-de-açúcar, que provocou queda gradativa na produção de soja e milho. Em 2004, ano sem registro de produção canavieira para fins de produção agrocombustível, a soja ocupou 50 mil hectares de terra, e o milho em torno de oito mil. Em 2005, iniciou-se a produção da cana, ocupando cerca de quatro mil hectares, a soja foi reduzida para menos de 40 mil¹². Em 2007, a cana já superava o milho e a soja, com pouco mais de 40 mil hectares plantados e, em 2009, aumentava para 50 mil, enquanto a soja reduzia para 20 mil e o milho para cerca de cinco mil hectares (figura 5).

Figura 5: Evolução da ocupação com as culturas de milho, soja e cana-de-açúcar em Quirinópolis/GO – 2001-2009.



Fonte: CAMELLINI, 2011

Embora seja uma constante a ameaça dos canaviais, não é predominante entre os camponeses a ideia de desistirem da propriedade, pois, em outros momentos, eles alimentam a esperança de que nunca precisarão deixar o lugar, como revela a

¹²É bom lembrar que em 2005 a plantação de cana ainda estava na fase de produção de mudas. Isso pode explicar o fato de que ainda houvesse nesse ano pequena elevação na área plantada com milho.

pesquisa na Comunidade Pedra Lisa, município de Quirinópolis: “eu tenho pra mim que nunca nós vamo precisa sai daqui [...]. Eu gosto demais daqui e nós tem muito amor, porque isso aqui foi uma herança do meu sogro, ai nós tem amor aqui. Nós nunca teve vontade de sai daqui”¹³.

Por isso é possível afirmar que as paisagens do agronegócio revelam mudanças, mas não eliminam as diferenças. Pelo contrário, como já defendia Chayanov (1974), ainda no século XIX, e vários outros autores nos séculos seguintes, sempre haverá a reprodução das formas camponesas de produção. Reprogramada para a produção de mercado, a pequena produção permanece, com ressignificações promovidas pelas novas demandas e pela incorporação de elementos da modernidade.

Na verdade, as mudanças na paisagem do Cerrado foram ocorrendo ao longo do processo de uso e ocupação do espaço, numa relação que possibilite a coexistência de temporalidades sociais. Entretanto, foi com a introdução de tecnologias modernas de produção e gestão empresarial no campo que as mudanças se intensificaram e se tornaram mais perceptíveis.

Diante das complexas alterações nas formas de produzir matéria-prima, protagonizadas pela cultura da cana-de-açúcar para a obtenção do etanol e do açúcar, a lógica da vida camponesa, mesmo alterada, metamorfoseada, terá que conviver no mesmo espaço em que se assenta a lógica do agronegócio. Assim, as práticas camponesas continuam no espaço do

¹³Entrevista realizada, em abril de 2011, pelos autores, na Comunidade Pedra Lisa.

Cerrado, produzindo alimentos e conservando a identidade impressa na paisagem típica de uma comunidade camponesa (figura 6). Isso expressa o entendimento de que, apesar das mudanças complexas, a lógica dominante, firmada pelo agronegócio, no espaço rural não é a única lógica.

Quando se instala uma usina de álcool em determinada localidade, inicia-se o processo de organização espacial, e um deles é a compra ou arrendamento das terras. Essas agroindústrias retiram todas as benfeitorias como casa, cerca, mangueiro e toda a vegetação, fazendo uma vala e enterrando tudo, mudando completamente a paisagem local.

Figura 6: Estrada rural em Pedra Lisa, município de Quirinópolis, característica da paisagem camponesa. É possível ver a heterogeneidade da vegetação e das atividades econômicas das famílias locais. Destaque ao fundo, para a cana-de-açúcar.



Fonte: Trabalho de Campo, abril de 2011.

A figura 7 apresenta uma propriedade cuja atividade era a pecuária, e mantinha, próximo à residência, um terreiro abastado de plantações, entre árvores e arbustos e, às suas margens, a terra já tombada para a plantação de cana-de-açúcar. As figuras 7,

8 e 9 revelam essas alterações. O ponto de registro é o mesmo para as quatro fotos apresentadas, tendo desaparecido totalmente as características camponesas de outrora.

Figura 7: Propriedade apresentando a casa e estruturas camponesas que posteriormente foram retiradas para a atividade canavieira. O solo ainda apresenta a pastagem revolvido no preparo para a nova atividade.



Fonte: Trabalho de Campo, Abril de 2011.

A figura 8 a e b e a figura 9 revelam a mudança na paisagem dessa propriedade, após o arrendamento para a atividade canavieira, testemunhando que a residência e as plantações foram totalmente retiradas, assim como revela que o pasto foi incorporado na preparação do solo para a produção da cana. É o enterro das memórias camponesas revelado na nova paisagem.

Figura 8: Fotos revelando a modificação da paisagem antes e após o arrendamento da propriedade para a produção canavieira. A pastagem e as estruturas camponesas, na foto a, em abril de 2011, foram retiradas para a plantação da cana-de-açúcar que, em agosto de 2011, conforme a foto b, já estava no estágio inicial de crescimento.



Fonte: Trabalho de Campo, a) Abril de 2011; b) Agosto de 2011.

Nessa questão, os camponeses afirmam que arrendar a terra significa perder toda a estrutura montada há décadas pela família. Corrobora esse pensamento um camponês da Comunidade Pedra Lisa: “eu acho que eles pega a terra e qué acabá com ela. Primeira coisa que se tivé, uma residência, se facilitá eles amoita, caba com ela todinha. Destrói a cerca, parece que é pra vê se a pessoa num volta mesmo mais, né? Enterra tudo”¹⁴.

¹⁴ Entrevista realizada, em agosto de 2012, pelo autor, na Comunidade Pedra Lisa, município de Quirinópolis - GO.

Figura 9: Cana em fase de crescimento na mesma propriedade das fotos anteriores.



Fonte: Trabalho de Campo, Maio de 2012.

A paisagem não é contemplada apenas pela visão, mas também pelo olfato, audição, tátil e paladar. Nesse sentido, outros problemas enfrentados pelos camponeses decorrem do odor ruim que o veneno exala, e também da vinhaça, assim como o barulho gerado na agroindústria, o que incomoda as propriedades familiares próximas. Outra consequência danosa é o êxodo rural causada pela venda das propriedades ou por arrendamentos, com a consequente quebra no convívio social, além de surgirem novos estranhamentos, de várias ordens, entre os que ficam e os recém-chegados, trazidos pela monocultura da cana.

Nessa perspectiva, torna-se oportuno assinalar os depoimentos dos camponeses que moram em uma Comunidade rural de Quirinópolis, Pedra Lisa, assim como em outras sub-regiões próximas da agroindústria da cana, quando reclamam do desagradável odor exalado pelo vinhoto aspergido no solo com a produção de cana. A fala de um camponês comprova essa realidade: “[...] outra coisa também que eu num gosto, que me faz até mal, é aquele chero daquela vinhaça. Chero não, mal chero.

Ela é azeda. Quando eles [usina] tá dano combate, coaquele trem, eu num guento aquela catinga, a cabeça dói [...]"¹⁵.

Realmente, o odor emanado pelo vinhoto é bem diferente do cheiro da paisagem camponesa e do Cerrado, sentida e reconhecida por esses camponeses. Ela tem outro aroma, o do curral, da terra molhada pela chuva, da garapa da cana quando da produção artesanal de rapadura ou cachaça, dentre outros. “[...] eu sinto o chero do mato, chero do mato. Escuto o barui da água, o mato também, quando venta, ele chia. Aquele mato ali, quando é mês de dezembro que chove, dá um sol de tarde, cê vê que coisa mais boa é o chero dele [...]"¹⁶.

Esses são elementos imateriais que provocam certas sinestésias, formando uma fusão dos sentidos, representados e percebidos nos sabores incorporados às paisagens. Para Almeida (2008), realidades, valores, gestos vividos e concebidos coexistem, constituindo-se em patrimônios sociais, históricos e culturais, permanentes e cambiantes das comunidades humanas. Essas características constituem o modo de vida no Cerrado Sul Goiano, que se vincula com vários elementos da paisagem física, indicando ser uma relação desses elementos com os saberes e fazeres desses sujeitos sociais.

Não há dúvida quanto à importância da abordagem do uso dos elementos físicos na análise da paisagem, visto que as relações sociais modelam as suas formas. A vegetação, os cursos d’água e o relevo são fatores de maior relevância pelo fato de serem elementos externos, visíveis e que sobressaem nas

¹⁵ Entrevista realizada, em agosto de 2012, pelo autor, na Comunidade Pedra Lisa, município de Quirinópolis - GO.

¹⁶Idem.

feições da paisagem. Contudo, há ainda outros fenômenos, não tão visíveis, que precisam ser realçados na análise da paisagem. Isso denota que, além do solo, do clima, há também os elementos antrópicos, sobretudo, as relações sociais de produção, os fenômenos econômicos e culturais que, rapidamente, reconfiguram e ressignificam as paisagens.

Considerações Finais

Esse texto abordou as transformações ocorridas no Cerrado e no Sul Goiano a partir da década de 1960/70 com mudanças significativas no sistema produtivo agropecuário, o que promoveu também mutações nas formas e conteúdos das paisagens cerradeiras. As práticas agrícolas e pecuária modernas foram subsidiadas por incentivos estatais por intermédio de políticas públicas e pesquisas científicas e tecnológicas na área de produção agrícola para *commodities*.

As primeiras experiências da modernização da agricultura no sudoeste goiano foram com as grandes lavouras de arroz, algodão, milho, soja e, recentemente, cana-de-açúcar. São dezenas de agroindústrias da cana instaladas nessa mesorregião para a produção do agrocombustível, que transformaram áreas de terras outrora ocupadas com grãos, pastagens e pequenas lavouras em um verdadeiro mar de cana.

São lógicas e interesses divergentes (re)configurando e transmutando as paisagens locais, os modos de vida e de produção das populações camponesas e as características físicas e culturais do Cerrado. Desse modo, predominam as paisagens físicas e culturais impressas pelo agronegócio, especialmente na produção de soja, cana e a pastagem. Contudo, é também

marcante, mesmo que em porções espaciais bem menores, as paisagens materiais e imateriais esculpidas pelas práticas camponesas coexistindo no mesmo espaço.

Dessa forma, entende-se que essas práticas criam formas e relações que não se extinguem, uma vez que continuam existindo e, se permanecem, é porque são fortes para os grupos sociais que os constituem e se potencializam para garantir sua (re)existência. Nessa perspectiva, o texto traçou uma leitura não apenas da paisagem natural, mas também da paisagem cultural, por estar intimamente vinculada às práticas camponesas.

Referências

AB'SABER, A. **Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

ALMEIDA, M. G. Diversidades paisagísticas e identidades territoriais e culturais no Brasil sertanejo. In: ALMEIDA, M. G.; CHAVEIRO, E. F.; BRAGA, H. C. **Geografia e cultura: os lugares da vida e a vida dos lugares**. Goiânia: Editora Vieira, 2008, p. 47-74.

ARRAIS, T. A. **Geografia Contemporânea de Goiás**. Goiânia (GO): Editora Vieira, 2004.

BRANDÃO, C. R. **“No rancho fundo”**: espaços e tempos no mundo rural. Uberlândia: EDUFU, 2009.

BUNDE, A. **Os impactos do agronegócio dos agrocombustíveis sobre o campesinato em Goiás**. 209 f. (Dissertação de Mestrado). Catalão: UFG, 2011.

BUNDE, A.; MENDONÇA, M. R. **Os impactos do agronegócio dos agrocombustíveis sobre as famílias camponesas – Município de Ipiranga de Goiás / Brasil.** Disponível em: <http://www.uff.br/vsinga/trabalhos/Trabalhos%20Completos/Altacir%20Bunde.pdf>. Acesso em 1 out. 2012.

CAMELINI, J. H. **Regiões competitivas do etanol e vulnerabilidade territorial no Brasil: o caso emblemático de Quirinópolis, GO.**159 f. (Dissertação de Mestrado) Campinas: UNICAP, 2011.

CASTRO, S. S.; ABDALA, K.; SILVA, A. A.; BORGES, V. M. S. A expansão da cana-de-açúcar no Cerrado e no Estado de Goiás: elementos para uma análise espacial do processo. *In: Boletim Goiano de Geografia*. Goiânia, v. 30, n. 1, p. 171-191, jan./jun. 2010. Disponível em: encurtador.com.br/fELW5, 2010. Acesso em 20 fev. 2013.

CHASTAN, L. (Org.). **Goiás – Extremo Sudoeste – III: os precursores e o Cerrado, no limiar do III milênio.** Goiânia: O Popular, 2001.

CHAVEIRO, E. F. O Cerrado em disputa: sentidos culturais e práticas sociais contemporâneas. *In: ALMEIDA, M. G.; CHAVEIRO, E. F.; BRAGA, H. C. Geografia e cultura: os lugares da vida e a vida dos lugares* (Org.). Goiânia: Editora Vieira, 2008, p. 75-97.

CHAVEIRO, E. F.; CASTILHO, D. **Cerrado: patrimônio genético, cultural e simbólico.** Disponível em:

<http://www.revistamirante.net/2ed/q.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2010.

CHAYANOV, A. V. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.

CORRÊA, R. L. A Geografia cultural e o urbano. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Orgs.). **Introdução à Geografia Cultural**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. p.167-186

HOLZER, W. Paisagem, imaginário, identidade: alternativas para o estudo geográfico. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Orgs.). **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999, p. 149- 168.

OLIVEIRA, A. A. Análise dos impactos das políticas de desenvolvimento regional na bacia do Alto Paraguai. **Revista Ensaios e Ciências**, v. 6, n. 3, Campo Grande: UNIDERP, 2002, p. 39-66. Disponível em: <http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/pdf/260/26060303.pdf>, 2002. Acesso em 23 nov. 2011.

OLIVEIRA, A. U. Soberania alimentar requer rompimento com o agronegócio. Por Valéria Nader **O Correio da Cidadania**, 2006. Disponível em: <http://www.mst.org.br/node/1862>, 2006. Acesso em 15 jun. 2009.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 2ª Edição. São Paulo: Hucitec, 1997.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: HUCITEC, 1988.

SANTOS, R. J. (Re) Ocupação do cerrado: novas gentes, outras identidades. In: ALMEIDA, M. G.; CHAVEIRO, E. F.; BRAGA, H. C. **Geografia e cultura: os lugares da vida e a vida dos lugares**. Goiânia: Editora Vieira, 2008, p. 98-136.

SILVA, L. L. O papel do Estado no processo de ocupação das áreas de Cerrado entre as décadas de 60 e 80. **Revista on line caminhos de Geografia**, 1(2), Uberlândia: Instituto de Geografia/UFU, 2000, p. 24-36. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/viewFile/10065/5936>, 2000. Acesso em 2 set. 2011.

SILVA, A. A. D. Monbeig, paisagem e Geografia estigmática. **Mercator - Revista de Geografia da UFC**, ano 01, n. 02, 2002, p. 71-78. Disponível em: <http://www.mercator.ufc.br/index.php/mercator/article/viewFile/182/148>, 2002. Acesso em 23 mar. 2010.

SILVA, W. F.; PEIXINHO, D. M. A expansão do setor sucroenergético em Goiás: a contribuição das políticas públicas. **Campo-Território: Revista de Geografia Agrária**, v. 7, n.13, p. 97-114, 2012. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/13766/8216>. Acesso em 3 out. 2012.

STUMPF MITCHELL, A. Vínculos territoriais em Dom Pedro de Alcântara/RS/Brasil: possibilidades de estabelecimento de microcorredores ecológicos. In: **Encontro de Geógrafos da América Latina (EGAL)**, 12, Montevideu, Uruguai, 2009.

Disponível em:
http://egal2009.easypanners.info/area06/6273_Stumpf_Mitchell_Ana.pdf, 2009. Acesso em 14 jun. 2012.

THOMAZ JÚNIOR, A. **Agronegócio alcoolizado e culturas em expansão no Pontal do Paranapanema!** Disponível em: <http://www4.fct.unesp.br/ceget/GeografiadoBrasil/AgronegocioAlcoolizado.pdf>. Acesso em 3 out. 2012.

TROLL, C. A paisagem geográfica e sua investigação. **Revista Espaço e Cultura - NEPEC**, n. 02, Rio de Janeiro, jun. 1996, p. 1-7.

UNIÃO DOS PRODUTORES DE BIOENERGIA – UDOP, 2010. Disponível em:
<http://www.udop.com.br/index.php?cod=1056287&item=noticias#nc>. Acesso em 8 jul. 2012.

QUAL A GEOGRAFIA QUE SE VÊ? A PAISAGEM COMO MARCO REPRESENTATIVO NO ESTUDO SOBRE A CIDADE PEQUENA¹⁷

Pollyany Pereira Martins

Introdução

Foi a partir do interesse em compreender geograficamente como estão associados os elementos de constituição do espaço da cidade pequena, por meio da observação¹⁸, análise e estudo do movimento e cotidianidade do lugar que se propôs desenvolver o estudo aqui exposto, da cidade enquanto elemento em configuração na paisagem por meio da materialização histórico e cultural.

Neste, a cidade de Aragarças localizada na mesorregião noroeste do estado de Goiás, é entendida e classificada como cidade de pequeno porte, ou “pequena cidade”. O objetivo é apresenta-la parcialmente, considerando seu contexto de estruturação sobre o espaço de construção material por meio do que a paisagem pode revelar no seu processo de mutação.

¹⁷Trabalho extraído da dissertação de mestrado em Geografia concluído em março de 2015.

¹⁸Trata-se da *observação participante*; definida por Minayo (2010. P70) como um processo pelo qual um pesquisador se coloca como observador de uma situação social, com a finalidade de realizar uma investigação científica. O observador, no caso, fica em relação direta com seus interlocutores no espaço social deles, no seu cenário cultural, mas com a finalidade de colher dados e compreender o contexto da pesquisa.

É preciso diante da complexidade e dos vastos assuntos a respeito, apresentar a visão de Santos (2005 p. 88), sobre as pequenas aglomerações, definidas como “cidade local”. Tal definição parte da análise dada à especialização das atividades em um nível de certa escala do espaço. Onde o autor descreve que: “a cidade local seria a aglomeração capaz de responder às necessidades vitais mínimas, reais ou criada de toda uma população; função esta, que implica uma vida de relações”.

Também é fundamental abordar que, a origem da cidade vincula-se à existência de uma ou mais funções urbanas. Para Rolnik, (2004 p. 27) “a cidade é uma obra coletiva que desafia a natureza. E, imbricada com a natureza mesma da cidade está à organização da vida social, e conseqüentemente a necessidade de gestão da produção coletiva. Indissociável à existência material da cidade está sua existência política”.

Aqui, a paisagem é trabalhada como valor, percepção e reconhecimento da cidade e sua estruturação e reestruturação histórica. A imagem da cidade é revelada pela fotografia num meio de capturas de registro paisagístico das localidades que se constituem ou constituíram-se no espaço urbano, por meio das necessidades dos agrupamentos sociais.

Este procedimento, é um meio em que o pesquisador insere-se fisicamente ao objeto, condiciona-o dentro de um enquadramento daquilo que se quer revelar por meio da aparência. Existe uma “relação de poder/conhecimento, ou seja, ter conhecimento visual e um objeto do olhar. As fotos são resultados de uma significativa prática ativa, na qual aqueles que fotografam, selecionam, estruturam e moldam aquilo que vai ser registrado” (SANTOS, 2013, p. 18).

Mas, como a cidade é vista? Como a cidade é trabalhada cotidianamente no vivido do dia a dia? Ainda temos que considerar que a grande maioria da população de baixa renda, mora, mas não vive a cidade de residência. E considerando que as transformações por mais que pareçam acontecer lentamente, elas continuam ocorrendo todos os dias em um processo histórico incessante também nas cidades pequenas, especificamente, se estas estiverem em rotas de mobilidade muito intensa por situarem-se em áreas de limites Estaduais.

Como aporte conceitual a contribuir para a fundamentação do estudo geográfico direcionado a cidades pequenas, autores dentre Santos (2003-2010), Olanda (2008), Silva (1988), Deus (2003), Corrêa (1999), Soares, Melo (2008), Endlich (2009), Moura (2009), Fresca (2009), Bezerra, Lima (2011) apresentam definições correlacionadas no transcorrer deste texto.

Alicerçado a uma linha de estudos nos quais o social é a base estruturante; optou-se, por modelo metodológico onde os fatos explicativos e o contato direto com os sujeitos inseridos neste espaço de reações e transformações estivessem muito próximos. Desta forma, a pesquisa qualitativa¹⁹ é abrangente para os resultados que aparecem intervindos de considerável aplicação de pressupostos e técnicas formuladas para a afirmação ou contraposição da hipótese²⁰ levantada.

¹⁹Se ocupa nas ciências sociais, ou seja, trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores, e das atitudes (MINAYO 2010 p. 21).

²⁰Na concepção de Silva, (1988) O comportamento pode é previamente delimitado pela hipótese, ou seja, pelo problema que se propôs estudar e que deve ser definido, antes do processo de observação.

Entende-se que, no caso da cidade de Aragarças o processo de urbanização é ordenado pela dinâmica de fronteira²¹ na divisa entre os Estados de Goiás e Mato Grosso e, desse modo, compreender as relações de proximidade entre duas cidades contribui para análise e discussão acerca das questões do lugar e como este é representado pela paisagem, mais do que isso, para a formação de um significado sobre o desenvolvimento das pequenas cidades identificando as mutações, os costumes e tradições da população, é importante analisar aquilo que se manteve na paisagem ou o que se apresenta nas identidades²² presentes e constituídas especificamente no território goiano firmadas no espaço da cidade de Aragarças-Go.

Diante os aspectos dos espaços urbanos nas cidades, da complexidade e diferentes modos de manifestar a cultura; Corrêa (2011, p.173) aponta três tipos de manifestações sendo: O urbano impregnado de toponímia, a cidade e a produção de formas simbólicas, a paisagem urbana e seus significados. Estas manifestações culturais percorrem a cidade desde o seu primeiro processo de organização política, de uso e definição do espaço urbano.

²¹A fronteira no contexto em que foi traçado este estudo apresentado é abstrata enquanto forma, e ao mesmo tempo concreta pelas ações sociais, políticas e culturais que resulta no conteúdo. E se existir a “tensão” colocada pelo autor, o “movimento” torna-se mínimo ou inexistente. Na especificidade do objeto aqui em estudo, são as “tensões” quase impercebíveis, por se tratar basicamente de uma fronteira política e fiscal. Trata-se respectivamente de uma fronteira interna, entendida ou expressada como “divisas Estaduais”.

²²Identidade para Stuart Hall trata-se de construções plurais. De modo similar, Massey (1994 p. 179) acredita que o que pode enfatizar com a globalização é a “singularidade dos lugares”. Por sua vez, Castells (1999 p.17) trata de uma identidade presente em uma sociedade constituída em rede.

Entendendo a cidade: classificação e apontamentos conceituais

Tratamos a cidade como um fenômeno constituído paralelamente de elementos da materialidade e da subjetividade. E espacialmente a cidade esta condicionada a uma totalidade²³. Geograficamente o espaço constitui-se de uma “essência social, esses processos, resolvidos em funções, realizam-se através de formas” (SANTOS 2009 p.12).

São as formas, processos e funções aparentes no espaço delimitado da cidade, elementos para desvelar as particularidades próprias e condições muitas vezes condicionadas por fatores externos ao lugar da cidade. As análises das imagens do contexto urbano da cidade estão voltadas para Aragarças - GO, pequeno aglomerado urbano com pouco mais que vinte mil habitantes, por sua vez, considerado cidade dentro de uma classificação brasileira.

De acordo com Cavalcanti, (2001, p. 11) a cidade é “o lócus privilegiado da vida social, à medida que, mais do que abrigar a maior parte da população, ela conduz um modo de vida que se generaliza”. Logo, ao pensar a cidade, é preciso refletir sobre o espaço urbano, o lócus de produção do modo de condições materiais de existência e possibilidades de mudanças.

Mudanças estas que vão ocorrendo no tempo-espaço mediante uma necessidade de organização do espaço, sendo

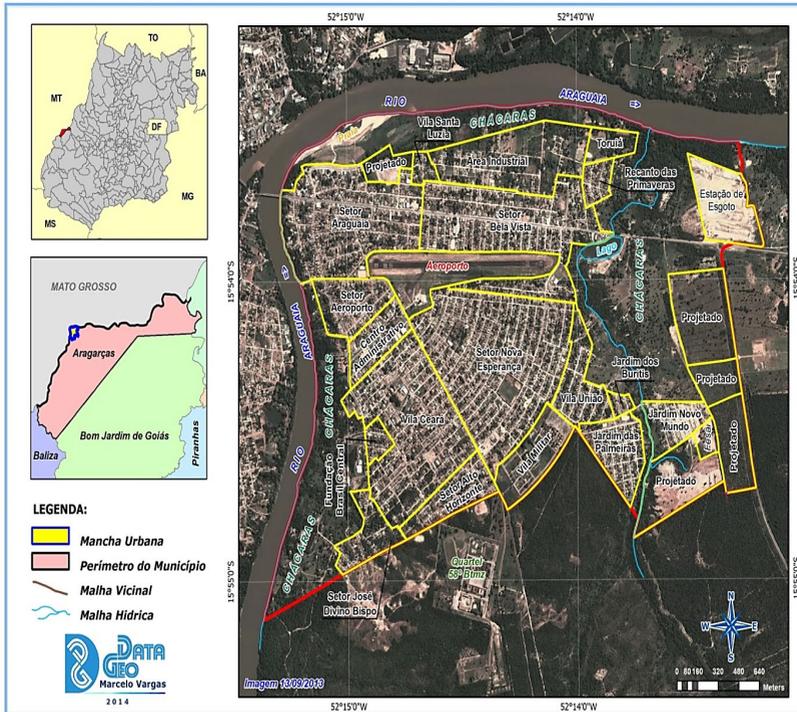
²³Ver (Silva, 1988) O espaço geográfico como totalidade. In: o espaço fora do lugar. Ver A noção de Totalidade In: A natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção (SANTOS, 2006).

este, diretamente influenciado pela sociedade ou a determinado grupo agregado e dominante.

No caso específico da cidade de Aragarças-Goiás, analisando pelo tamanho territorial (figura 1) e demográfico, ainda que dentro de uma complexidade, torna se mais fácil vivenciar suas formas em alterações, ou seja, pode se ver a construção de uma casa ou de varias casas em um determinado bairro, ver que uma nova loja esta se instalando por meio da construção arquitetônica no espaço físico, perceber a aglomeração de pessoas nas agencias bancárias ou lotéricas em inícios de mês, ver as pessoas caminharem e as crianças brincarem na praça no final do dia, ver a cidade em movimento, acontecendo sob uma influencia que não vem somente do local, pois este lugar esta sobre influência de uma mundialidade²⁴.

²⁴Ver CARLOS, Ana Fani Alessandri. O lugar no/do mundo. São Paulo, 2007.

Figura 1. Representação da cidade de Aragarças - GO.



Fonte: DataGeo, 2014. Elaboração: VARGAS, 2014. Organização: Autora, 2015.

Portanto, o “lugar se refere de forma indissociável ao vivido, ao plano do imediato. E é o que pode ser apropriado pelo corpo” (CARLOS, 2007). A autora coloca ainda que:

O lugar se apresentaria como o ponto de articulação entre a mundialidade em constituição e o local enquanto especificidade concreta, enquanto momento. É no lugar que se manifestam os desequilíbrios, as situações de

conflito e as tendências da sociedade que se volta para o mundial.

Sabe-se, que o estudo do lugar é atendido pela geografia em tempo bem recente, entendido pela geografia humanista e cultural como um atributo de ontologia.

Ao pensar a cidade de Aragarças em seu processo dinâmico socioespacial, numa relação de interação a partir de uma condição de espaço delimitado (fronteira), por um fator de localização entre espaços legitimamente separados de vivências sociais conjuntas. É também preciso entender a funcionalidade cotidiana e exercida de fato entre os lugares de uso a se constituírem no espaço.

Entende-se que a configuração espacial da cidade esteja associada às interações dos diversos aspectos e elementos que compõem o espaço urbano, estruturado por instrumentos de controle constitucional, a regulamentar as formas de usos deste espaço. Por vez, a dinâmica de produção, controle e consumo deste espaço da cidade é composta pelos mercados imobiliários, empresas privadas e estatais, gestores locais (governo e instituições religiosas) e a comunidade.

Estando a pesquisa desenvolvida no lugar de residência, onde as experiências são compartilhadas, observadas e dialogadas, evidentemente, “o lugar é segurança e o espaço liberdade, ou ainda, o espaço é movimento e o lugar pausa, logo, o espaço é mais abstrato e o lugar mais concreto” (Oliveira, 2012 p. 12). Em contribuição com este viés conceitual do lugar, como vivência, podendo também ser referido como uma questão e escala e seus atributos; Chaveiro, (2012 p. 267) descreve de forma a diferenciar o conceito de lugar e local:

Enquanto o lugar é o movimento social, histórico, cultural, simbólico vestido – e invetido – no cotidiano, o local é uma referência geodésica. Por conseguinte é tarefa do lugar envolver as tramas do modo de produção, dos objetos técnicos, das manifestações culturais, da subjetividade, das ações dos sujeitos e, então do envolvimento das diferentes corporeidade no uso e apropriação do espaço.

A cidade de Aragarças, entre outras no estado de Goiás, interiorizadas e parcialmente fora do circuito de industrialização e modernização do campo, bem como da área urbana, não teve um rápido crescimento demográfico, tão pouco territorial. Após 62 anos de emancipação, a cidade, assim definida por ordem de classificação brasileira, desenvolve funções específicas de uma pequena aglomeração.

Desta forma, ao tratarmos aqui de uma cidade pequena, A geógrafa Endlich (2009, p.27), por exemplo, contribui com a geografia dizendo que o olhar para as pequenas cidades não está isolado do restante da rede urbana. Ao contrário, pois é importante procurar:

[...] compreender as dinâmicas dessas localidades em interação, em movimento, consoante à apreensão de uma realidade que considere os demais centros urbanos e os fluxos humanos existentes entre eles. Dessa maneira, é preciso observar o que ocorre em diversos núcleos, ou seja, no conjunto da rede urbana.

Embora pequena, a cidade de Aragarças apresenta uma dinâmica a ser considerada. A cidade vive uma constante mobilidade e fluxo de pessoas e mercadorias a usufruir do

espaço urbano goiano e mato-grossense. Interage diretamente por meio das redes urbanas. Embora classificada como cidade pequena, expõe problemas variantes e condutoras das grandes cidades, como: violência, pobreza, poluição, entre outros.

As cidades pequenas oferecem por um lado a qualidade de vida, ainda que o acesso ao mercado e produtos circulante nos grandes centros não esteja ao alcance de todos. Neste contexto, Deus (2003 p. 192-193) contribui afirmativamente ao expor que;

As cidades com população inferior a 20 mil habitantes têm a função de dar suporte à produção, com comércio e serviços, garantindo a eficiência da agropecuária e o escoamento dos produtos exportados para outras unidades da Federação ou países, ou ainda para agroindústrias instaladas nos municípios maiores.

Em Aragarças, pelo fato da proximidade com a cidade de Barra do Garças - MT, alguns componentes decisivos para o reconhecimento de cidade, começaram a aparecer nos últimos dez anos. Agências do Banco do Brasil e Caixa econômica, encontram-se instalada há aproximadamente três anos. Muito das funções essenciais a estas instituições eram respondidas pelas agências instaladas em território mato-grossense, assim como outras instituições públicas e privadas.

Desse modo, compreender as relações de proximidade entre duas cidades contribui para análise e discussão acerca das questões do lugar e, mais do que isso, para a formação de um significado sobre o desenvolvimento das pequenas cidades identificando as mutações, os costumes e tradições da

população, bem como é importante analisar aquilo que se manteve na paisagem.

O lugar da cidade, na sua condição material pode estar temporalmente descrito nos objetos que compõem a paisagem da cidade (figuras 2 e 3). A localização da igreja e sua arquitetura têm muito a dizer sobre seu passado, possibilitando a compreensão do presente. Do mesmo modo, os casebres que resistem ao tempo em um espaço de novo ordenamento.

Figura 2. Igreja São Judas Tadeu.



Fonte: Autora, 2013.

Figura 3. Residência período do garimpo.



Fonte: Autora, 2013.

No entanto, uma localidade tem suas particularidades e especificidade agregada pelos modos de produção, organização social e administração política, podendo se fazer diferente de acordo com a função exercida especificamente no espaço urbano em sua complexidade existente pela própria natureza dos agrupamentos sociais e culturais.

Os monumentos, igrejas, praças, feiras livres, modelos arquitetônico, a cultura pode estar representada simbolicamente por algum feixe de caracterização. Poderia se fazer uma análise a partir do tipo de consumo, a qualidade do que se pode consumir; o lugar está representado pelo movimento ocasionado no espaço, e agregado em forma de paisagem.

Portanto, analisar tais paisagens fixas no espaço urbano de uma cidade classificada como de pequeno porte, pode não ser

tão interessante ao residente, visto que, por não conhecer o processo histórico de constituição e não compreender os elementos que constitui o fenômeno de análise dentro de estudos específicos como o da geografia, não o percebe e, por vez, não valoriza.

O olhar permite ao observador ver e comparar a paisagem mista a se revelar no espaço urbano físico da cidade, no primeiro instante, será agregado e apreendido em uma espécie de leitura rápida e superficial como um clique tecnicamente capturado por uma máquina fotográfica. Entretanto, a paisagem especificamente urbana, isto é, que se mantém fixa ao espaço delimitado pela cidade que materializa, é representativa, pois, representa um momento, histórico, político-ideológico, cultural e social.

Na paisagem, constituem-se significados que se fazem ocultos no viver cotidiano criam-se mobilidades que são construídas e reforçadas dentro dos grupos sociais na condução do próprio meio, entre as implantações de técnicas e a natureza. Tais significados e representações estão a mediar o entendimento dos sujeitos envolvidos.

É a partir da construção destas paisagens, que hora se constituíram de significados, e que são como símbolos de representatividade e valor ao lugar para as populações que vivenciaram tais construções, assim como, para aquelas que cresceram ouvindo as passagens da importância do que poderíamos chamar “monumentos de memória urbana” que trazemos ao texto descrição e imagens de obras de grande valor e identificação da cidade de Aragarças.

Obras estas edificadas, que aos poucos davam características a cidade, e estas estão presentes no espaço urbano até os dias atuais, marcados na paisagem como elementos representativos de períodos que se entrelaçam ao atual; entre eles estão: Marco zero (figura 4, onde se rezou a primeira missa para seguir expedição até o rio das Mortes. Edificado no final da Rua Duque de Caxias, onde se construiu no ano de dois mil e onze uma praça (praça do cruzeiro); e o hospital Getúlio Vargas (figura 5) de mesmo nome do presidente que instituiu a expedição ao Brasil Central esta entre as grandes obras construídas com a FBC.

Figura 4. Marco zero - Roncador-Xingu.



Fonte: Autora, 2013.

Figura 5. Hospital Getúlio Vargas.



Fonte: Autora, 2013.

O Hospital Getúlio Vargas já dispôs de 70 leitos; e era considerado um hospital regional, pois, atendia não somente ao município de Aragarças, como os municípios goianos: Baliza, Piranhas, Bom Jardim de Goiás e os de Mato Grosso: Torixoréu, Pontal do Araguaia, Barra do Garças e Nova Xavantina atualmente o hospital tem disponibilizado somente 42 leitos, estatística do Instituto Mauro Borges (IBM, 2013).

Aragarças foi escolhida como primeira base da “Expedição Roncador Xingu”, muitos militares mantidos à época pela fundação, permaneciam em serviço por meses. A cidade também foi escolhida para abrir o primeiro campo de pouso aéreo (Aeroporto Salgado Filho), hoje identificado como Sid Lana Batista (figura 6). O aeroporto passou a ser patrimônio histórico de Aragarças no ano de 2002. Na atualidade, o

aeroporto tem importância dada ao aeromodelismo, evento esportivo que ocorre todos os anos no mês de Julho. Que a certo modo, também serve como atração turística, uma vez que, o período agrega-se ao da temporada de praia do Araguaia.

Figura 6. Aeroporto Sid Lana Batista.



Fonte: Autora, 2014.

No período, houve a necessidade de se fundar a Vila da Força Aérea Brasileira (FAB), ver (figura 7). Atualmente nos prédios das antigas residências, funcionam secretárias estaduais e municipais sendo: Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), Agência Goiana de Defesa Agropecuária (AGRODEFESA), Instituto Médico Legal (IML), Secretária municipal de saúde, Secretaria de esporte e lazer, Secretária municipal de assistência social, e Secretária de Agricultura e pecuária.

Figura 7. Casas da FAB.



Fonte: Autora, 2014.

A região Centro Oeste, apresenta cidades surgidas em diferentes momentos históricos nos séculos XVIII, XIX e XX, sendo assim, o móvel que as motivou variou bastante. Muitas constituíram seus núcleos populacionais e denominações de vilas com o período da mineração, ciclo econômico do ouro e diamantes; caso específico de Aragarças no noroeste goiano.

Muito do que se construiu e fundou em um momento histórico de ocupações e colonização do Centro-Oeste brasileiro foi deixada ao passado, documentos e fotos, fontes de registros foram destruídas, poucos estão publicados em livros de escritores que aqui viveram e atualmente residem no Rio de Janeiro ou Goiânia.

É a partir da paisagem fixa, que o despertar do saber, a curiosidade, os pensamentos, as indagações se tornam movimentos submetidos pelo próprio desempenho de apreender, pensar e de criar, por que não? Quando não se compreende a essência de todo ordenamento, seja da paisagem em si, imagina-se e estabelece hipóteses. De fato, o saber é provocado por uma sucessão de movimentos. A paisagem construída a se revelar no lugar da cidade, em um espaço de alteridades, pode muito contribuir na descrição de uma história.

De mesmo modo, “a paisagem se dá como um conjunto de objetos reais concretos. Nesse sentido a paisagem é transtemporal, juntando objetos passados e presente, uma construção transversal” (SANTOS 2006). O espaço urbano e a cidade são constituídos de abstrato e concretos; e apresentam se sob uma processualidade histórico presente. Sendo assim, é preciso entender que passado-presente-futuro se configuram sob um entrelaçar de tempos nas espacialidades dos lugares.

Desvelando Aragarças - GO: marco do dinamismo atual

Ao procurar entender a dinâmica e as relações existentes na cidade de Aragarças, é preciso até certo ponto do estudo em questão, indagar e pontuar as origens dos sujeitos e daí por diante, discutir sobre as “identidades” prevaletentes²⁵. Os sujeitos que embora estejam articulados por um processo de globalização “radical”, são constituídos de um processo histórico e cultural acompanhado de mudanças no meio social.

²⁵Entende-se por aquelas que ainda estão a permanecer no sujeito que apesar de todo um processo de formação, ainda resguarda uma característica mais presente que o identifica, e ao mesmo tempo o separa das “novas” que chegam com o processo de globalização.

Assim, a identidade é realmente algo formado, ao longo do tempo, através de processos inconscientes, e não algo inato, existente na consciência no momento do nascimento. Existe sempre algo "imaginário" ou fantasiado sobre sua unidade. Ela permanece sempre incompleta, está sempre "em processo", sempre "sendo formada" (HALL, 2006 p.10).

Eis que, a população é oriunda de uma miscigenação que ora se agregou sob o conjunto de várias regiões do país. E isto, se deve ao processo de migração ocorrido ainda no período de formação da cidade, nos três ciclos de organização política e econômica.

Pensar a cidade de Aragarças, como uma localidade que recebe diariamente os fluxos e movimentos da globalização, uma vez, que o local conecta-se com o global, logo se atribui uma diversidade de indivíduos circulantes, assim como, a cultura provinda destes, interligando as diferenças.

A identidade e a diferença se traduzem, assim, em declarações sobre quem pertence e sobre quem não pertence, sobre quem está incluído e quem está excluído. Afirmar a identidade significa demarcar fronteiras, significa fazer distinções entre o que fica dentro e o que fica fora. A identidade está sempre ligada a uma forte separação entre "nós" e "eles" (SILVA, 2004, p. 82).

As diferenças sociais e culturais embora não sejam prioritariamente e de forma "chamativa" motivos de conflitos e discussões de valores sobre a identidade dos sujeitos aragarcenses, a questão do território aparece como um elemento que pode marcar ou "mexer" com a identidade de muitos sujeitos. Uma vez que, "a identidade territorial é construída

discursivamente através de um recorte espacial; é uma construção demarcada a partir de um recorte territorial onde se estabelecem relações”. (MONDARDO, 2009 p.20).

E são estas relações existentes entre a população de Aragarças e de Barra do Garças que se estabelecem, os conflitos de identidades ou mesmo a negação da identidade sobre o território. Uma vez que, aquele que mora na cidade de Aragarças, não diz, ou raramente diz que mora em Aragarças, quando perguntado por um indivíduo de outra região, logo a resposta é: *moro em Barra do Garças*. Porém, enquanto morador de Aragarças, não admite que um indivíduo de Barra do Garças, fale de maneira a rechaçar sua cidade de moradia.

A cidade de Aragarças ainda que apresente configurações e organização espacial específica à maioria das cidades com menos de vinte mil habitantes, os aspectos sociais e econômicos estão muito além das tradicionalidades específica e esperada de pequenas cidades. Resultado da aglomeração urbana existente e da ação do global sobre o local, reconfigurando a ordem do lugar e respectivamente das vivências.

Portanto, a expansão urbana pouco foi alterada. Ainda que não se caracterize como a cidade dos notáveis, a configuração do espaço da cidade de Aragarças ainda preserva o estilo tradicional, mantendo a igreja, as praças, residências das pessoas de classe mais alta, fórum, hospital e escolas, ao centro.

O centro das cidades, seja qual for sua classificação ou função, é a localidade mais importante. “porque é nele que se localiza o maior número de casas comerciais, de bancos e das diferentes formas de prestação de serviços” (SPÓSITO, 2009, p. 28).

As formas são representadas no espaço por um período de tempo, num critério de temporalidade, entendida como um complexo de variedade de coisas combinadas que se perfazem,

ligado a um processo histórico configurado e exposto no espaço, nítido, diverso e variável no lugar.

A paisagem percebida caracteriza as heterogeneidades sociais, políticas, econômicas e culturais nos seus diversos modos de viver criam e recriam o “meio” que ressurgiu com faces novas em um espaço determinado pelo tempo físico e psicológico sob uma relação de multitemporalidade existente.

Na paisagem, constituem-se significados que se fazem ocultos no viver cotidiano criam-se mobilidades que são construídas e reforçadas dentro dos grupos sociais na condução do próprio meio, entre as implantações de técnicas e a natureza. Tais significados e representações estão a mediar o entendimento dos sujeitos envolvidos.

Existe um sentimento de posse que se mantém das relações mantidas pela sociedade com o espaço de uso, de manifestações aos modelos constituídos, por meio de uma organização que segundo Haesbaert (2006 p. 112) se constitui pelas vertentes jurídico-político, culturalista e econômica.

A cidade configura-se de fixos numa materialidade alternante. Mesmo em um processo mais lento, quando tratamos de casos de municipalidades menores, caso da cidade Aragarças-Go a dinâmica e os fluxos estão presentes cotidianamente. “É nesse movimento social e a partir deste, articulados nos conjuntos de formas fixas que analisamos as funções múltiplas nas suas organizações diversas; onde é fundamental a noção de tempo e de escala, pois, se o espaço é total, a paisagem não o é” (SANTOS, 2009, p. 60).

Sobre a mesma linha de discussão Passavento (2012, p. 13-14) afirma:

O tempo das cidades é múltiplo e está sempre a ser construído, pois a cidade é uma contínua reinvenção do mundo no espaço: desde o tempo do presente, onde se realiza mais opções políticas e se decide mais intervenções sobre o urbano, a cidade se reconstrói continuamente, tendo por horizonte o passado e o futuro.

Este processo realizado na cidade por meio dos movimentos heterogêneos do espaço, conduzidos pelas ações sociais, é que as relações vão se firmando até o ponto de dar início a reconfiguração. Os aspectos relacionais também são fragmentados e registrados no espaço por meio dos usos e valor econômico ou cultural.

Os marcos referenciais, respectivamente pontos na cidade são concebidos coletivamente. Embora cada marco, pode ser visto ou sentido diferentemente por cada indivíduo do grupo.

Para Leonardo Oba (1994) citado por Silva (2002 p. 164) os marcos referenciais urbanos são:

Como produto social e cultural vinculados ao processo e construção da cidade e de sua identidade no tempo. Os marcos referenciais são os monumentos, as construções, os espaços ou conjuntos urbanos com forte conotação de “lugar”, apreendidos por uma grande parcela da população que vê neles uma referência física, cultural, histórica ou psicológica, relevante para seu espaço existencial.

Desta maneira, não poderia deixar de trazer alguns dos marcos representativos de Aragarças (figura 8), apontados e vividos por um número considerável de pessoas das comunidades em que se localizam. Visto que, um determinado marco, pode ser mais ou menos notado pelo sujeito, pois, existe

a necessidade de acesso e circulação, caso da Avenida Ministro João Alberto em Aragarças.

Figura 8. “Caminho a divisa”.



Fonte: Autora, 2014.

Estas imagens representadas como marcos, têm significados sociais, econômicos, políticos, culturais e históricos, que precisam ser também analisados e compreendidos numa condição de agregação de valor do espaço urbano da pequena cidade.

Tais paisagens são estabelecidas no espaço com propósitos, são por sua vez, desconhecidos a visualização aparente que o olhar capta num ritmo de passagem, sem o sentido da observação geográfica. Todavia, trabalhar com a imagem como uma metodologia é uma contribuição ao desenvolvimento dos olhares individuais; sendo essencial que seja trabalhado no momento do aprender, do conhecer a geografia.

Existe uma interação entre as cidades de Aragarças e Barra do Garças, e se dão por meio dos Estados, das redes de cidades, da verticalização da produção e consumo, pelos sujeitos

envolvidos no meio. Como símbolo de encontro tem se a ponte (figura 9) sobre o rio Araguaia que liga os dois Estados Goiás e Mato Grosso.

Figura 9. Ponte sobre o Rio Araguaia.



Fonte: Autora, 2014.

Fixa no tempo e no espaço, a ponte favorece aproximação por meio da circulação; o fluxo estabelece uma dinâmica pela circulação de pessoas e mercadorias, onde atores privados e estatais têm grandes influencia tanto na escala local como nas demais escalas diante de uma verticalidade de distribuição da produção econômica quanto da horizontalidade hierárquica dos sistemas de produção capitalista.

Os limites da fronteira que podem ser percebidos na cidade de Aragarças a oeste do território federativo, apresentam-se por uma fiscalização, por distancias que equivalem à extensão das pontes sobre dois rios. Contudo, as disparidades quanto ao uso do espaço urbano por instituições privadas ou mesmo estaduais são relativamente grandes.

A questão do ordenamento deste espaço urbano contido no “início ou fim” de uma demarcação territorial, dependendo

muito do viés em que se limita a análise, está voltado pelo modo como os representantes goianos, tanto na esfera municipal quanto estadual gerem este espaço.

Contudo, a cidade de Aragarças está em um ponto de distribuição ou de passagem, de pessoas ou mercadorias, mantendo uma relação socioespacial muito maior com o “outro lado ou lado de lá” do que com os demais municípios ou regiões do “lado de cá”.

Uma ideia, imaginação coletiva ou individual pode ser representada por meio dos símbolos, que tornam se espacializados à medida que estes se fixam no espaço por um período de tempo. Assim, Corrêa (2010 p. 294) apresenta expressamente que as “formas espaciais, através das quais o simbolismo ganha materialidade, constituem, por outro lado, meios através dos quais a cultura é modelada”. Ainda para Araújo e Junior (2012 p. 96);

Os símbolos fazem parte da história do ser humano. O entendimento da totalidade simbólica existente nos entes naturais ou antrópicos é fundamental para uma empreitada teórica e metodológica a fim de desmembrar os processos de acepção e deferimento designificância nas diferentes culturas existentes.

O Rio Araguaia como agente natural também modelador do lugar, dá fecundidade à cidade em seu aspecto sociocultural e econômico. Pois, toda cidade que tem sua origem designada às margens de um rio, em especial os médios e grandes rios perenes, tem uma porção de sua economia fortalecida pelas variáveis do trabalho exercido e mantido pelo potencial natural do próprio rio. Não se trata de uma exclusividade, ao abastecimento por meio da captação de água direta no rio. Isto é

algo essencial, haja vista que, é uma questão de sobrevivência e manutenção de um grupo ou nação inteira.

A abordagem parte para uma questão de uso comercial ou de agregação de valor por meio de sistemas de técnicas e inserção capitalista. São atividades desenvolvidas logicamente dentro de uma divisão territorial do trabalho, e estão respectivamente movidas por sazonalidades. Os períodos de seca, em que se exibem as areias contrastantes ao verde das matas criam praias que são frequentadas por turistas de várias regiões do país (figuras 10 e 11).

Figura 10. Praia fluvial no Araguaia.



Fonte: Autora, 2014.

Figura 11. Temporada em Aragarças.



Fonte: MOISÉS, 2014.

Nas abrangências do município de Aragarças o turismo tem se destacado nas seguintes modalidades: ecoturismo, pesca esportiva, turismo de aventura, esporte náutico, praia, apresentações culturais e musicais.

Todavia, Aragarças esta localizada ao lado de Barra do Garças-MT que tem como oferta águas termais, Ecoturismo, turismo de aventura, camping, rapel, trilhas. Juntas, estiveram e estão desde seus processos de formação, interagidas espacialmente em vários aspectos.

O rio “alimenta” economicamente as duas cidades, pois, através do turismo extraído do rio Araguaia, infraestruturas são geradas em benefício de duas municipalidades. É arrecadado um montante em “dinheiro” trazido pelos turistas para consumir o que o lugar tem a oferecer. O trabalho é praticado de maneira informal por “barraqueiros”, ambulantes que apresentam mercadorias específicas, ou seja, típicas para o período.

Ainda que fatores naturais e de localização tenham influência quanto ao condicionamento estrutural da cidade ou município, são as organizações políticas e os interesses sociais que abrangem maior significância as práticas que vão se moldando em meio a uma dimensão histórica, e (re)estruturando-se no tempo e no espaço por meio do uso de recursos pertinentes e favorável para o momento atual. E, num patamar de ordenamento do território, o estado tem sua ação intencional, diante ao potencial oferecido e a linha de interesse de atores privados a dar significância ou não a uma respectiva localidade ou lugar.

A Feira da Lua em Aragarças (figura 12), assim como qualquer outra feira estabelecida em outra localidade, tem influência nos modos de vida e nas relações sociais. Assim, “embora apresentando uma essência econômica, a feira preenche também uma função social, enquanto veículo de comunicação e expressão da cultura do povo, por se configurar como lugar de encontro, reencontro e lazer para os que ali vivem e para os que por ali passam” (ALMEIDA, 1989 apud LIMA; SAMPAIO, 2009, p. 4). A feira também é um lugar de determinações quanto à organização e uso do espaço.

Figura 12. Feira da Lua.



Fonte: Autora, 2014.

Na feira as interações acontecem no/sobre o espaço vivido, em uso, numa totalidade constituída sobre o espaço urbano da cidade. Existe uma territorialidade presente, o valor, o firmamento da identidade, o habito alimentar que permaneceu no tempo e no espaço, diante aos novos hábitos de consumo de alimentos condicionados a globalização. “A feira se configura mais que um ponto comercial da agricultura familiar, pois neste meio circulam bens, culturas e pessoas, sendo uma partilha entre economia e cultura, onde ocorrem encontros e articulações políticas” (BOECHAT; SANTOS, 2011, p. 8).

A feira livre como espaço de trabalho respectivo a cidade, é também o lugar dos encontros, das “prosas”, das brincadeiras, do conviver social. A “Feira da Lua” em Aragarças é a única feira realizada na cidade, e aos sábados de todas as demais cidades vizinhas. A denominação ao nome se deve ao fato dela se estender até o período da noite, momento em que se percebe maior quantidade de pessoas.

Desde modo, torna-se uma organização comercial, econômica e cultural, que “atrai” pessoas diversas, e que utilizam este espaço da feira com propósitos também diversos. Esta diversidade é fantasiada pelas diferenças²⁶ existentes, que “leva a diferença a desaparecer na identidade” (MOREIRA, 2008, p. 162).

²⁶O tema da diferença na geografia diste mais no sentido ontológico dado por Heidegger ao termo, caminhando para ser um discurso da diferença entre os entes sem o ser. A geografia faz as *adaequatio* numa combinação do heterogêneo e do homogêneo, em que o heterogêneo é transfigurado na unidade do homogêneo. Do mesmo modo como a representação geral, aqui a diferença dá lugar a identidade, a identidade aparecendo como propósito e fim da representação (MOREIRA, 2008, p. 166).

A cidade esta caracterizada por formas preexistentes de uma funcionalidade social heterogênea determinada na paisagem por um dado momento de acordo com as necessidades própria de atores sociais e econômicos. Na concepção de Villaça (1997, p. 3),

O espaço urbano é um produto muito peculiar do trabalho humano. Ele é um produto não intencional resultante da produção de milhares de valores, por milhares de trabalhadores e milhares de proprietários de meio de produção: edifícios, ruas, redes, praças. O espaço urbano, entretanto, tem um valor próprio que não se confunde nem com a sua soma. É o valor da localização.

Por isso, a centralidade ou poderia dizer as centralidades urbanas (figura 13) vão surgindo e sedimentando-se no espaço de acordo com as expectativas de planejamento econômico e políticos. “A centralidade pode também ser vista como a combinação, em determinado momento, das atividades econômicas, das funções políticas e administrativas, da prática social, da representação coletiva, que contribui para o controle e a regulação do conjunto da estrutura da cidade” (CASTELLS, 2000 p.302).

Figura 13. Rua comercial de 1ª ordem.



Fonte: Autora, 2014.

Cada construção arquitetônica presente no local da centralidade, é uma referencia, seja comercial ou residencial; visto que, em Aragarças ainda não existe lei de zoneamento urbano; por isso muitas residências de todos os estilos dado ao poder aquisitivo se contrastam em meio à diversidade comercial que mesclam-se nos diversos seguimentos.

É possível observar as fachadas dos estabelecimentos, que foram e aos poucos continuam sendo alteradas para atingir os novos modelos capitalistas, bem como, as exigências consumistas da população.

Para Choay (1972) citado por Barreto (2010):

A centralidade depende do poder de atração ou de difusão de um elemento, centro urbano, ou de um equipamento polarizador, que pode um centro comercial, cultural, financeiro ou administrativo. A centralidade resultará, assim, da eficácia do pólo central e da sua acessibilidade, sendo esta condição fundamental para a sua existência.

Aragarças apresenta centralidade específica da sua condição de cidade limítrofe, onde a polaridade se apresenta na cidade vizinha, que também representa a rede de hierarquia urbana. Ou seja, as centralidades conduzidas por uma força de atração maior (cidade de Barra do Garças) e menor (Aragarças), tendem a se unir, numa busca de fortalecimento, que deve ser entendida e reavaliada a ponto de não permitir que Aragarças perca sua força de atração e identidade comercial em detrimento desta união proximal atuante. “A forma urbana reflete também os efeitos da concentração de pessoas, de atividades e equipamentos” (BARRETO, 2010 p. 35).

É fundamental a existência e manutenção pela intensidade do uso do solo, que em função dos usos e da comercialização, industrialização, concentração de áreas específicas a Educação como (universidade, escolas técnicas, programas e capacitação ofertada pela gestão e assistência social do município e Estado), setores de saúde e lazer; a cidade solidifica uma funcionalidade específica. Pois, de acordo com Krafta, (et al 2005 p. 6), se a estrutura é, de alguma forma, subjacente à forma urbana, ela é produzida e transformada junto com ela, cotidianamente.

O que pode ser entendido, é que a cidade de Aragarças, em relação a sua estruturação econômica e sociocultural nos três ciclos de formação econômica, esteve condicionada por uma gestão política de planejamento estabelecida a priori com a Fundação Brasil Central e (re)estruturada com a execução da Sudeco, período militar em que houve maior número de planejamento elaborados para um ordenamento territorial brasileiro.

Posteriormente, o planejamento econômico e social do município, ainda que assegurado por um plano Federal de redução das desigualdades regionais, pauta-se no potencial de desenvolvimento e produtividade que a região tem como oferta, seja em atividades no rural como da área urbana, por vez, a classifica e ordena dentro de um território onde a busca capitalista proporciona as desigualdades regionais determinadas pela divisão territorial do trabalho, segundo o grau de importância destes.

Considerações finais

Neste estudo da cidade, a paisagem esteve a revelar num processo complementar as análises quanto à formação e produção do espaço urbano. São materialidades introduzidas pela necessidade social da comunidade, agrupada e manifestada no lugar de cotidianidade e vivências, das buscas, das alteridades da divisão do trabalho, e das classes sociais. Uma ação política direcionada aos interesses do próprio Estado.

Ao estudar a cidade independente de sua classificação em níveis hierárquicos ou porte, também representada pela função exercida; tratamo-nos de um emaranhado de conteúdos

que são conduzidas por pessoas, que analisam e colocam em prática a política desencadeadora da circulação e movimentação do sistema que alto se denomina sobre uma delimitação espacial determinada por “lugar cidade”. Ou neste, “lugares entre cidades”.

Aragarças-Go está condicionada a um processo de interação espacial, onde as relações dialéticas acontecem por meio dos encontros e desencontros existentes na cidade. Pois, é também por meio dela que analisamos a diferença dos grupos sociais e a própria organização espacial nos seus arranjos sociais.

Deste modo, a paisagem exerce a função de revelar conjuntos de formas sobre o espaço, que se constituíram pela herança material moldadas em épocas diferentes pelas ações do homem ao meio, na própria natureza, e permanecem registradas num emaranhado de forma que intercorrem ao tempo atual.

Neste fazer geográfico, está a análise do espaço por meio das ações cotidianas que geram e alteram-no, na constituição do lugar na determinação de uma escala geográfica, que é uma parte totalizante do todo, uma vez que, a paisagem é parte desse todo. Demarcada a cidade torna-se elemento metamorfoseado, evolutivo sob um processo histórico; moldando-se e caracterizando-se de acordo como foi criada e organizada.

Até mesmo, porque conforme Spósito (2009) em todo o mundo as cidades se apresentam em diferentes formas e tamanhos, e nenhuma se faz igual á outra, todas tem sua própria história de surgimento; em muito são marcadas as diferenças e semelhanças determinadas pelas pessoas que lá moram.

Entende-se que a cidade de Aragarças está beneficiada com agentes da própria natureza (caso do Rio Araguaia), para sua sustentação econômica, que ora, só manifestou uso mais “planejado” nos últimos vinte anos. Entretanto, deve se reconhecer que o “surgir” do turismo como atividade econômica de Aragarças, está diretamente associado a um processo de erosão ocasionado pelo avanço da agricultura e da precária instituição de leis ambientais.

Então, a sugestão é que além do uso sustentável do turismo, deve-se pensar em outras fontes de economia, que venha juntar-se e fortalecer a hegemonia da cidade e do próprio município, que terá condição de conectar-se produtivamente com outros municípios.

Pode se dizer que as relações de divisas nos aspectos sociais, se compõem por uma dinamicidade; também dotados de interrelação política, econômica e cultural, proporcionado pela circulação e a própria produção do espaço. Este espaço urbano Aragarçense tem uma relação socioespacial gerido por uma polaridade existente, firmada por um processo histórico, e de ordenamentos técnicos.

Alguns dos marcos espaciais que sustentam a tessitura da cotidianidade de Aragarças deram-nos, possibilidade de enxergar os principais objetos e ações empregados pelos sujeitos na produção da sua existência. Viu-se, que atores públicos e sujeitos locais ao usarem o espaço, criam o movimento do lugar enquanto espaço da cidade pequena com particularidades e especificidades próprias de sua configuração espacial, histórica e organização política que condiciona toda ordem da cidade.

Referências

ARAÚJO, G. C. C.; COSTA JUNIOR, D. F. As representações simbólicas: a pulsão imagética e sîgnica na produção dos sentidos no espaço. **OBSERVATORIUM: Revista Eletrônica de Geografia**, Uberlândia, v. 3, n. 9, p. 93-106. abr. 2012.

BARRETO, R. O centro e a centralidade urbana: aproximações teóricas a um espaço em mutações. **Caderno de Curso de Doutorado em Geografia**, FLUP, 2010.

BOECHAT, P. T. V.; SANTOS; J. L. Feira livre: dinâmicas espaciais e relações identitárias. In: Semana de Geografia, X, Salvador, 2011. *Anais...* Salvador: UESB, 2011. 9 p.

CARLOS, A. F. A. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: Humanitas, 2007b.

_____. **A cidade**. São Paulo: Contexto, 2009a.

CASTELLS, M. **A questão urbana**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CORRÊA, R. L. Espaço e simbolismo. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. **Olhares geográficos: modos de ver e viver o espaço**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011. p. 133-153.

CAVALCANTI, L. S. **Geografia da cidade: a produção do espaço urbano em Goiânia**. **Goiânia: Alternativa**, 2001.

CHAVEIRO, E. F. Corporeidade e lugar: elos da produção. In: MARANDOLA JR, E.; HOLZER, W.; OLIVEIRA, L. (Orgs.). **Qual o espaço do lugar?** São Paulo: Perspectiva, 2012.

DEUS, J. B. **O sudoeste goiano e a desconcentração industrial.** Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2003.

ENDLICH, A. M. **Pensando os papéis e significados das pequenas cidades.** São Paulo: EdUNESP, 2009.

ENDLICH, A. M.; ROCHA, M. M. **Pequenas cidades e desenvolvimento local.** Maringá: UEM, 2009.

HAESBAERT, R. **Territórios alternativos.** São Paulo: Contexto, 2006.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

KRAFTA, R. Cidade, essa emergência estruturada. Salvador: ANPUR, 2005.

LIMA, A. E. F.; SAMPAIO, J. L. F **Aspectos da formação espacial da feira livre de Abaiara-Ceará:** relações e trocas. São Paulo: ENGA, 2009.

MONDARDO, M. L. Identidades territoriais e globalização: a relação entre espaço, política e cultura no processo de des-re-territorialização. **GeoUERJ**, v. 2, n. 19, p. 111-137, 2009.

MOREIRA, R. **Pensar e ser em geografia: ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfico.** São Paulo: Contexto, 2008.

OLIVEIRA, L. O sentido do lugar. In: MARANDOLA JR, E.; HOLZER, W.; OLIVEIRA, L. (Orgs). **Qual o espaço do lugar?** São Paulo: Perspectiva, 2012. 12 p.

PESAVENTO, S. J. Cidade, espaço e tempo: reflexões sobre a memória e o patrimônio urbano. **Cadernos do LEPAARQ,** Pelotas, v. 2, n. 4, dez. 2005. 10 p.

ROLNIK, R. **O que é cidade.** São Paulo: Brasiliense, 2004.

SANTOS, J. C. V. **Região e destino turístico: sujeitos sensibilizados na geografia dos lugares.** São Paulo: All Print, 2013.

SANTOS, M. **Da totalidade ao lugar.** São Paulo: EdUSP, 2005.

_____. **Pensando o espaço do homem.** São Paulo: EdUSP, 2009c.

_____. **A Natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção.** São Paulo: EdUSP, 2006d.

SILVA, A. C. **O espaço fora do lugar.** São Paulo: HUCITEC, 1988.

SILVA, J. M. Os marcos referenciais na estruturação espacial da cidade de Concordia / SC. **Revista de História Regional**, v. 7, n. 1, p. 161-193, 2002.

SPÓSITO, E. S. **A vida nas cidades**. São Paulo: Contexto, 2009b.

VILLAÇA, F. A problemática do transporte urbano no Brasil. In: SILVEIRA, M. R. (Org.). **Circulação, transporte e logística: diferentes perspectivas**. São Paulo: Outras Expressões, 2011.

O MERCADO CENTRAL DE SÃO LUÍS E SUAS RELAÇÕES COM A IDENTIDADE, O ESPAÇO E A MEMÓRIA LUDOVICENSE

*Maurício José Morais Costa
Kláutenys Dellene Guedes Cutrim*

Introdução

Os mercados de abastecimento são locais emblemáticos e carregados de significados para as pessoas, cuja história vincula-se à Grécia Antiga, especificamente a formação da Ágora e dos fóruns romanos. Lugares de grande fluxo popular, consistem em espaços mediadores de interações das mais distintas naturezas, rompendo com as trocas comerciais, transações econômicas, mas, também espaços de intensa sociabilidade e convergência de práticas sociais (GUIMARÃES; DOULA, 2018; BITAR, 2014; FILGUEIRA, 2006).

Fundada em 8 de setembro de 1612, São Luís é conhecida por seus atributos históricos e culturais. Embora os holandeses tivessem tentado, São Luís foi colonizada pelos franceses e portugueses, que por sua vez deixaram na capital maranhense uma série de traços lusitanos (costumes, hábitos, etc.), que aliados aos povos indígenas negros, constituíram toda a identidade ludovicense que luta para se manter viva com o passar dos anos (REIS, 2010; RODRIGUES, 2008).

O Centro Histórico ludovicense destaca-se por manter um conjunto arquitetônico único, cujos traços da colonização europeia são marcantes. A região central da cidade foi a

primeira a se desenvolver, igualmente a outras capitais da costa brasileira, tornando-se, assim, núcleo comercial do período colonial, concentrando as importações e exportações da época, bem como a entrada e saída de pessoas na cidade (FONSECA; BARBOSA FILHO, 2017).

No centro antigo de São Luís é possível demarcar locais de grande importância e valor histórico, dentre eles o Mercado Central, assim como é conhecido, um dos mais antigos espaços comerciais do Estado e símbolo local, o Mercado fora construído em 1864, e, mesmo com o passar dos anos é símbolo da cidade (SILVA *et al.*, 2017). Diante disso, o presente estudo tem por objetivo discutir o papel do Mercado Central enquanto lugar de memória, partindo de seu valor histórico-cultural e suas relações com a identidade, o espaço e a memória da capital maranhense. Embora não tenha sido o primeiro centro comercial maranhense, uma vez que o comércio se desenvolveu antes de sua criação, o Mercado Central é referência tanto para os moradores mais antigos da zona urbana, quanto da zona rural de São Luís, trazendo consigo toda uma carga simbólica e enraizadora da memória ludovicense.

Para tanto, trata-se de um estudo de natureza exploratória e de caráter analítico-descritivo, que utiliza a pesquisa bibliográfica e documental como instrumento de fundamentação (PRODANOV; FREITAS, 2013). O estudo está organizado em três seções principais. Na primeira seção abordam-se os conceitos de memória e identidade, e como tais conceitos se entrelaçam. A segunda seção trata do Mercado Central, contextualizando seu histórico e caracterizando seu espaço e localização. Na terceira seção discute-se as interações do Mercado Central enquanto espaço de identidade e memória

ludovicense, partindo da reflexão dos mercados populares como espaços de simbolismo e memória.

Os entrelaces entre memória e identidade

A definição de identidade foi ampliando com passar dos anos, apresentando diferentes e amplas definições. Dentre as divergências quanto a sua conceituação, percebe-se um movimento dialético e contraditório na sua construção, ao passo que antes se concebia a identidade como una e com características semelhantes, depois como algo contraditório e mutável, como se fosse um quebra-cabeça sempre incompleto (CIAMPA, 2017; MAHEIRIE, 2002).

A identidade é marcada por meio de elementos simbólicos que diferenciam um grupo social de outro, logo sua construção é pautada na diferença, ao passo que quando se afirma uma identidade nega-se automaticamente a outra. A vivência é um fator importante na formação da consciência social e ao mesmo tempo é uma categoria disciplinadora que serve para transformar o outro em diferente, exótico ou até mesmo em inimigo (WOODWARD, 2014; SAWAIA 1996).

Outra contribuição para o conceito de identidade parte da ideia de que esta é fruto das possibilidades que estão em curso na vida do indivíduo, logo se apresenta de forma volátil, fugaz e em constante modificação. A tomada de consciência parte das relações sociais que servem tanto para forjar a identidade coletiva quanto a individual, desta forma quanto mais se individualiza mais o sujeito se diferencia e molda sua identidade (Santos, 2013; Lago, 1996).

Segundo Bauman (2005) e sua perspectiva de mundo líquido onde as estruturas sociais já não possuem a rigidez de outros tempos, as relações se tornaram fluidas e a sensação de pertencimento se corroeu afetando a identidade dos indivíduos. Agora paira a sensação de deslocamento, de não pertencer a lugar algum e a ideia de identidade já não é mais rígida, mas sim líquida e que necessita ser construída a todo instante sem nunca se chegar num resultado.

A ambivalência se tornou a principal característica no processo de construção identitária, tendo em vista que a identidade passou a ser a síntese daquilo que é ao mesmo tempo individual e coletivo, igual e diferente, próprio e alheio se metamorfoseando ora num polo ora no outro. O estudo de tal conceito tem se revelado importante, pois possibilita a compreensão dos indivíduos em sociedade ou em sua individualidade, permitindo situá-los no tempo e espaço e identificando-os mesmo que em constantes mudanças (MAHEIRIE, 2002).

Nesse sentido, destaca-se que o conceito de memória, bem com os entrelaces que esse estabelece com identidade é fruto não apenas do contexto social e cultural, mas englobam aspectos distintos. De acordo com Carmo, Karpinski e Brascher (2018) a concepção de memória envolve discussões pautadas em três prismas, a saber: a) a percepção de memória defendida por Henri Bergson, postulada no final do século XIX; b) o conceito de memória coletiva de Maurice Halbwachs difundida meados da década de 1950; e, c) Michael Pollak com o conceito de memória subterrânea na década de 1980.

Silva, Cavalcante e Nunes (2018) acentuam que o uso do termo memória cotidianamente, está relacionado com a capacidade que o cérebro tem de reter, recordar fatos, eventos, informações dentre outros. Le Goff (2013), afirma que é graças a um conjunto de funções psíquicas que o indivíduo é capaz de conservar informações, e assim, atualizar fatos passados e impressões ocorridas.

Nesse sentido, Bergson (2010) destaca que a memória é responsável por evocar acontecimentos já ocorridos, que por sua vez são análogos a uma percepção presente, ou seja “[...] recordar-nos o que precedeu e o que seguiu, sugerindo-nos assim a decisão mais útil [...]” (BERGSON, 2010, p. 266). Bergson acredita que o conhecimento é fruto da interseção entre matéria e espírito, em outras palavras, sujeito e objeto (CARMO; KARPINSKI; BRASCHER, 2018; MONTYSUMA; KARPINSKI, 2010).

Sendo assim, a memória,

[...] seria a responsável por “guardar” nossas percepções, aquilo que vivenciamos, e que se juntam a todo momento às percepções vividas no presente. [Permitindo], por meio dessa nossa capacidade cognitiva, um encontro entre passado e presente, encontro esse, que influencia e cria o futuro. (SILVA; CAVALCANTE; NUNES, 2018, p. 98).

Maurice Halbwachs (1877-1945) foi responsável por retomar a questão da memória pautada nas relações sociais. O sociólogo era contrário “[...] a idéia corrente em sua época de que a memória seria o resultado da impressão de eventos reais na mente humana [...]” (ARAÚJO; SANTOS, 2007, p. 96).

Segundo Silva (2016), Halbwachs instaurou a categoria “memória coletiva”, ou seja, a recordação e localização das lembranças, nada mais são que fruto dos contextos sociais, este incumbido de subsidiar a reconstrução da memória.

Silva (2017, p. 71) complementa acentuando que “[...] a memória coletiva, remete a um grupo, um conjunto de pessoas que tem algum propósito e/ou característica que as ligue.” Para Halbwachs (2006) a memória individual só existe em função da memória coletiva, fruto do convívio social, cujas lembranças individuais são baseadas nas lembranças dos grupos cujos indivíduos fazem parte, logo, o indivíduo integra, tanto a memória individual, quanto a coletiva.

Nesse sentido, o sociólogo afirma que “[...] lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros, ainda que trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos. Isso acontece porque jamais estamos sós [...] (HALBWACHS, 2013, p. 30). De acordo com Silva, Cavalcante e Nunes (2018), a concepção de memória defendida por Pierre Nora comunga com a postulada por Halbwachs. Para Nora (1993) a memória se constitui de fenômenos sagrados, cuja vivência se dá em um eterno presente, marcado por recordações e lembranças evocadas de “[...] um grupo que ela une, o que quer dizer que há tantas memórias quantos grupos existem; que ela é por natureza, múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada”.

Nora (1993) estabeleceu a noção dos “lugares de memória”, compreendidos como “[...] sinais de reconhecimento e de pertencimento de grupo numa sociedade que só tende a reconhecer indivíduos iguais e idênticos” (NORA, 1993, p. 12-

13). Gonçalves (2012) esclarece que os lugares de memória se apresentam como sendo simultaneamente materiais, funcionais e simbólicos, ou seja, possibilitam não apenas a cristalização da história (lugares de história), mas de reconstrução da memória dos indivíduos, esta produzida socialmente.

Todavia, há outros conceitos de memória que devem ser colocados em discussão, a exemplo Michael Pollak que se contrapõem a concepção de Halbwachs. Para Pollak (1992), a “memória coletiva” postulada por Halbwachs não se aplica enquanto fundamento histórico, uma vez que a memória se relaciona diretamente com a identidade. O sociólogo afirma que,

[...] a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si [...]. A memória e a identidade são valores disputados em conflitos sociais e intergrupais. (POLLAK, 1992, p. 200-212).

Pollak (1992; 1989) acredita que independente do contexto cujo indivíduo está inserido, imbuído de relações sociais e interações, a ele lhe é resguardado o direito de acessar suas “memórias individuais”, ou seja, suas próprias lembranças, ou até mesmo fatos que por ele tenha sido esquecido ou silenciado. Para Candau (2016) a memória relaciona-se intrinsecamente com identidade, uma vez que a primeira dá condições para que a segunda seja construída, tanto individual, quanto coletivamente. Nesse sentido, Silva, Cavalcante e Nunes (2018, p. 100), afirmam que “A memória, ao mesmo tempo em que nos modela, é também por nós modelada, isso resume

perfeitamente a dialética da memória e da identidade que se conjugam e nutrem mutuamente.” Dialogando com Candau (2016), afirma-se que a memória alimenta a identidade, logo, categorias que estão entrelaçadas.

Candau (2016), Halbwachs (2006) e Nora (1993) acreditam na importância do espaço como elementos basilares para a evocação e construção da memória. Nessa perspectiva, Rodrigues (2014, p. 71) acentua que tais pensamentos confluem na concepção de memória social, materializada pela “[...] utilização de símbolos identitários, que por sua vez constituem os lugares de memória.” Sendo assim, a memória um processo vivo, conduzido por indivíduos e grupos vivos, que por sua vez está em constante processo de evolução, passíveis de lembrança e esquecimento, alicerçam a identidade por meio de seus elementos simbólicos (NUNES, 2018).

Diante da relação entre memória e identidade, cujo elo é estabelecido em espaços carregados de simbolismo e interações, evidencia-se o Mercado Central de São Luís, onde tais conceitos são convergidos em um centro comercial popular carregado de história. Destaca-se que o Mercado Central consolida-se como “lugar memória” a medida que consegue manter-se vivo e contrariar o esquecimento ao “[...] parar o tempo [...] bloquear o trabalho do esquecimento, fixar um estado de coisas, imortalizar a morte, materializar o imaterial para prender o máximo de sentido num mínimo de sinais [...]” (NORA, 1993, p. 22). Desde sua fundação, conseguiu reunir e eternizar saberes, fazeres e práticas incorporadas pelas pessoas, tendo como terreno as experiências e vivências, produzindo, assim como diz Bourdieu (2011, p. 87, grifo do autor) um “[...] *habitus*, sistemas de disposições duráveis e transponíveis [...] como princípios

geradores e organizadores de práticas e de representações [...]”. Dar-se-á continuidade na seção seguinte com a contextualização espacial e histórica do Mercado Central, perpassando sua criação e atual estado de conservação.

O mercado central de São Luís do Maranhão

Ao longo desta seção faz-se uma breve contextualização histórica do Mercado Central, desde sua construção, as reformas aos quais ele passou até a caracterização espacial atual, destacando memórias, histórias e subjetividades, bem como problemáticas oriundas da contemporaneidade dos usos e fluxos de seu espaço. Reconstruir a história do Mercado Central de São Luís é um grande desafio, sobretudo pela escassez de estudos e produções que o possuam como objeto de pesquisa. Todavia, de acordo com Cordeiro (2018), Silva *et al.* (2017), Furtado (2016) e Dean (2015), foi inicialmente construído nas proximidades do Centro Histórico da capital por volta de 1864.

Instalado inicialmente na Avenida Magalhães de Almeida, no Centro Histórico de São Luís, importante *lócus* comercial e mercadológico do Estado como acentuam Fonseca e Barbosa Filho (2017). Batizado de “Mercado Central”, Dean (2015) ressalta que se trata do segundo mercado popular mais antigo da capital maranhense.

Furtado (2016) ressalta por volta de 1939, transformações ocorreram no Estado do Maranhão, e, em detrimento do programa sanitarista, o primeiro prédio do Mercado foi demolido 65 anos depois de sua construção, como esclarece Dean (2015).

Sua reconstrução ocorrera em 1940, no Governo de Paulo Ramos (1936-1945), cuja gestão marcava um novo momento político para o Estado do Maranhão, que de acordo com Costa (2016, p. 71) trazia consigo “[...] novas formas administrativas e políticas o governador deveria saber congregar nomes tradicionais da política, a fim de organizar um governo de coalizão e a superação do imobilismo que, na sua visão, assolava o estado.”

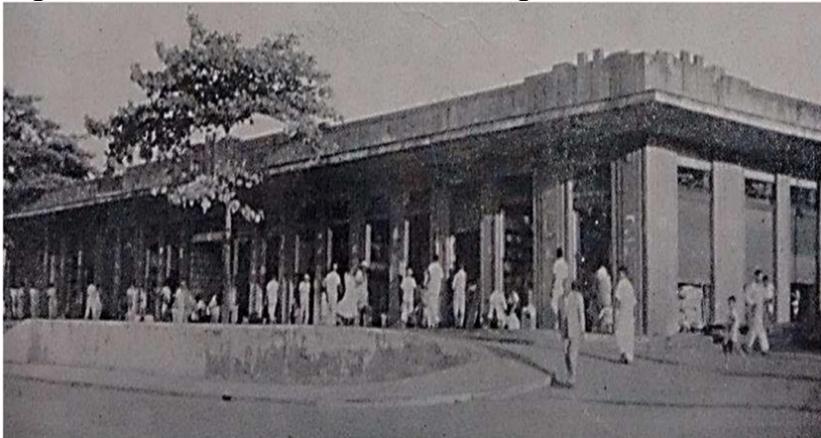
Pelo fato de ter sido reconstruído na década de 1940 e se tratar de um novo espaço comercial, ficou conhecido como “Mercado Novo”. Além disso, também ficou conhecido como “Largo do Açougue Velho”, em detrimento da existência de um curtume vinculado ao curral municipal (CORDEIRO, 2018; DEAN, 2015). Furtado (2016) destaca, ainda que o local de instalação do Mercado Central já abrigou o antigo gasômetro, que há cerca de 70 anos antes era responsável por abastecer os postos de iluminação de todo o centro da cidade. Nas figuras 1 e 2, é possível observar um registro do Mercado Central na década de 1940:

Figura 1 – Início das obras do Mercado Central na década de 1940.



Fonte: Santos *et al.* (2014)

Figura 2 - Mercado Central na Avenida Magalhães de Almeida, 1940.



Fonte: Costa (2016)

Costa (2016) destaca que o Novo Mercado foi reconstruído nas gestões municipais de Saboya Ribeiro e Pedro Neiva, todo no estilo *art Decó*²⁷, arquitetura esta que proporcionasse melhores condições de iluminação e ventilação de todos os ambientes do espaço comercial, além de prezar pelas características higiênicas do local. O autor evidencia, ainda, que embora inaugurado com grande fervor pela imprensa, o Mercado Central recebeu várias críticas, tanto pela demora em sua construção, quanto pelo fato dele não apresentar as condições ideais de comércio.

Segundo Nogueira (2012) e Feretti (1985), são responsáveis pela manutenção e organização do Mercado a Companhia Maranhense de Abastecimento (COMAB) e as Centrais de Abastecimento do Maranhão (CEASA-MA). A autora evidencia, ainda que outra grande e importante reforma do espaço comercial ocorreu em maio de 1999, cuja gestão do Mercado Central estava na responsabilidade da Associação de Feirantes, e como esclarecem Silva *et al* (2017), tanto a parte interna, quanto externa do espaço comercial foram reformados.

²⁷Estilo artístico que surgiu na Europa em meados da década de 1920, estendendo-se aos Estados Unidos e outros países por volta da década de 1930. De acordo com Correia (2008, p. 48) nessa linguagem “[...] a ornamentação se desloca das fachadas para a volumetria, configurando composições compostas que assumem um nítido caráter decorativo, ao qual, frequentemente, correspondiam detalhes decorativos de viés claramente déco no desenho de portões e luminárias e na ornamentação de portarias.” Para maiores informações sobre art Decó consultar o texto de Gunter Weimer “O conceito de art Decó”, disponível em: <https://www.proec.ufg.br/up/694/o/08_OconceitodeARTDECO.pdf>. Acesso em: 19 jul. 2019.

Ressalta-se que,

As obras visaram melhorar o aspecto visual de um dos mais tradicionais e antigos centros de comércio hortifrutigranjeiro da capital, que, apesar do crescimento e da modernização da cidade, que trouxeram mudanças ao gosto e consumo de produtos da população ludovicense, não perdeu sua importância. (SILVA *et al.*, 2017, p. 3).

Necessitando de ações emergenciais, o Mercado Central passará por uma nova reforma. Conforme esclarece Furtado (2016), graças ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) Cidades Históricas, o espaço seria submetido à reforma geral a partir do primeiro semestre de 2017, cuja obra está orçada em cerca de 8 milhões de reais²⁸. O PAC Cidades Históricas consiste em uma nova perspectiva para valorização do Patrimônio Cultural Brasileiro, cuja etapa iniciada a partir de 2013, visava atender cerca de 44 cidades, distribuídas em 20 estados da federação, que por sua vez receberam cerca de R\$ 1,6 bilhão de investimentos de recuperação, restauro e qualificação de seus respectivos conjuntos urbanos e monumentos de valor excepcional (IPHAN, 2013).

Ressalta-se que as ações do PAC Cidades Históricas são destinadas tanto para conjuntos reconhecidos pelo patrimônio nacional – o que de certa forma enquadra o Mercado Central,

²⁸Informação disponível no site do Ministério do Planejamento, seção Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), acessível pelo seguinte endereço eletrônico: <<http://www.pac.gov.br/obra/65021>>. Acesso em: 19 jul. 2019.

visto se tratar de um prédio reconhecido pelo Estado do Maranhão – quanto os bens reconhecidos pelo patrimônio mundial. Portanto, São Luís integra o grupo de cidades contempladas com os investimentos (IPHAN, 2013).

Todavia, por estar em uma zona de tombamento estadual, a obra do Mercado Central está sob a responsabilidade da Superintendência do Patrimônio Cultural do Estado. Embora o Governo do Maranhão já tenha concluído determinadas obras subsidiadas pelo PAC Cidades Históricas, como por exemplo o Complexo Deodoro, as obras de revitalização da RFFSA, no Centro a Praça Odorico Mendes e o novo Batalhão de Polícia estão em fase final de obras, ainda não foram iniciados os projetos preveem a requalificação urbanística da Rua Grande, além de uma total reestruturação do Mercado Central, Praça João Lisboa e Largo do Carmo (MARANHÃO, 2019a).

História, memória e identidade ludovicense representados no mercado central

O Mercado Central de São Luís é um espaço onde ocorrem múltiplas interações, desse modo, nesta seção serão discutidas as relações que esse importante espaço comercial tem com a história, a memória e a identidade da capital maranhense, cuja criação remonta ao século XIX, têm em seus corredores as marcas e traços da história e memória do Maranhão.

Os mercados públicos como espaços de memória

A origem dos mercados públicos está diretamente ligada com a necessidade de abastecimento urbano por parte do poder público, logo sua localização era principalmente nas regiões

centrais. Em alguns casos, os mercados serviam tanto como ponto de origem das cidades, quanto lócus de encontro para troca de produtos (GONÇALVES, 2017; PINTAUDI, 2006).

Com o decorrer do tempo e as inovações tecnológicas, principalmente no que diz respeito ao aumento da produtividade, conservação de produtos de gênero alimentício e circulação de mercadorias, essa forma de mercado tornou-se ultrapassada abrindo espaço para novos parâmetros de consumo pautado na lógica capitalista que acarretaram no surgimento de supermercados, hipermercados e shoppings (PINTAUDI, 2006).

A partir da década de 1960, a categoria memória passa a protagonizar os estudos referentes ao meio urbano como forma de construção identitária. Mediante diálogo com Nora (1993), reforça-se o conceito de “lugares de memória”, que corrobora o papel dos mercados populares como espaços que compõem a história e a memória local. Elementos sensoriais, culturais e fenomenológicos de determinados espaços da cidade passam a ser vistos com maior importância. É a partir deles que emergem recordações e lembranças, que por sua vez compõem a memória e a identidade do meio urbano, tal como pode ser observado no Mercado Central de São Luís, que carrega não apenas os traços das transformações que a cidade passou, mas a história de seus frequentadores e comerciantes, cujas relações foram estabelecidas desde sua criação em 1864 e reconstrução em 1940 (FONTAINHAS, 2015; ORTEGOSA, 2014).

Os mercados públicos constituem-se heranças históricas que trazem consigo uma memória espacial de outro tempo, que nos remete a outra época. Entretanto, essa representação patrimonial para além de evocar traços de um tempo pretérito,

precisa ser carregada de utilidade pública no tempo presente (ALMEIDA, 2008).

Os espaços onde estão situados os mercados públicos são verdadeiros referenciais simbólicos e caracterizam-se por sua pluralidade. Tais espaços, favorecem o processo de interação social, o fortalecimento de vínculos e a construção da memória individual e coletiva (HALBWACHS, 2006; POLLAK, 1992; 1989). Por tanto, são considerados pontos de encontro para pessoas das mais diversas classes sociais e faixas etárias, permitindo a relação entre estranhos e proporcionando articulações socioespaciais diversas, dentre elas a criação de vínculos entre comerciantes, bem como com os clientes, visto os vínculos afetivos que são construídos nas interações no Mercado Central de São Luís (COSTA, 2006; PINTAUD, 1992).

Apesar das modificações que sofrem com o decorrer do tempo, os mercados por estarem localizados geralmente nos centros das cidades e por serem local de troca e circulação, se constituem de relevante importância por conta de seu valor de memória para a cidade. Existindo assim uma tendência de movimentos em prol do tombamento dessas edificações como patrimônio histórico (ALVES; RIBEIRO FILHO, 2011).

Os mercados, enquanto locais de convívio social, surgem como refúgio para a preservação da memória de determinado grupo. Aspecto que se confirma na fala de Nora (1993, p. 7) quando diz “A curiosidade pelos lugares onde a memória se cristaliza e se refugia [...] onde a consciência da ruptura com o passado se confunde com o sentimento de uma memória esfacelada, mas onde o esfacelamento desperta ainda memória suficiente para que se possa colocar o problema de sua

encarnação. O sentimento de continuidade torna-se residual aos locais. Há locais de memória porque não há mais meios de memória”.

Dentro desta perspectiva, emerge uma nova proposta de compreensão do espaço geográfico a partir da premissa que os mercados trazem consigo uma dimensão social da memória. Agora se leva em consideração como os sujeitos sociais encaram esses espaços como lugares de memória que carregam toda uma carga de afetividade que permeia o seu cotidiano significando sua realidade nos espaços da cidade (TEIXEIRA; MENDES, 2017).

Seria o mercado central de São Luís um espaço de memória, identidade e simbolismos?

São Luís é uma cidade marcada por espaços diferenciados, muitos deles contribuíram para que a cidade conquistasse o título de Cidade Patrimônio Cultural Mundial pelo Iphan em 1974 e ser inscrita como Patrimônio Mundial em 6 dezembro de 1997. Dentre eles o Centro Histórico que abriga um conjunto arquitetônico singular, suas praças, enfim, locais que mantêm vividos, não apenas os traços dos múltiplos colonizadores, mas sua história.

Tais espaços constituem os patrimônios, e, por conseguinte a memória da capital maranhense, carregados de significados, referências, pensados e projetados para consolidar tradições, culturas, saberes e fazeres dos indivíduos que por eles passaram, tais como os vendedores de alimentos, artesanatos, verdureiros, açougueiros, dentre outras personalidades cujas vidas tomaram formas nos múltiplos cenários do Mercado

Central de São Luís (HOBSBAWM; RANGER, 2011; WILLIAMS, 2011).

Dentre os principais logradouros com intencionalidade ou como marco histórico de São Luís, destaca-se o Mercado Central. Construído há mais de 150 anos, demarca não apenas o crescimento comercial da cidade, uma vez que entre os séculos XVIII e XIX tornou-se um importante polo mercantil, ou seja, território de cargas e descargas dos mais variados produtos (FIGUEIREDO, 2012; RODRIGUES, 2008). Cabe destacar que o Mercado Central não foi responsável por iniciar as práticas comerciais em São Luís, pois “O porto existente na Praia Grande foi o principal meio de entrada e de saída da cidade, organizando e centralizando um próspero comércio que começou a ser desenvolvido nas proximidades do cais.” (RODRIGUES, 2008, p. 3).

O “Mercado Novo” traz consigo marcas, tanto de sua construção, quanto de suas inúmeras reformas, ações que consagram sua função comercial e histórica na capital do Maranhão. Cazane, Machado e Sampaio (2014), acentuam que os mercados populares convergem não apenas práticas mercantis, mas, também o encontro de pessoas, saberes e práticas que persistiram às gerações que hoje fazem uso de seus boxes e bancadas. Nesse sentido, Guimarães e Doula (2018, p. 3), ressaltam que,

[...] a existência e persistência dos mercados nos dias atuais está vinculada à ideia de que este é um espaço não só de comercialização, mas também de socialização, de cores, cheiros e sons que fazem parte da história das pessoas e das cidades nas quais estão inseridos.

Tais elementos são reforçadores do papel que os mercados populares têm, em especial o Mercado Central de São Luís, como espaços de trocas e intercâmbio de práticas e saberes ludovicenses, que conforme acentuam Servilha (2008), Guimarães e Doula (2018), constroem-se cotidianamente. Mesmo não integrando o conjunto tombado, o Mercado Central acaba por compor o patrimônio cultural e imaterial da capital, juntamente com os demais entes que a sagram e foram reconhecidos como Patrimônio da Humanidade pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).

Ao observar o Mercado Central como um local simbólico, traz-se a perspectiva de Canclini (2013, p. 302), ao afirmar que “[...] a organização da cultura pode ser explicada por referência a coleções de bens simbólicos.” Sendo assim, consiste em um espaço marcado por práticas comerciais, que de modo involuntário consegue demarcar os bens, ícones e elementos que representam tanto a identidade do povo, quanto a cultura da capital maranhense (LIMA, 2013).

Nesse sentido, Araújo e Ichikawa (2011) e Guimarães e Doula (2018) dialogam ao afirmarem que as representações sociais emanam das interações e comunicações humanas, que por sua vez incidem em relações afetivas. Desse modo, o Mercado Central ludovicense representa a memória social e possibilita que os indivíduos que socializam em seu espaço evoquem saberes, práticas e lembranças que reorganizam e atualizam o passado. Candau (2013) evidencia que são os eventos vivenciados pelos indivíduos e grupos, que convergem na construção de identidades, uma vez que a “[...] memória e identidade são indissociáveis, visto que a identidade se manifesta

pelo discurso que é respaldado pelos acervos acumulados.” (GUIMARÃES; DOULA, 2018, p. 4).

Roldán (2012), Castiblanco (2009) e Nora (1993), convergem no pensamento de que os lugares de memória, embora sejam construções materiais, também são imateriais cujos sentimentos e mentalidades são construídas pelos indivíduos através do tempo. O Mercado Central não é o mais antigo de São Luís, mas conseguiu ao passar dos anos ser um dos mais importantes espaços comerciais da região central da cidade. Muito frequentado, permite a interação e o intercâmbio entre vendedores, clientes e moradores dos arredores, logo, “En este sentido es importante pensar el mercado como un conjunto de relaciones y artefactos en circulación permanente [...]” (ROLDÁN, 2012, p. 128).

Gonçalves (2012), Reis (2011) e Nora (1993) ressaltam que os lugares de memória vão além de espaços geográficos, cujo território e fronteiras são delimitados. O Mercado, mesmo estando situado na região central da capital maranhense, extrapola seu perímetro, justamente pela relação que os indivíduos com ele estabeleceram, sentimentos e afetos que fortaleceram a identificação com o mesmo. Williams (2011) corrobora, destacando que o Mercado Central faz parte da vida das pessoas ali inseridas, servindo de fonte de renda, diversão, trabalho, ou seja, referência de vivência e sociabilidade.

Nessa assertiva, o “Mercado Novo” de São Luís constitui-se como ponto de encontro de cidadãos ludovicenses que possuem um sentimento de pertencimento com seu espaço, semelhante ao que ocorre no Mercado das Tulhas ou o Mercado Central de Pelotas no Rio Grande do Sul, dentre outros muitos

exemplos (ROLDÁN, 2011; THOMPSON, 1998, NORA, 1993).

Assim sendo, o Mercado vai além de um espaço físico, mas também simbólico e de reconhecimento dos sujeitos ali inseridos (feirante, moradores, pessoas antigas, entre outros) (SERVILHA, 2008). A relação que esses indivíduos estabelecem, tanto com os produtivos diversos que comercializam, quanto com seus espaços (boxes, barracas, etc.) pode ser visto na ótica da memória reivindicada defendida por Candau (2016). Logo, as interações e a partilha de recordações e lembranças materializadas nos elementos que compõem todo o *locus* do Mercado Central, resultam nas noções de pertencimento e reconhecimento que caracterizam a identidade de cada um dos indivíduos ali inseridos (GUIMARÃES; DOULA, 2018; CANDAU, 2016).

O “Mercado Novo” do Maranhão deixa claro a importância da conexão entre o espaço, a memória e a origem de sua história, cujos elementos simbólicos (barracas, mercadorias, instrumentos de trabalho) são peças-chave na reconstrução da memória ali incorporada e transmitida de geração em geração, constantemente reinterpretada e ressignificada pelos vendedores de gêneros alimentícios, peixeiros, açougueiros, comerciantes de ervas típicas do Estado do Maranhão, bem como bens materiais e imateriais que demarcam a história de São Luís (CANDAU, 2016; HALBWACHS, 2006). Guimarães e Doula (2018, p. 9), corroboram afirmando que “O mercado, a barraca e a casa dos feirantes se misturam na construção de suas memórias e na formação de suas histórias [...]”

Desse modo, o Mercado Central são espaços impregnados de sentidos, significados, e, sobretudo simbolismos, cujos relacionamentos transcendem as diferenças culturais, raciais e de credo, compondo um mosaico de memórias e lembranças constituintes da identidade local. Responsável por tornar as memórias consistentes, cuja identidade é indissociável do feirante, dos produtos e do Mercado como um todo, representando assim um lugar de memória, repleto de marcas e traços dos indivíduos que ocupam todo seu espaço (CANDAUI, 2016; HALBWACHS, 2006; NORA, 1993).

Considerações finais

Este trabalho permitiu estabelecer os entrelaces entre os conceitos de identidade e memória dentro da perspectiva espacial do Mercado Central de São Luís, um dos mais antigos centros comerciais da capital, cujo surgimento ocorreu em 1864 e reconstrução em 1940. Possibilitou a compreensão da relação afetiva que os consumidores, comerciantes e demais feirantes possuem com o local, bem como fazer um apanhado histórico que permitisse desvelar a evolução do Mercado enquanto importante *locus* cultural da capital maranhense.

Reforça-se a importância dos mercados públicos enquanto locais que mantêm viva as marcas históricas das cidades, visto serem em sua maioria os precursores das práticas comerciais, mas também territórios que trazem consigo as marcas do desenvolvimento social e econômico, além de permitirem que os sujeitos reconheçam sua histórica e reconstruam sua memória. O Mercado Central de São Luís, embora não faça parte do conjunto reconhecido pela UNESCO

como patrimônio cultural mundial, é reconhecido na esfera estadual, logo se constitui como um patrimônio reconhecido e validado pela população. São os sujeitos sociais que reconhecem e possuem estima pelo espaço comercial, consagrando-o como um lugar de memória, carregado de significados e representações simbólicas, a partir das relações estabelecidas entre os vendedores, verdureiros, peixeiros, açougueiros, clientes, dentre outros.

Constatou-se que apesar da sua localização privilegiada e um grande potencial cultural e turístico, o Mercado Central encontra-se em total abandono por parte do poder público que já vem adiando a obra de revitalização no local. Foram identificados problemas relacionados à infraestrutura, saneamento, insalubridade entre outros que comprometem o rendimento dos feirantes e o fluxo dos consumidores no local. Este estudo pautou-se num arcabouço teórico que converge conhecimentos relacionados aos mercados públicos e como esses se relacionam com o processo de construção identitária da população que frequenta o local. Também foi abordada a relação entre a vivência e a afetividade no processo de construção de memória individual e coletiva estabelecida através das permutas de informações entre os seus frequentadores. Espera-se que este estudo venha a somar como fonte de conhecimento no meio acadêmico acerca da temática que envolva os mercados públicos, espaço, identidade e memória.

Referências

ALMEIDA, M. M. B. **Patrimônio histórico de Uberlândia: Cidade em Movimento**. O Mercado Municipal de Uberlândia

como espaço de memórias e sociabilidades. Uberlândia: UFU, 2008. Monografia.

ALVES, L. A.; RIBEIRO FILHO, V. **Os mercados públicos e a cidade:** as transformações do mercado municipal de Uberlândia (MG). *Caminhos da Geografia* v.12, n.39, p. 209 – 225. Uberlândia, 2011.

ARAÚJO, E. J. C.; ICHIKAWA, E. Y. Compreendendo o projeto redes de referência para agricultura familiar a partir das representações sociais dos atores envolvidos. **Organizações Rurais e Agroindustriais Revista de Administração da UFLA**, v. 13, n. 1, p. 39-52, 2011.

ARAÚJO, M. P. N.; SANTOS, M. S. História, memória e esquecimento: Implicações políticas. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 79, dez. 2007, p. 95-111.

CASTIBLANCO, A. Ciudad y Memoria: los monumentos y la cultura popular de la Bogotá de fines del siglo XIX y principios del XX. **Revista Colombiana de Educación**, n. 57, p. 46-74, 2009.

COSTA, J. E. **Mercado Central de Belo Horizonte:** a convivência entre iguais e diferentes. 2006. 109 f. Dissertação (Dissertação em Ciências Sociais) – PUC Minas. Belo Horizonte, 2006.

BAUMAN, Z. **Identidade:** entrevista a Benedetto Vecchi. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

BERGSON, H. **Matéria e memória**: ensaio da relação do corpo com o espírito. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

BITAR, N. P. Patrimônio, trabalho e tempo: o “Novo” Mercado Municipal do Rio de Janeiro. **Illuminuras**, Porto Alegre, v. 15, n. 36, p. 80-114, ago./dez. 2014.

BOURDIEU, P. **O senso prático**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

CANCLINI, N. G. **Culturas Híbridas**: estratégias para entrar e sair da modernidade. 4. ed. São Paulo: EDUSP, 2013. 416 p. (Coleção Ensaio Latino-americanos).

CANDAU, J. **Memória e Identidade**. Tradução Maria Leticia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2016. 221 p.

CARMO, J. R.; KARPINSKI, C.; BRASCHER, M. A relação entre a memória social e sociocognição: busca do contexto social na Organização do Conhecimento. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 24, n. 1, p. 65-85, jan./abr. 2018.

CIAMPA, A. C. “Identidade”. In: LANE, S. M. T.; CODO, W. G. **Psicologia social**: o homem em movimento. São Paulo: Brasiliense, 2017.

CORDEIRO, C. S. S. **A hospitalidade no Mercado Central de São Luís: percepções de moradores e dos comerciantes**. 2018. 62 f. Monografia (Bacharelado em Hotelaria) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2018.

CARVALHO, A. **Mercado Central guarda histórias de vida e trabalho.** São Luís, 2008.

CAZANE, A. L.; MACHADO, J. G. C. F.; SAMPAIO, F. F. Análise das feiras livres como alternativa de distribuição de frutas, legumes e verduras (FLV). **Informe GEPEC**, v. 18, n. 1, p. 119-137, 2014.

CORREIA, T. B. Art déco e indústria Brasil, décadas de 1930 e 1940. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, N. Sér., v. 16, n. 2, p. 47/104, jul./ dez. 2008.

COSTA, M. L. **O projeto de modernização de São Luís nos anos Paulo Ramos (1936-1945).** 2016. 160 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2016.

DEAN, J. Empresas passadas de pai para filho se mantêm em São Luís. **O Estado**, p. 1-3, abr. 2015.

FERETTI, M. **De segunda a domingo, etnografia de um mercado coberto; Mina, uma religião de origem africana.** 1. ed. São Luís: SIOGE, 1985. 64 p.

FIGUEIREDO, T. N. S. C. **Expressões e desafios do restauro arquitetônico em edificações da arquitetura luso-brasileira no Centro Antigo da cidade de São Luís (MA/Brasil).** 2012. 251 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

FILGUEIRAS, B. S. C. **Do mercado popular ao espaço de vitalidade:** o mercado central de Belo Horizonte. 2006.

Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

FONSECA, L. S. B.; BARBOSA FILHO, W. Mercado das Tulhas em São Luís (MA): repositório planejado da memória coletiva regional. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE DESENVOLVIMENTO REGIONAL, 8., 2017. **Anais...** Santa Cruz do Sul, RS: UNISC, 2017.

FONTAINHAS, S. T. **Lugares com identidade e memória** os pátios e vilas operárias de Lisboa como fundamento de um projecto. 2015. 168 f. Dissertação (Mestrado em Arquitectura) – Universidade de Lisboa, Lisboa, 2015.

FRÚGOLI, Heitor; PINTAUDI, Silvana Maria (Org.). **Espaço, cultura e modernidade nas cidades brasileiras**. São Paulo: Unesp, 1992.

FURTADO, L. Reforma do Mercado Central custará R\$ 8 milhões. **O Imparcial**, p. 1-2, nov. 2016.

GONÇALVES, C. C. **Comprar e conviver: os mercados públicos como espaços de troca na cidade contemporânea**. 2017. 142 f. Monografia (Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2017.

GONÇALVES, J. Pierre Nora e o tempo presente: entre a memória e o patrimônio cultural. **Historiae**, Rio Grande, v. 3, n. 3, p. 27-46, 2012

GUIMARÃES, T. T. D.; DOULA, S. M. Memória e identidade: o processo de sucessão e herança no Mercado Municipal de Montes Claros – MG, Brasil. **Mundo Agrário**, v. 19, n. 4, e078, abr. 2018.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006. 224 p.

HOBSBAWM, E. J.; RANGER, T. O. **A invenção das tradições**. Tradução Celina Cardim Cavalcante. 11. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011. 392 p.

JÚNIOR, D. Requalificação do prédio da Fábrica Progresso é lenta. **O Estado**, mai. 2018.

LAGO, M. C. S. **Modos de vida e identidade**: sujeitos no processo de urbanização da Ilha de Santa Catarina. Florianópolis: UFSC, 1996.

LE GOFF, J. **História e memória**. 7. ed. Campinas: Ed. UNICAMP, 2013.

LIMA, L. S. **Lembranças do Ceará: o étnico e o típico no Mercado Central de Fortaleza**. 2013. 68 f. Monografia (Bacharelado em Comunicação Social) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2013.

MAHEIRIE, K. **Constituição do sujeito, subjetividade e identidade**. Interações, 13 (7), 31-44, 2002.

MONTYSUMA, M.; KARPINSKI, C. **Memória e história oral**. Indaial: Grupo UNIASSELVI, 2010.

NOGUEIRA, J. S. Etnografia no Mercado Central. **Diversidade Cultural Maranhense**, p. 1-5, dez. 2012.

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, dez. 1993, p. 7-28.

NUNES, C. G. A música como memória afetiva e identidade latinoamericana no documentário *Origens – uma viagem musical ao som do tambor*. **Revista Livre de Cinema**, v. 5, n. 1, p. 251-282, jan./abr. 2018.

ORTEGOSA, S. **Cidade e memória**: do urbanismo “arrasa-quarteirão” à questão do lugar. **Arquitextos**, São Paulo, ano 10, n. 112.07, set. 2009.

PANTOJA, S. **Paulo Martins de Sousa Ramos**: verbete biográfico. Rio de Janeiro: FGV; CPDOC, 2009a. 5 p.

PINTAUDI, S. M. Os mercados públicos: metamorfoses de um espaço na história urbana. **CIDADES**, v. 3, n. 5, p. 81-100, 2006.

POLLAK, M. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992.

POLLAK, M. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas de pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo, RS: Feevale, 2013.

REIS, E. T. Em nome da “cultura”: porta-vozes, mediação e referenciais de políticas públicas no Maranhão. **Revista Sociedade e Estado**, v. 25, n. 3, set./dez. 2010.

REIS, F. L. C. Montes Claros, MG – lugar de memória: uma cidade, um mercado e os arquivos. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26., 2011. **Anais...** São Paulo: ANPUH, 2011.

RODRIGUES, M. C. Bibliotecas como lugares de memória: o caso sul-rio-grandense. **Patrimônio e Memória**, São Paulo, v. 10, n.1, p. 68-83, jan./jun. 2014

RODRIGUES, W. N. L. O mercado da Praia Grande na contemporaneidade. **Revista Cambiassu**, São Luís, ano 18, n. 4, jan./dez. 2008.

ROLDÁN, A. C. Las plazas de mercado como lugares de memoria en la ciudad: anclajes, pervivencias y luchas. **Ciudad Paz-andó** Bogotá, segundo semestre de 2011. Vol. 4, núm. 2: págs. -123-132

ROMANO, L. **Edifícios de Mercados Gaúchos: Uma Arquitetura dos Sentidos**. 2004. 138 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

SAWAIA, B. B. **A temporalidade do “agora cotidiano” na análise da identidade territorial**. *Revista Margem*. n. 5, 81-95, dez, 1996.

SERVILHA, M. M. **As relações de trocas materiais e simbólicas no mercado municipal de Araçuai – MG**. 2008.

180 f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, 2008.

SILVA, A. P. C.; CAVALCANTE, L. E.; NUNES, J. Informação e memória: aproximações teóricas e conceituais. **Encontros Bibli**: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, v. 23, n. 52, p. 95-106, mai./ago. 2018

SILVA, C. W. S. A construção de uma memória coletiva e individual: dores e traumas provocados por ditaduras. In: CONGRESSO INTERNACIONAL HUMANIDADES NAS FRONTEIRAS, 1., 2017. **Anais...** Foz do Iguaçu, PR: UNILA; Unioeste, 2017.

SILVA, G. F. Resenha: A memória coletiva. **Aedos**, Porto Alegre, v. 8, n. 18, p. 247-253, ago. 2016

SILVA, L. G. Levantamento histórico e uso atual do Mercado Central de São Luís-MA: um potencial não explorado. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE AGRONOMIA, 30., 2017. **Anais...** Fortaleza, CE: CBA, 2017.

SANTOS, B. S. **Pela mão de Alice**: o social e o político na pós-modernidade. São Paulo: Almedina, 2013.

SULLIVAN, S. **Reitora Nair Portela e o IPHAN assinam ordem de serviço para restaurar o prédio do SIOGE**. [S.l.: s.n.], 2017.

TEIXEIRA, P. G. G. S.; MENDES, G. F. Espaço, memória social e cidade: pensar os mercados públicos como lugares de

memória. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DO MUSEU PEDAGÓGICO, 5., 2017. **Anais...** Salvador, BA: UESB, 2017.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**. Tradução: Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. 528 p.

WILLIAMS, R. **O campo e a cidade**: na história e na literatura. Tradutor Paulo Henriques Britto. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. ISBN 9788535917963

WOODWARD, K. "Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual". In: SILVA, T. T.; WOODWARD, K.; HALL, S. **Identidade e diferença**. Petrópolis: Vozes, 2014.

BALNEÁRIO DOS PRAZERES, PELOTAS - RS: PAISAGENS PARA ALÉM DAS APARÊNCIAS

Keli Siqueira Ruas

Introdução

Em todo o mundo ocorre a procura social dos espaços costeiros e das áreas verdes nos centros urbanos. São paisagens constituída de recursos naturais e culturais que desempenham o papel de matéria-prima para o desenvolvimento do turismo. Esse processo é típico do período da pós-modernidade ou técnico-científico-informacional como definiu Milton Santos (2008). Nele a interação do local com redes nacionais e transnacionais de comunicação e informação, como a internet e outras mídias promovem mesclas de sistemas de significações e referenciais, desconstruções e recriações de sentido e significados de uma infinidade de sistemas de objetos e ações, atendendo aos interesses dos atores hegemônicos da economia, da cultura e da política.

O antropólogo argentino Canclini (1998) observa que estamos vivenciando um processo de hibridização intercultural e destaca uma série de transformações culturais geradas pelas últimas tecnologia e por mudanças na produção e circulação simbólica além de outras noções mais abrangentes. Conforme o autor,

Em uma época em que a cidade, a esfera pública, é ocupada por agentes que calculam tecnicamente suas decisões e organizam tecnoburocraticamente o atendimento às demandas, segundo critérios de rentabilidade e eficiência, a subjetividade polêmica, ou

simplesmente a subjetividade, recolhe-se ao âmbito privado. O mercado reorganiza o mundo público como palco do consumo e dramatização dos signos de status. As ruas tornam-se saturadas de carros, de pessoas apressadas para cumprir obrigações profissionais ou para desfrutar uma diversão programada, quase sempre conforme a renda econômica (CANCLINI, 1998, p. 3).

Ele também aponta para o desmoronamento das antigas categorias como rótulos culto e popular que dão lugar à cultura urbana, os subúrbios são associados a espaços de violência, os espaços verdes são vistos como relaxantes, dentre muitos outros clichês.

Na atual conjuntura brasileira, onde uma série de transformações na política e na economia acirram o desmonte das políticas públicas é notório o avanço de práticas reacionárias e racistas levando a vulnerabilização das minorias populacionais.

Nesse contexto, observamos que na cidade de Pelotas (RS) o trecho de orla lagunar pertencente ao Balneário dos Prazeres, popularmente conhecido como Barro Duro, o qual historicamente prestou serviços culturais religiosos e de lazer aos praticantes de religiões de matriz africana e veranistas populares, está passando por processos de transformação de seu espaço social, logo de suas paisagens.

A praia do “pobre” e do “negro” invisibilizada por décadas pelo poder público, passa a ser objeto de disputa entre grupos de atores sociais territorializados que possuem diferentes representações dessa paisagem costeira lagunar. As áreas verdes anteriormente consideradas um fundão de mato pela sociedade

hegemônica, agora são vistas como área de interesse ecoturístico. As áreas de banhados, beira de arroios e praias passaram a ser valorizadas e apropriadas pelo setor imobiliário.

Desse ponto, decorrem os tensionamentos do espaço social, marcados pelas disputas de poder entre aqueles que atribuem valores de usos e os que atribuem valores de troca ao espaço costeiro. O valor de uso do espaço é dado pela apropriação da orla pelos afro-religiosos que usam o espaço para atender suas necessidades simbólicas²⁹, pelos veranistas populares que nessa praia a possibilidade de acesso ao lazer de praia. E, também pelos moradores das áreas de APPs para quem o uso é vital. Já o valor de troca é atribuído por aqueles que veem no espaço a possibilidade de obtenção de renda através da transformação da estética da paisagem. Para esses a paisagem deve ser funcional para viabilizar a reprodução das relações de produção econômica através do turismo, bem como para uma convivência entre os iguais.

Sendo esses novos universos valorativos expressões de relações de poder hegemônico, como ocorrem as resistências das apropriações afro-religiosas na praia do Balneário dos Prazeres? Que transformações a paisagem dessa praia vem sofrendo? É na perspectiva de discutir essas questões, que fazem parte de uma pesquisa mais ampla no âmbito do doutorado intitulada: “Territórios e representações sociais em tensão na orla da laguna dos Patos, Pelotas-RS”, que esse capítulo foi pensado. O enfoque é dado na relação do espaço social com a paisagem lagunar do Balneário dos Prazeres, ressaltando aquilo que vai para além de suas múltiplas aparências.

²⁹A presença da Laguna dos Patos é também a de Oxum, Nanã e Iemanjá.

A configuração do espaço quando analisada pelo viés da geografia social e cultural permite visualizar um mosaico de vidas humanas com aspectos materiais e imateriais que perpassam o tempo e se materializam no espaço, com múltiplos referências de territorialidades e paisagens que podem coexistir e /ou se sobrepor. Os diálogos entre a produção social do espaço em Henri Lefebvre (2013) e as abordagens socioculturais do conceito de paisagem Duncan (2004), Andreotti (2012) e Berque (1998) tecem uma trama que revelam o que a simples aparência da paisagem não é capaz de mostrar, ou seja, tensionamentos, racismo ambiental e institucional e perdas de tradicionais vínculos territoriais dos grupos afro-religiosos com a sua praia sagrada.

Bases teóricas e metodológicas da interpretação da paisagem do Balneário dos Prazeres

Parte-se da compreensão da geografia fundada sob o paradigma da complexidade, da geografia sociocultural, baseada em aportes fenomenológicos, com a valorização da subjetividade, do simbólico, das representações sociais, indo ao encontro de uma geografia pós-colonial, cujo princípio é a crítica da modernidade, da colonialidade do saber, aberta a construção de outras epistemologias. O propósito maior dessa abordagem humanística é ampliar a trama dos fenômenos e relações entre a sociedade e a natureza estudadas pela ciência geográfica.

Para compreender as representações sociais de natureza que impulsionam as práticas sociais dos atores imprimindo marcas na paisagem costeira lagunar, fez-se uso de abordagens qualitativas que exigem uma descrição mais densa do fenômeno,

para isso foi preciso uma imersão da pesquisadora no contexto analisado. Dessa forma, o que exponho a seguir são parte dos resultados dos trabalhos de campo (2016-2018) onde foram realizadas entrevistas semiestruturadas e abertas, com solicitação de mapas mentais. Foram entrevistados os sujeitos de maior representatividade de fala de cada grupo de atores sociais territorializados³⁰, endógenos, exógenos e transicionais (Gui Di Méo e Buleón, 2007) da produção do espaço, logo das transformações das paisagens.

O primeiro composto por moradores antigos do Balneários, que além de intervirem no presente possuem memória do processo de evolução do lugar.

O segundo refere-se ao poder público, por terem um olhar mais distanciado, especulativo da realidade local e por interferirem no território alheio, foram entrevistados funcionários de diferentes setores, como da Secretaria de Qualidade Ambiental (SQA), Secretaria de Urbanismo (SEUB), Secretaria de Cultura (SECULT) e a prefeita Paula Mascarenhas (PSDB).

O terceiro grupo formado pelos tradicionais usuários da praia, veranistas populares e praticantes de religiões de matriz africana. Esses últimos são responsáveis por organizarem anualmente os encerramentos de suas casas de religião e a Festa de Iemanjá nas matas da praia do Balneário dos Prazeres.

³⁰ Para Di Méo e Buleón (2007), o ator territorializados é todo o ator que participa de maneira intencional de um processo e de suas implicações territoriais.

Estes grupos formam, material e imaterialmente, diferentes territórios marcados por identidades, parcerias, associações, cooperações, contradições, poderes e disputas. Trata-se de uma reflexão sobre os sistemas de significações e sobre os sentidos atribuídos ao lugar de acordo com os interesses desses grupos. As entrevistas foram gravadas e transcritas compondo juntamente com recortes de jornais locais e documentos públicos, o corpus documental da pesquisa.

Para o tratamento analítico desse corpus documental foi utilizada a análise de conteúdo com inspiração na análise de discurso apoiada na proposição de Heidrich (2016) a partir do entendimento de unidades de significação de Michelat (1987).

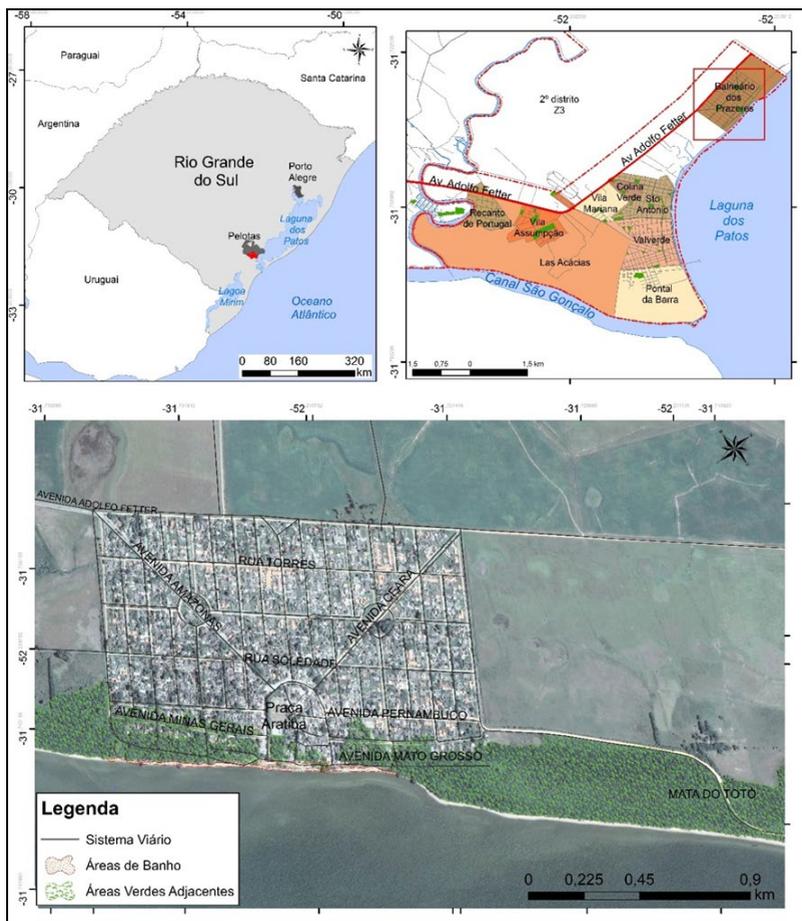
Essa técnica segue três momentos: primeiro, buscam-se os conteúdos gerados pelas considerações de partida e dos objetivos da pesquisa. Nesse caso, são: *as práticas espaciais, representações de natureza, interesses de usos do espaço-praia e vínculos territoriais*. Segundo, selecionam-se os conteúdos surpresa, que podem ser guardados como preciosidades, que, como um garimpo, dão relevo às significações. E o terceiro, o teor dos objetos-conceitos geográficos no interior das falas. De acordo com Heidrich (2016, p. 28), esta última etapa “pode garantir um alcance especial, à medida que se elabora a tradução empírica do objeto teórico”. É o momento em que os conceitos que balizam a investigação aparecem com “coloração, significado local, com implicação nas vivências” como demonstraremos aqui o caso da representação de natureza das paisagens do espaço público da praia no Balneário dos Prazeres, para cada grupo de atores sociais territorializados.

O Balneário dos Prazeres situa-se ao norte da região administrativa Laranjal distante 16 km do centro urbano da cidade, na região estuarina da Laguna dos Patos (figura1).

Como pode ser visto na imagem acima no trecho de orla que o Balneário dos Prazeres foi fundado (1953), ocorre a presença de terraços e barreiras pleistocênicas cobertos por uma mata de restinga, cuja área é de cerca de 180 há, disposto em uma estreita faixa de solos arenosos e turfosos com cerca de 6 km de comprimento. Trata-se hoje de uma das áreas verdes mais importantes da cidade³¹ por concentrar uma biodiversidade elevada de espécies arbóreas nativas.

³¹Reconhecida pela Lei nº como resquício de Mata Atlântica, como de grande Valor Ecológico e Paisagístico (Lei nº 4336/1988), como Área de Interesse Ecoturístico pela (Lei nº 3392/1999) e Área de Interesse Cultural e Ambiental da Cidade (Lei Nº 18/2014).

Figura 1: Mapa de localização do Balneário dos Prazeres.



Fonte: Lopes, 2018.

Conforme os depoimentos dos atores e os documentos encontrados, esse balneário foi criado com o propósito de promover a segregação socioespacial dos negros e pobres da cidade. Era mais afastado da cidade e tinha “mato”, o que na

época não era valorizado, pois o imaginário social de lazer da elite era na praia de sol e mar e obviamente no convívio entre iguais. E assim, a fragmentação socioespacial dos balneários de Pelotas foram se constituindo:

[...] Luiz Augusto de Assumpção, resolveu ceder o “Barro Duro” – Balneário dos Prazeres- Para a população em geral. A parte que atualmente está dividida em Balneário Santo Antônio e Valverde ficou à disposição dos familiares e amigos. Na parte das “famílias”, os costumes passaram a ser bem diferentes em relação ao “Barro Duro”, para onde se deslocava o povão (ETCHEVERRY, 1991, p.12).

Como a questão racial no Brasil é um fenômeno estruturante, situações envolvendo racismo e desigualdade racial marcam a história desse lugar na cidade de Pelotas. Assim, a produção do espaço é tanto material como ideológica, de um lado os atores são associados aos espaços concebidos e de outro aos espaços vividos (LEFEBVRE, 2013). Os atores sociais expressam suas histórias de vida com a praia do Balneário dos Prazeres, revelam espacialidades em trechos específicos da orla, acontecimentos e expressam sentimentos. Isso exige que o pesquisador extraia dos discursos, passagens representativas do contexto de sua investigação como as práticas socioespaciais modeladoras das paisagens.

Balneário dos Prazeres, uma paisagem de muitas camadas de significados

“Há custos humanos profundamente embebidos na paisagem que são invisíveis aos olhos” Duncan e Duncan, (2003 apud SOUZA, 2015). Há tempos os geógrafos compartilham da

importância de se ir além da simples observação da fisionomia da paisagem para se chegar ao conhecimento socioespacial. É conveniente sempre buscar interpretá-la à luz das relações entre formas e conteúdo, aparência e essência. Duncan (2004) considera a paisagem como um sistema de criação de signos, para alcançá-la é necessário interpretar as leituras construídas sobre o lugar. Pois essas são constituídas a partir de crenças, valores e explicações do senso comum.

Conforme os relatos dos atores sociais tradicionais praticantes de religiões de matriz africana, a praia do Barro Duro é sagrada, a natureza ali presente é tanto parte da paisagem quanto do sagrado pois, conforme relata Alfonsin, (2016, p. 4):

[...] as crenças nos Orixás e nos Caboclos, que incorpora ritos africanos e indígenas e tem a dimensão ritualística constituída pelo fluxo de energia vital que lhe dinamiza o processo, que possibilita a presença do mundo. [...] A força do Axé, é contida e transmitida através de elementos representativos dos reinos da natureza: animal, vegetal e animal, quer seja água doce ou salgada, do ar, da terra, da pedreira, da floresta.

De acordo com Gil Filho (2005, p.12) “Vários elementos da paisagem evocam uma especificidade propriamente religiosa que transita entre uma espacialidade perceptual e da ação e uma espacialidade das representações”. Para o autor a paisagem religiosa é “[...] tanto uma possibilidade como projeção da ação humana. Ela pode ser criada e recriada provocando renovadas impressões e representações revelando a dinâmica religiosa do ser humano” (p.13).

Não se têm registros de quilombos ou de ocupações de negros fugitivos nas matas do Balneário dos Prazeres e seu entorno, mas pelo número de escravos na “grande Pelotas”, nas primeiras décadas do século XIX, em torno de 4 a 5 mil escravos³², é provável que a mata do Totó, na localidade do Barro Duro, tenha sido espaço de resistência individual. A própria toponímia “Barro Duro” deve-se a experiência dos africanos escravizados e portugueses com essa praia, onde há um trecho de orla cujo solo é turfoso com um aspecto de barro endurecido. Já o seu segundo nome “Balneário dos Prazeres” foi o que oficializou a incorporação de parte da fazenda, de mesmo nome ao espaço urbano da cidade.

O vínculo com o passado que remete à presença da ancestralidade e dos orixás na praia, é presente na memória social dos praticantes de religião de matriz africana, como pode ser visto no relato do Carlos Alberto sobre essa praia e matas: “[...] ao entrar no mato e sentir o contato com a natureza, se sente a espiritualidade e a presença desta ancestralidade”. Esse relato é apenas uma das diversas evidências da identidade territorial, do vínculo desses atores com essa praia. Marilene, pertencente à religião afro-brasileira Nação, também se reporta à praia em estudo, com sentido simbólico e mítico:

A natureza, a lagoa, a calunga grande que é a lagoa para nós, porque é o cemitério, tem a calunga pequena onde todos usam e a calunga grande que para nós é o

³²“Dos cinco mil escravos que a cidade tivera dois mil eram servidores domésticos ou trabalhadores do porto e mil eram usados na agricultura. Os outros dois mil, segundo o presidente da (província), trabalhavam nas charqueadas” (CONRAD, 1975, p. 253 *apud* MAESTRI FILHO, 1984, p. 131).

cemitério, nós temos o cruzeiro de Matas, temos a mata onde vários orixás, caboclos, pretos velhos, exus respondem aqui (Marilene, 2016).³³

Essas crenças têm, como fundamento cosmológico e litúrgico, sólidos vínculos com as forças da natureza. No entanto, compete enfatizar que o sagrado não é um aspecto da paisagem, mas pode ser um elemento da produção do espaço. São qualitativamente fortes os sítios simbólicos, onde, para os fiéis, o sagrado se manifestou, o que pode estar contido num objeto, numa pessoa, em inúmeros lugares. Para os sujeitos religiosos, a natureza não é exclusivamente natural, está sempre carregada de um valor sobrenatural.

Para os afro-religiosos a paisagem costeira desse Balneário é sagrada seja pela presença da natureza, como já dito, seja pela presença da Gruta de Iemanjá construída por eles em 1966, seja também por sediar a Festa de Iemanjá desde 1957 de forma ininterrupta.

Assim, podemos dizer que essa praia se constituiu ao longo da história da cidade como um marco da apropriação afro-brasileira, sendo por isso, abandonada pelo poder público, estigmatizada pelos meios de comunicação local e população hegemônica.

Expressões, como “planeta dos macacos”, “praia dos pobres”, “espaço perigoso”, “praia suja”, “acampamentos selvagens”, dentre outras, foram e algumas, ainda, são utilizadas para descrever o Balneário dos Prazeres. Essas representações

³³Entrevista concedida a autora por JANES, Marilene. [Junho. 2016]. Pelotas, 2016.

são criadas pelos atores sociais endógenos e exógenos, que disputam o espaço-praia com os atores transitórios, revelando práticas de racismo e preconceitos na cidade de Pelotas.

De acordo com Bonetto (2018, p. 29) “a luta pela representatividade negra nas cidades brasileiras é uma demanda importante a ser conquistada, é outra demanda da equidade racial”. A autora também salienta a importância de mudança das representações sobre a população negra em nosso país, visto que, na maioria das vezes são estereotipadas como é o caso da espacialidade negra no Balneário dos Prazeres.

O poder público local ao longo do tempo invisibilizou a praia do negro e do pobre e potencializou a praia do rico. A permissividade de ocupações irregulares e a falta de um ordenamento territorial do uso da praia, associada a grande afluência de público na sazonalidade do verão intensificaram os processos de degradação da mata já arrasada pela erosão praial. Esse fato desencadeou a criação da representação de que os usuários habituais da praia seriam os responsáveis pela destruição da praia. Manifestada no tombamento das figueiras, na queima de troncos de árvores por improvisações de churrasqueiras e descarte irregular de lixo na mata e beira da praia. Como mostra a (figura 2).

Figura 2. Raiz de figueira centenária exposta com risco de tombamento. Troncos de árvores perfurados pelo fogo de churrasqueiras. Descarte irregular de lixo na mata.



Fonte: Autora, 2018.

Os atores sociais endógenos representados pelos moradores mais antigos do Balneário desde os anos 1980 são ativos em suas lutas pela preservação ambiental desta praia, pois sonham em torná-la um ponto turístico dotado de infraestrutura como ocorre nos outros balneários da cidade. Foram inúmeros os abaixo assinados, passeatas, visitas à Câmara Municipal dos Vereadores de Pelotas, denúncias ao Ministério Público Federal, notas em jornais locais (figuras 3 e 4), enfim, uma série de práticas com a finalidade de chamar a atenção do poder público para o valor ecológico do lugar.

Cabe destacar que os atores endógenos reproduzem os valores hegemônicos, veem na paisagem do Balneário dos Prazeres a possibilidade de criação da imagem de “Capital Verde”, ou seja, almejam a valorização de seus terrenos por meio da apropriação da “natureza” como marketing, tal como já ocorre em vários condomínios fechado próximos a essa praia.

No entanto, para que isso ocorra é necessário controlar o território e tudo o que nele há como recursos, pessoas e suas ações Robert Sack (1986), sendo a apropriação afro-brasileira uma desses controles. Pois, no imaginário dos atores exógenos (poder público local), quanto dos endógenos moradores mais antigos, as marcas da religiosidade na paisagem dada pelas oferendas, são vistos como lixo que impedem a valorização do lugar. Assim, para o par público e privado incluir o Balneário dos Prazeres na agenda política significa padronizar os usos, homogeneizar os espaço-praia, em outras palavras substituir os usuários da praia.

Figura 3: Reivindicação dos moradores em 1980.

Praia

Os moradores do Balneário dos Prazeres entregaram abaixo assinado ao prefeito Fernando Marro ni pedindo: limpeza pública; reposição de luminárias; recolhimento de entulhos em determinadas áreas; limpeza na beira da praia a exemplo do que acontece no balneário Santo Antônio; esgotos e recuperação da orla da lagoa, pois a erosão destrói gradativamente a mata nativa. Outra preocupação é quanto à derrubada de figueiras centenárias de grande valor ecológico.

Fonte: Diário da Manhã, 29 de jan. 1980, p. 7.

Figura 4: Reivindicação dos Moradores em 1995.



Fonte: Diário Popular, 24 de fev. 1995.

A frequência das denúncias de destruição da praia e sua área de preservação resultou na abertura do Inquérito Civil (IC) de Nº 00824. 00081/2011. Esse, teve como objetivo investigar a

ocorrência de danos ao meio ambiente, decorrentes da ocupação e/ou utilização desordenada e sem qualquer controle e fiscalização por parte do Município de Pelotas, da área de preservação permanente conhecida como “Mata do Totó”. Essa investigação do Ministério Público cobra do município a responsabilização pelo não fornecimento de serviços urbanos e por desrespeitar ou não fazer valer, a legislação ambiental vigente. Os impactos indesejáveis são de um lado, decorrentes da própria dinâmica da natureza, como a erosão praial, (não combatida) e, de outro lado, da omissão do poder público, em implementar diretrizes e regramentos de usos do território costeiro.

No cumprimento do termo de Ajustamento de Conduta, a municipalidade passou a territorializar o espaço público da praia, priorizando a função concreto-funcional do território (HAESBAERT, 2009), impedindo a circulação de veículos e os usos para acampamentos sem autorização. Nesse momento, essa visão mais essencializada do território, tomado como naturalizado, desencadeou tensionamento, no qual os grupos de religião afro-brasileira que fazem uso do território costeiro e veranistas, ficaram proibidos de permanecer acampar e realizar suas tradicionais atividades culturais na praia.

A paisagem da praia ganhou um novo visual pedras para impedir o avanço das águas e pedras para bloquear o acesso humano no interior da mata. Tal fato gerou descontentamento dos comerciantes da praia como consta no relato do proprietário do bar do Costinha um dos mais tradicionais do lugar:

A lagoa comeu a praia em 80, 100 metros, eu lembro, quando era guri, que tinha três estradas, era uma mata

grande. Hoje a prefeitura trancou o acesso às matas é até engraçado de dizer, mas a prefeitura acha que quem acabou com a praia foi o povo. Acabaram contendo a natureza com pedras, o que não vai adiantar nada. Quando vier uma ressaca grande bota tudo abaixo. [...] quando vem algum vereador aqui eu falo vocês fecharam a praia com pedras, para não ter que limpar. [...] eles estão impedindo os usos, dos veranistas eles eram é para ter um controle, botar um guarda municipal vigiando o povo que gosta de se divertir, impedindo de colocar fogo nas raízes das figueiras. Não tem uma churrasqueira, não tem nada. (GLADEMIR, 2017)³⁴.

Muitos dos problemas que afetam a territorialidade humana nesse balneário, decorrem dos conflitos de usos do espaço-praia e matas, como as apropriações que a sociedade realiza em áreas em que o poder público, ao invés de estipular redefinições de usos, tenta coibir o acesso. As paisagens desse balneário revelam a negação do direito ambiental sadio e ecologicamente equilibrado que deve ser tutelado através dos mecanismos de controle de danos e riscos sustentados nos princípios da preservação e precaução (figura 5).

Apesar de todos esses problemas ambientais associados a falta de infraestrutura do lugar a natureza é elemento atrativo para muitas famílias que se deslocam de vários bairros da cidade para compartilharem o lazer na praia e socializar alimentos, diversões, pagar promessas e agradecer a orixá Iemanjá por graças alcançada e etc. Essa apropriação sazonal do lazer transforma a paisagem de figueiras caídas e solitárias em uma paisagem humana, cheia de vida (figura 6).

³⁴Entrevista concedida a autora por REZENDE, Glademir, T. [set. 2017]. Pelotas, 2017.

Figura 5: A lançamento de esgoto na laguna; B) Falta de balneabilidade na praia; C) Margens arrasadas; D) Erosão no interior da mata; E) Vegetação tombada na orla. F) Pedras interditando o fluxo de pessoas no interior da mata.



Fonte: Autora, 2018.

Figura 6: Orla do Balneário dos Prazeres na tarde de festa de Iemanjá.



Fonte: Autora, 2018.

Cabe destacar que muitos dos veranistas dessa praia assim como o poder público, não conferem o devido cuidado para com o espaço-praia, contribuindo para reforçar os estigmas imputados ao local, pois nessa praia o serviço público de limpeza urbana também é insuficiente como bem ressaltou a depoente Marilene Janes:

[...] como esse balneário sempre foi frequentado pelos grupos populares “zé povinho” como eles nos chamam, nunca houve por parte do governo e dos empresários da cidade uma preocupação em investir no lazer nesse balneário, até hoje faltam hotéis, pousadas, campings, restaurantes e bares voltados aos visitantes e veranistas. Os serviços de infraestrutura urbana e limpeza da praia também sempre foi insuficiente (JANES, 2016).

Os atores exógenos tem usado o discurso ambiental para controlar as apropriações afro-religiosas, abafando a sua negligência de gestão ambiental da praia. Em 2013, a SQA cumpriu um termo de ajustamento de conduta exigido pelo Ministério Público e plantou centenas de mudas de árvores nativas na orla do Balneário dos Prazeres e quando o presidente da federação de Umbanda e Cultos afro-religiosos foi agendar os acampamentos para a festa de Iemanjá a SQA negou em nome da preservação da mata. Pela primeira vez na cidade de Pelotas o povo de axé participa de uma audiência pública para discutir a Festa de Iemanjá e conseqüentemente a permanência de sua territorialidade nessa praia.

Participaram dessa audiência pública atores sociais endógenos, exógenos e transicionais da produção do espaço-praia em questão, evidenciando que são muitas as divergências entre eles. O poder público tem se mostrado imparcial, pois seu papel é dirimir o conflito territorial, por isso os seus representantes se comprometeram em dar suporte à Festa, naquilo que lhes compete. Já os moradores disputam o território com os afro-religiosos, pois suas visões e interesses de uso daquele espaço são bastante distintas. encenam lutas culturais, ou seja, um tipo de “luta contínua e necessariamente desigual, por parte da cultura dominante, no sentido de desorganizar e reorganizar constantemente a cultura popular” (HALL, 2003, p. 239).

A paisagem que os atores endógenos gostariam de ver e vivenciar nessa praia é a que tivesse condições de receber turistas e que a festa fosse um evento vendável, trazendo lucros para o bairro, como ocorre em outros municípios que realizam eventos religiosas voltadas ao turismo. Já o umbandista não

concorda com o posicionamento do morador, porque não tem interesse em comercializar nada, e não consome nada no local, traz tudo de que precisa de casa, seu único e exclusivo interesse está na realização da sua homenagem à mãe Iemanjá, pois a paisagem lagunar, o lugar com a presença da gruta e as matas são espaços sagrados para ele.

Cabe destacar que os atores endógenos com o apoio do poder público passaram a desenvolver nessa praia uma Feira de Meio Ambiente e Turismo, (FEMAT) mostrando para a sociedade o tipo de paisagem que desejam para essa praia, qual seja, a de interação com meio ambiente na forma de atividades compreendidas por eles como sustentáveis: trilhas ecológicas guiadas, oficinas de reciclagens, troca de mudas por lixo eletrônico, oficina de pipas com festival, panfletagem de informes de cuidados com a mata, passeios de barco pela laguna, dentre outras.

A FEMAT iniciou no Balneário dos Prazeres, na Praça Aratiba e ampliou sua área de abrangência para o Balneário Santo Antônio. A Feira visa o crescimento comercial e econômico dos balneários, seus proponentes apostam na exploração econômica, por meio do turismo sustentável, das belezas naturais dos bosques do Balneário dos Prazeres como alternativa para a sua preservação ambiental. No entanto, esse grupo não olha para o território como um todo, pois em sua programação não há nenhuma menção, ou se quer atividade, voltada para a apropriação territorial afro-brasileira no litoral lagunar pelotense, nem ao menos uma oficina de “oferenda ecológica”, o que evidencia a negação da cultura afro-brasileira.

A diversidade de paisagens fundadas sobre estéticas não brancas e católicas (figura 7) são invisibilizadas, mesmo tendo elementos importantes que comprovem a apropriação afrobrasileira nessa praia tais como: o encontro nas águas da Laguna dos Patos da Orixá Iemanjá com a Nossa Senhora dos Navegantes em frente a gruta de Iemanjá.

Figura 7: A figura a esquerda mostra a cerimônia que recepcionou a imagem de Iemanjá doada pela Federação afro-umbandista e espiritualista do Rio Grande do Sul (FAUERS), a qual substituiu a imagem original até que esta fosse restaurada de um incêndio. Fonte: Juliano Silva. A imagem do meio é um preto e uma preta velha expostos próximo a gruta de Iemanjá. A imagem da esquerda mostra os fiéis se aproximando da imagem de Iemanjá para tocá-la.



Fonte: Autora, 2018.

A lenda de Nioro, escrita pela professora pelotense Maria Helena Vergara da Silveira, o qual se consagrou como um tipo de mito de fundação desse balneário, por relacionar a apropriação territorial negra com o trecho de orla batizado de Barro Duro. Traduzindo a história de luta do povo negro contra as estruturas de dominação e marginalização do negro no período pós abolição. A lenda mostra como foi perverso o processo de branqueamento da população brasileira. O

branqueamento da população brasileira foi um projeto de nação das elites e do Estado que consistia em trazer imigrantes europeus para o nosso território para atenuar o resultado da mestiçagem vista como prejudicial ao desenvolvimento do país. Desse projeto ficaram como resíduos a ideia na cabeça de negros e mestiços que para serem aceitos na sociedade e julgarem-se dignos de direitos devem abandonar a sua negritude e assumir a cultura branca europeizada.

Conforme Santos (2010) apud Boneto (2018) a política do branqueamento afirmou a existência de uma democracia racial e a ideia de que o racismo tinha sido abolido da sociedade. Essas questões possuem dimensões espaciais como as paisagens marcadas pela distinção racial. Assim parafraseando Santos (2010) citada por Boneto (2018, p. 48) o Balneário dos Prazeres carrega “geo-grafias do racismo e das relações raciais”.

O que aconteceu no passado não é nada muito diferente do processo de branqueamento do espaço público em curso nessa praia, onde os acampamentos afro-religiosos tiveram o seu espaço-tempo de usos encolhidos. Desde 2015, só foi permitido pela SQA, o acampamento no dia que antecede a Festa e o dia da Festa de Iemanjá e numa faixa de terra bem menor, no entorno da Gruta de Iemanjá.

Joabe Bohns, presidente da Federação de Umbanda e Cultos Afro-brasileiros se pronunciou em audiência pública em defesa da apropriação territorial da praia de seu grupo minoritário e aponta irregularidades e negligencias do Poder Público local:

Não existe planejamento, existe sim uma série de preconceitos e de quererem impor a destruição da praia como se fossem os umbandistas e os africanistas os responsáveis por aquilo ali. [...] o umbandista não destrói nada, o africanista não destrói nada. Quem vai lá fazer fogo na beira da orla, na volta das árvores não são os umbandistas. Quem se apropriou da beira da praia ali em si, fazendo construções não tem umbandista. Em momento algum, foi criada uma norma que fizesse que o umbandista e o africanista se responsabilizassem e que o morador, o frequentador da praia do Balneário dos Prazeres, também tivesse responsabilidade. Fizeram um calçadão e disseram que era conservação da APP. Eu nunca vi uma APP com calçadão, tiraram a natureza e botaram o artificial, um concreto. Aquela área nós acampávamos ali, fazíamos o encerramento, eles, em vez de nos derem a segurança, fiscalização para que tivesse o respeito, simplesmente foram lá, construíram um calçadão (BOHNS, 2017).

Conforme Sales Junior (2014, p. 6), os afro-brasileiros tiveram “o acesso a seu território e a sua ancestralidade, delimitado pelas relações de produção e apropriação capitalistas do espaço social, físico e simbólico das ‘cidades negras’. Tal situação recorrente em Pelotas também é manifestada em outros pontos do litoral brasileiro como mostra o trabalho de Carneiro (2011) cujas análises parte de observações de rituais dentro e fora dos terreiros de Candomblé e Umbanda. O autor observou momentos de convívio pacífico com outros de relações conflituosas, provocando tensões e disputas no território (figura 8).

Figura 8: Calçadão na APP do Balneário dos Prazeres.



Fonte: Autora, 2018.

Marcos Abreu, que é presidente da Federação dos Cultos Afro-brasileiros Umbanda e Quimbanda, com sede no Balneário dos Prazeres, comenta sobre os acampamentos religiosos:

Antigamente se reunia numa festa de Iemanjá aqui, quase cem centros de umbanda e casas de nações que vinham da cidade e como também das cidades do interior, que vinham devido à lagoa, por ser uma água mais calma, a própria imagem que estava ali, foi uma das primeiras imagens que surgiu no Rio Grande do Sul. Isso fazia com que todo mundo se concentrasse ali. A área verde era imensa, muito espaço para centros de umbanda e casas de nações fazerem as suas terminações de finais de ano. Nunca foi proibido, pelo contrário, o poder público sempre deu o apoio necessário, mas de um tempo para cá, acredito que de 10 anos para cá, com tanta mudança

política dentro desse país, passou-se, de uma certa forma, a tecer algumas exceções do que se poderia vir fazer ou não (ABREU, 2018).

As entrevistas e o mapeamento dos atributos simbólicos da praia com os atores transicionais afro-religiosos revelaram que as paisagens dessa praia, contém enraizamentos culturais impregnados de “signos” e referentes geográficos os quais também compõem o conjunto das relações do território (RAFEESTIN, 1987; BONEMAISON e CAMBREZY, 1996, HAESBAERT, 2004; HEIDRICH, 2013).

As práticas territoriais dos atores exógenos resultaram em duas transformações sociais de forte impacto na paisagem costeira lagunar: de um lado o encolhimento do espaço-tempo da territorialidade afro-religiosa na praia, para os afro-religiosos significou a fragilidade dos vínculos territoriais desses atores, pois os espaços de usos sagrados, como os cruzeiros de matas, onde todos os orixás respondem foram fechados.

E de outro lado, os fechamentos dos campings existentes na cidade, (camping municipal, camping do Tarzan, camping do pai Tomaz) significou o afastamento dos veranistas desses espaços de lazer em meio a natureza na cidade.

Tais praticas espaciais não foram acompanhadas de um planejamento e/ou regramento de uso do espaço, conseqüentemente o esvaziamento da praia atraiu a territorialidade da facção criminosa Tauras, e de diversas outras entidades religiosas, as quais também realizam seus cultos e ritos na beira da praia.

A pesquisa revelou que os atores endógenos moradores mais antigos, são mais distanciados das paisagens da praia, do que os atores transicionais afro-religiosos, cujos vínculos territoriais passam por um processo de fragilização. Ao passo que os atores exógenos, na figura do poder público local, veem a paisagem com um olhar mais distanciado e interferem em favor dos interesses hegemônicos.

A imagem de Iemanjá, nesses últimos 10 anos já sofreu dois atentados, tendo sido incendiada, e a sede da Federação arrombada, motivo para que o poder público tentasse remover a gruta do seu atual local na orla. Isso significaria a perda da apropriação do território costeiro, em contrapartida, iniciou-se na cidade um movimento para patrimonializar, tanto a gruta quanto a Festa de Iemanjá com o intuito de garantir a apropriação territorial afro-religiosa do espaço público da orla.

Hoje, Pelotas dispõem de instrumentos legais que em tese deveriam proteger tanto o patrimônio natural da APP Mata do Totó, quanto o patrimônio material e imaterial da gruta e da Festa de Iemanjá. A patrimonialização apresenta-se como uma tendência atual de produção social do espaço urbano, tendo a figura do Estado como legitimador desse processo. Muitas vezes a lógica que está por de trás da patrimonialização dos espaços é a de servir aos interesses da reprodução do capital e dos movimentos sociais ligado às produções culturais.

Conforme expôs Smith (1988, p. 132), “a sociedade não mais aceita o espaço como um receptáculo, mas sim o produz”, vivendo, atuando, trabalhando. Os conflitos, tensionamentos e contradições fazem parte desse processo, são eles a esperança de um futuro com acesso ao direito a cidade e a natureza na cidade.

Assim, o modelo de expansão urbana pautado na segregação e na desigualdade de acesso a infraestrutura urbana só será superado no conflito e na mobilização social, em muitos casos a patrimonialização fortalece os vínculos territoriais desses atores.

No entanto, cabe destacar que em 2013 uma pesquisa realizada pela Secretaria de Turismo do RS³⁵, realizou entrevistas com visitantes do litoral da costa doce questionando-os sobre os segmentos turísticos que gostariam de encontrar, em Pelotas o primeiro lugar ficou o turismo cultural (15%), seguido pelo turismo gastronômico (13%) e pelo ecoturismo (11%).

A pergunta que fica é: Por que o poder público local contribui, ao longo dos anos, para a invisibilidade de um dos lugares de Pelotas de maior potencial para o turismo cultural e ecológico, que é o Balneário dos Prazeres/ Barro Duro? É preciso perceber que as ações dos atores exógenos, na gestão do território, não têm, como único objetivo, garantir a valorização de lucros, presentes e futuros, mas o de organizar estrategicamente o espaço econômico, social e político de forma a abafar os movimentos das territorialidades populares. Pois essas ao apropriarem-se e usarem o espaço costeiro, tornam-no um território do comum, coproduzido pela atividade coletiva. Tal princípio remete a um sistema de práticas contrárias a racionalidade neoliberal.

Essa produção do espaço nos espaços litorâneos produz conflitos que revelam os conteúdos da urbanização,

³⁵SECRETARIA DO TURISMO, GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Pesquisa de demanda e satisfação do Turista Pelotas (Praia do Laranjal)**. Divisão de Informações e Estudos Estratégicos do Turismo, 2013.

manifestados na transformação da paisagem e da prática socioespacial. A imposição de uma nova prática socioespacial, aos poucos, vai destituindo a sociabilidade tradicional dos lugares através das revitalizações, sendo que o Estado desempenha papel de implementador da infraestrutura do “progresso”.

A patrimonialização dos atributos culturais afro-religiosos nessa praia, caminharam juntamente com o encolhimento do espaço-tempo dessa territorialidade, onde muitos fiéis passaram a frequentar a praia do Cassino em Rio Grande no dia da Festa de Iemanjá. Todavia isso não impede, que esse grupo lute por uma valorização maior de sua cultura e preiteie o espaço do antigo camping municipal para a realização da Festa de Iemanjá como tem feito Joabe Bonhs presidente da Federação de Umbanda e Cultos Afro-brasileiros, que entrou para a política a fim de conquistar esse espaço para uso da religião.

Considerações finais

Cabe destacar que tanto a natureza quanto a paisagem são subjetivas, a sua percepção é singular para cada pessoa, uma vez que ela varia de acordo com as experiências, lugares de fala, trajetórias e consciência de cada indivíduo. A paisagem é ao mesmo tempo realidade e aparência da realidade, ela tanto revela como esconde, como sugeriu Raffestin (1987).

A percepção da paisagem tem muito da cultura e do meio que vivemos. Conforme Tuan (1980, p. 285) “as pessoas compartilham de percepções comuns, porem a visão que cada pessoa tem do mundo é única e de nenhuma maneira é fútil”.

Dessa forma, a representação da paisagem para cada grupo de atores sociais territorializados é diferente, pois interesses diversos se entrelaçam, mas também simbolismos e sentimentos que não se referem a uma única identidade.

A paisagem dessa praia guarda a coexistência de distintas maneiras de apropriações e práticas espaciais. As práticas religiosas sugerem traços culturais singulares. As práticas de lazer dos veranistas, o seu acesso à praia e a natureza na cidade.

Os moradores vivenciam ambas as práticas, porém os seus simbolismo e valores atribuídos ao lugar são diferenciados, estão voltados aos valores estéticos hegemônicos. Já o poder público que possui um olhar mais distante e frio do lugar, não reconhece as particularidades desse espaço social costeiro e suas intervenções acabam fragilizando os tradicionais vínculos territoriais dos atores transitórios com a praia e acirrando os conflitos socioambientais entre seus usuários.

Como por exemplo, a sua parceria público-privada que construiu o calçadão no interior da mata desagradando os afro-religiosos que foram impedidos de acamparem.

Observa-se que o Balneário dos Prazeres aos poucos está ganhando melhorias de infraestrutura, ainda que a intervenção principal não tenha previsão de realização, que é o engordamento da praia para a recuperação da faixa de areia e evitar o tombamento das árvores.

Nota-se também, que o discurso ecológico enquanto ferramenta para o controle da natureza prevalece mais do que

propriamente as relações sociais de cunho sustentáveis para com o meio ambiente.

Todos os atores sociais territorializados deveriam ser mais comprometidos com a preservação da qualidade ambiental do lugar. Ao invés de negar a apropriação negra e afro-religiosa dessa praia o poder público e iniciativa privada e comunidade deveriam tomar partido das qualidades que essa apropriação dá ao Balneário dos Prazeres e por conseguinte para Pelotas, transformando impasses em solução de conflitos, uma vez que para o povo de Aché a natureza é sagrada.

No lugar de implementarem o “projeto de branqueamento da praia”, manifestado no plano simbólico como sugeriu Lefebvre (2013) através da representação depreciativa das paisagens afro-religiosas deveriam apoiar o turismo cultural dando ao povo de axé parte da responsabilização pela preservação ambiental e cultural do lugar.

O turismo que vai proporcionar o desenvolvimento local não é aquele restrito a reprodução de uma massa consumidora que coloca em prática o consumo pelo consumo do espaço na cidade. Mas um turismo que valorize a realidade local e as pessoas comuns que vivenciam o espaço visitado.

A territorialidade afro-brasileira deve ser vista não como um entrave ao desenvolvimento socioterritorial do Balneário dos Prazeres, mas, pelo contrário, como um mecanismo extremamente útil, um artifício do lugar para que ele seja melhorado, a fim de atender as necessidades de seus usuários habituais e dos que estão por vir. Além da possibilidade de explorar a marca do lugar como o habitat dos Orixás outra

possibilidade é a valorização do patrimônio geológico, o qual é determinado por um conjunto de sítios geológicos que registram a memória da história da terra, como é o caso do barro petrificado que deu origem ao topônimo “Barro Duro”, além desse caso o litoral pelotense possui dunas fósseis e sambaquis.

Trata-se de “[...] ocorrência de um ou mais elementos da geodiversidade (aflorantes quer por resultado da ação de processos naturais, quer devido à intervenção do homem), bem delimitado geograficamente e que apresenta valor singular do ponto de vista científico, educativo, cultural, turístico ou outro” (BRILHA, 2005) portanto digno de ser preservado e comunicado, uma vez que, a praia deve ser de todos.

O trabalho sugere a necessidade de discussão sobre a relação entre a proteção da natureza e a (re)produção do espaço geográfico, revela a importância de inclusão da população afro-brasileira no planejamento dos espaços de lazer e da cultura.

Referências

ABREU, M. Depoimento concedido à entrevistadora Keli Siqueira Ruas. Pelotas, jan. de 2018. (Presidente da Federação de Cultos Afro-brasileiros Umbanda e Quimbanda- FECAB)

ALFONSIN, E. **Cartilha pela natureza**. Edição especial, V.1,2 e 3. FAUERS - Federação Afro-Umbandista e Espiritualista do RS. Canoas, 2016.

ANDREOTTI, G. O senso ético e estético da paisagem. **Raega - O Espaço Geográfico em Análise**, v. 24, 2012. p.5-17.

BERQUE, A. Paisagem-Marca, Paisagem-Matriz: Elementos da Problemática para uma Geografia Cultural. In: CORREA, R. L.; ROSENDAHL, Z. **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998. p. 84-89.

BRILHA, J. **Patrimônio geológico e geoconservação** – a conservação da natureza na sua vertente geológica. Braga: Palimage, 2005.

BONETO, H. **A Invisibilidade negra na cidade de Porto Alegre**: uma pesquisa sobre imaginários urbanos. Tese de doutorado em Geografia. Programa de Pós-graduação em Geografia Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2019. 238 f.

BONNEMAISON, J.; CAMBREZY, L. “Le lien territorial: entre frontières et identités”. **Géographie et Cultures** (Le territoire). N° 20. Paris: L’Harmattan – CNRS, 1996, p. 7-18.

BRASIL, Ministério Público Federal. Procuradoria da República do Estado do Rio Grande Do Sul. Procuradoria da República do Município de Pelotas. **Inquérito Civil (IC) nº 1.29.005.000048/2008-60**. Pelotas, 2012.

CANCLINI, N. G. **Culturas híbridas**: estratégias para entrar e sair da modernidade. Trad. Heloísa P. Cintrão e Ana Regina Lessa. 2.ed. São Paulo: Edusp, 1998. 392p.

CARNEIRO, L. O. Territorialidades afro-brasileiras no Rio de Janeiro: considerações sobre o Candomblé e a Umbanda. **Revista de Geografia PPGE**, V.1 n. 1, 2011.

DI MÉO, G; BULÉON, P. **L'espace social. Lecture géographique des sociétés.** Paris: Armand Colin, 2007.

DUNCAN, J. A paisagem como sistema de criação de signos. In: Corrêa, R. L.; Rosendahl, Z. (orgs.) **Paisagens, textos e Identidades.** Rio de Janeiro: Eduerj, 2004, p. 90-132.

ETCHEVERRY, J. V. Coleção cadernos de Pelotas, Laranjal de 1982^a 1992: Biblioteca Pública Pelotense, nº 54. Pelotas, 1998.

GIL, FILHO. S. F. **Geografia da religião:** estudos da paisagem religiosa. S/D Disponível em:<http://www.ensinoreligioso.seed.pr.gov.br/arquivos/File/simposio2011/artigo1gil.pdf> 7p. Acesso em: dez.2019

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização:** do "fim dos territórios" a multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HALL, S. Pensando a Diáspora: reflexões sobre a terra no exterior. In: HALL, S. Da diáspora: identidades e mediações culturais. 2.ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, Brasília, 2013. 480 p

HALL, S. **Cultura e representação.** Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Apicuri, 2016.

HEIDRICH, A. L. Território e cultura: argumento para uma produção de sentido”, In: HEIDRICH, A. L.; COSTA, B. P.; PIRES, C. L. Z. (Orgs.) **Maneiras de ler:** geografia e cultura. 2013, p. 52-61. Disponível em: <http://laboteir.iesa.ufg.br/uploads/2014/original_MANEIRAS-

_DE_LER_GEOGRAFIA_E_CULTURA.pdf.> Acesso em: dez.2019.

HEIDRICH, Á. Método e metodologias na pesquisa das geografias com cultura e sociedade. In: HEIDRICH, Á. ; PIRES, C. L. Z. (Org.) **Abordagens e práticas da pesquisa-qualitativa em geografia e saberes sobre espaço e cultura**. Editora: Letra 1, Porto Alegre. 2016.

JANES, M. Depoimento concedido à entrevistadora Keli Siqueira Ruas. Pelotas, junho de 2016. (moradora do Balneário dos Prazeres e dona de casa de religião Nação).

BOHNS, J. Depoimento concedido à entrevistadora Keli Siqueira Ruas. Pelotas, ago. 2017. Pelotas, 2017. (presidente da Federação Sul Riograndese de Umbanda e Cultos Afro-brasileiros,

LEFEBVRE, H. **La producción del espacio**. Paris: Antrophos, 2013.

MICHELAT, G. Sobre a utilização da entrevista não-diretiva em Sociologia. In: THIOLENT, M. (Org.). **Crítica metodológica, investigação social & enquete operária**. São Paulo: Polis, 1982. p.191-211.

RAFFESTIN, C. Repères pour une théorie de la territorialité humaine. **Cahier Groupe Reseaux**, n. 7, p. 02-22, 1987.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

SALES JUNIOR, R. L. **O TERREIRO E A CIDADE: ancestralidade e territorialidade nas políticas de ação afirmativa.** Revista eletrônica de ciências sociais. Disponível em:

<<https://periodicos.ufpe.br/revistas/revsocio/issue/view/2596>>.

Acesso em: nov. 2019.

SANTOS, Milton. A natureza do espaço. São Paulo: Hucitec, 2008.

SILVEIRA, M. H. V. **Odara: fantasia e realidade.** Porto Alegre: Rainha Ginga, 1993.

SMITH, N. **Desenvolvimento Desigual.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SOUZA, M. L, **Os conceitos fundamentais da pesquisa socioespacial.** 2º ed. - Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2015.

TUAN, Y. F. **Topofilia: Um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente.** São Paulo: DIFEL, 1980.

PAISAGEM URBANA CRIATIVA E TURISMO CULTURAL

Jean Carlos Vieira Santos

Introdução

A arte popular criativa, como oferta complementar ao produto “turismo cultural” em espaço urbano, é uma atividade social e econômica que tem assumido relevância nas primeiras décadas do século XXI, sobretudo em cidades turísticas, numa lógica de renovação de territórios culturais, de arranjos dos espaços públicos, de valorização e requalificação de antigos bairros ou setores particulares da cidade. Os contributos positivos do desenvolvimento “da arte popular criativa para os núcleos urbanos turísticos estão também associados à criação de melhores condições de vida para os artesãos tradicionais e contemporâneos do lugar” (SANTOS; SILVA, 2016, p. 213).

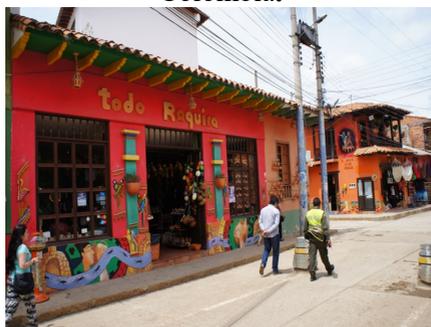
De acordo com Richards (2011), as pessoas parecem cada vez mais interessadas em desenvolver o seu potencial criativo, melhorando as suas habilidades produtivas ou de consumo, além de procurar cursos ou experimentar a criatividade de férias. Em estudos sobre economias urbanas, o turismo criativo tem sido colocado como uma extensão do turismo cultural; uma economia de experiências em que a cultura se torna um instrumento para o crescimento e desenvolvimento sustentável.

Nesse contexto, o presente capítulo aborda uma experiência que tem como chave interpretativa o desdobramento das reflexões e interpretações acerca da inovação estratégica do

produto artesanal, na perspectiva de sua valorização, identificação, contextualização e reinvenção da arte popular com uma componente criativa associada ao turismo cultural. Esse processo de transubstanciação é relevante por, a partir da arte popular de diferentes sujeitos, se configurar como uma atividade criativa complementar ao turismo cultural, com produtos que trazem necessidades contemporâneas e comerciais em suas marcas.

Sob esse pressuposto, não nos interessa aqui a descrição dos artesãos e artesanatos, mas a discussão acerca da relação entre arte popular urbana e criatividade (figuras 1 e 2), com uma abordagem integrada nas tendências do turismo cultural, uma vertente que também é sustentável.

Figura 1. Comércio e colorido artesanal da cidade de Ráquia, Colômbia.



Fonte: Vieira Santos, J. C. (2014).

Figura 2. Obras de artesãos na praça central de cidade Ráquira nos Andes Colombiano. São várias obras expostas na praça pública e no comércio local, um atrativo do lugar.



Fonte: Vieira Santos, J. C. (2014).

Diante do objetivo central apresentado, deve-se fazer, ainda nesse ponto, uma breve referência a Santos (2011). Convém salientar que o artesanato é a mais pura manifestação de arte popular criativa conduzida por mãos hábeis, quase sempre desconhecidas, que operam em consonância com o gosto e a intuição do artista nato, cujas aprendizagem e maturidade são colhidas na escola da vida, em que o aluno é o professor de si próprio.

O artesanato é uma prática social e cultural, assim como uma das criações humanas que são construídas a partir de um modo de vida sustentável, em que as pessoas do lugar que estão envolvidas encontram condições de se constituir como seres sociais, de enfrentar suas dificuldades cotidianas e de reproduzir suas humanidades (SANTOS; SILVA, 2016). Nesse viés, pode-se dizer que o:

[...] artesanato é técnica e trabalho do artesão; arte de fazer objeto. [...] é uma atividade que exige esforço físico e intelectual, pois é uma lógica que dá forma a objetos que saem do imaginário de sujeitos que tem seu conhecimento extraído de hábitos do cotidiano. É permeado de uma série de valores que juntam sua concepção e o contexto em que é produzido (SANTOS; SILVA, 2016, p.111-112).

Para Coriolano (2009, p.160), o artesanato “[...] pode ser direcionado para atividade turística, como forma de valorização do patrimônio cultural e das representações culturais do povo”. Os autores Santos e Silva (2015) conceituam os trabalhos artesanais como valores, práticas, costumes e culturas elaboradas por diferentes grupos de famílias, com marcas que identificam a região.

Com base nesses apontamentos, não se pode deixar de reconhecer que os artesãos são sujeitos sensibilizados que se fazem presentes em contextos e lugares bastante particulares, singulares e sob uma perspectiva única de viver o artesanato. “São, porquanto, pessoas sensíveis à confecção de objetos que outros deixaram marginalizados ao longo do tempo” (SANTOS; SILVA, 2015, p. 685). Esse modo de pensar leva a definir que:

O artesão é o produto mais acabado de quando pode a imaginação humana no domínio do trabalho manual. Tudo o que é produzido pelo homem, neste campo, tem arte, até aquilo que o próprio homem, nas suas exigências estéticas e superrefinadas, queira entender que o não é (SANTOS, 2011, p. 471).

Há tempos que o ser humano se realiza espiritualmente na confecção de objetos de uso pessoal e outros utensílios exigidos (e aperfeiçoados) pelo seu cotidiano. O homem, por natureza e analisado em termos genéricos, é um artesão, uma artista popular dada a capacidade que possui de poder conciliar e adaptar o pensamento aos movimentos certos e harmoniosos de mãos criativas. Possui imaginação, gosto e habilidade manual.

Nesse viés, Santos e Silva (2016), sublinham que nas regiões, emergem-se paisagens, territórios, lugares e cidades turísticas, em que há um visitante cada vez mais culto, atento, observador e interessado pelas artes populares criativas, cultura de base local e produtos sustentáveis. Esse turista busca, nas obras dos artistas-artesãos do lugar, sinais de identidade e particularidades que não são globais, além de diferenças e um produto único, dando valor a uma singularidade da paisagem visitada, uma tendência e componente do turismo cultural.

Portanto, este capítulo traz argumentos a favor do desenvolvimento integrado da cultura artesanal popular com criatividade, considerando que há importantes traços e bens culturais das populações urbanas; por isso, é necessário colocá-la como relevante instrumento ao serviço do desenvolvimento regional e sustentável, nomeadamente a partir da promoção de um turismo cultural de base local.

Este trabalho é resultado de uma investigação de fontes escritas, trazendo especialmente uma síntese do artigo produzido por Santos e Silva (2016)³⁶. Esse manuscrito foi fundamental

³⁶ Arte popular criativa e turismo cultural na cidade de Loulé (Algarve/Portugal). Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo. São Paulo, v. 10, n. 2, p. 212-232, ago. 2016.

para a construção teórica deste capítulo, pois constatou-se uma relativa escassez de obras no domínio do artesanato popular com criatividade e turismo cultural, além dessa temática conexas ao desenvolvimento econômico sustentável do turismo e patrimônio regional.

O turismo nos contextos cultural e criativo

No senso comum, a cultura popular pode ser compreendida como algo que acontece espontaneamente, pela habilidade de mãos criativas dentro de um conjunto de ações e imaginários que constituem o cotidiano. Ela pode ser vista como um fio condutor para o entendimento da sociedade, uma vez que “é na vida cotidiana que acontecem as verdadeiras criações” (LEFEBVRE, 1991, p. 27). Portanto, é diariamente que sujeitos artesãos populares criam peças utilitárias (figura 3), decorativas ou lúdicas que se tornam espelho da comunidade, fazendo parte da cultura do lugar.

Em muitas cidades, essa arte popular torna-se uma oferta complementar ao produto “turismo cultural”, contribuindo com o desenvolvimento sustentável de base local. Assume-se relevância nos meios urbanos, “como um produto turístico específico, cheio de particularidades e com grandes potencialidades” (SANTOS; SILVA, 2016, p. 216).

Figura 3. Oleiro trabalhando no torno na cidade de Marzagão (GO), arte que é uma componente turística para os visitantes dos destinos Caldas Novas e Rio Quente.



Fonte: Vieira Santos, J. C. (2016).

Conforme Santos (2006), pode-se afirmar que o reconhecimento da heterogeneidade cultural dá origem, do ponto de vista dos estudos geográficos, turísticos e econômicos, ao fato de formas particulares da cultura popular se relacionarem com especificidades de tempo e de lugar. Nesse caso, as potencialidades da abordagem cultural contribuem para enfatizar o significado dos lugares e o conceito de espaço vivido, algo feito a partir das experiências e descobertas pessoais e da dimensão simbólica da vida.

A partir disso, surgem estudos acerca dos lugares e territórios de artesãos, que destacam as representações inseridas nos processos e dinamismos que estão na gênese do turismo cultural. Aportando nessa vertente teórica, pode-se dizer que a cultura popular é constituída pelo conjunto mediador de

instrumentos (utensílios e demais materiais) e pelas normas que regem os diversos grupos sociais (ideias, artesanatos, crenças e costumes), advindos dos signos criados pelo homem (ZUIN; ZUIN, 2009).

Ao se considerar a cultura, seja ela simples ou complexa, estaremos sempre em presença de um vasto aparato material. Juntamente com o surgimento da cultura popular nasceram:

[...] as tradições, a fim de que ajudassem o homem a transmitir os saberes construídos historicamente. Tais tradições buscavam ainda preservar a história particular de uma família, de uma geração, de uma região e de um país. Desta forma, o homem também inventou as tradições, utilizando a história como amálgama para a interação e coesão social entre eles (ZUIN; ZUIN, 2009, p. 80).

Para os autores citados, o conceito de tradição está intimamente ligado à história de uma cultura. A tradição se manifesta por meio de valores, crenças e rituais transmitidos e conservados de geração em geração por meio de relações de ensino e aprendizagem. Como uma forma de perpetuar conceitos e experiências, o trabalho do artesão é uma tradição popular que deve ser analisada em seu contexto local, pois é um elemento constitutivo da cultura, paisagem e das relações de aprendizado em diferentes contextos, locais e regionais. De acordo com os interesses de órgãos públicos e privados, pode-se tornar uma componente cultural do turismo urbano e dos projetos sustentáveis.

No entanto, existe hoje uma cultura planetária que promove novas relações com o tempo, o passado e o território.

Essa cultura apela à experiência, a uma atração quase nostálgica, a uma identidade social e territorial; logo, “os territórios, adquirem novas dimensões, simbólicas e afetivas” (CRAVIDÃO, 2014, p. 59). Porém, no contexto espacial local, as cidades, as paisagens e os lugares abrigam diferentes trabalhos de artesãos que formam a cultura popular de base local e até mesmo regional. São caracterizados, em geral, por peças de barro de oleiros (figura 4), peças de madeira, cestarias, teares, etc.

Figura 4. Quadro feito pelos oleiros de Ráquiria nos Andes Colombiano. Criatividade de base local.



Fonte: Vieira Santos, J. C. (2014).

Diante disso, o turismo se coloca como um fenômeno civilizacional suportado por cultura, história, povos, língua, trabalho artesanal e por um sistema de símbolos e valores, mas que em suas contradições envolve a produção e o consumo. De fato, o turismo deve ser visto no âmbito de um paradigma

moderno “do patrimônio, da cultura” (COSTA; BRANDÃO; COSTA, 2014, p. 13).

Vale lembrar que o turismo cultural “[...] é todo turismo no qual o principal atrativo não é a natureza, mas um aspecto da cultura humana, que poderá ser a história, o cotidiano, o artesanato” (BARRETTO, 2007, p. 87). Medina e Santamarina (2004, p. 64), por exemplo, dizem que o turismo cultural “[...] es un puente de comunicación y entendimiento entre culturas y pueblos, un factor de comprensión directa de la diversidad cultural para las personas, visitantes y visitados”. Enquanto isso, Barretto (2007, p. 84) elucida que:

O turismo cultural surge como uma alternativa por tratar-se de um turismo de minorias, cujos protagonistas, que seriam turistas não institucionalizados, experimentais, experienciais e existenciais, são mais educados e respeitam o meio ambiente natural e cultural.

Nesse sentido, a obra de Fayos-Solà e Jafari (2009, p. 160) ajuda a compreender que o turismo cultural deve “[...] respetar la autenticidad sociocultural de las comunidades anfitrionas, conservar sus activos culturales, arquitectónicos y vivos y sus valores tradicionales, y contribuir al entendimiento y a la tolerancia interculturales”. Por conseguinte, as ligações entre turismo cultural e territórios, paisagens, região e lugares:

[...] parecem-nos particularmente importantes no tecido das práticas turístico-culturais da sociedade contemporânea. É neste sentido que as novas cumplicidades entre turista/visitante e o lugar representam, para a sociedade contemporânea, um elo

entre a tradição e a modernidade e, por isso, uma ligação em construção permanente (CRAVIDÃO, 2014, p. 60).

Conforme a obra citada vale salientar que o turismo cultural é um território de memórias, materiais e imateriais, além de uma teia de contradições. Para muitos, a viagem continua a ser um emaranhado de fronteiras entre o imaginário e o concreto, entre o real e a ficção, em que o lugar adquire cada vez mais um valor simbólico – nesse entremeio, o turismo cultural urbano ainda é um campo completamente aberto para discussões e abordagens científicas.

Diante dessa potencialidade espacial aberta ao turismo cultural são apontados outros olhares mais complexos que incluem a análise pautada na sustentabilidade sociocultural: “Las bases generadoras del turismo sostenible deben identificarse en pilares sólidos, que garanticen procesos continuados e integrales” (FAYOS-SOLÀ; JAFARI, 2009, p. 161).

Cunha (2001) inclui no turismo cultural as viagens provocadas pelo desejo de ver coisas novas, de aumentar os conhecimentos, conhecer as particularidades e os hábitos de outros povos, conhecer civilizações e culturas diferentes, do passado e do presente. Pode-se afirmar que a cultura popular foi, desde sempre, um dos mais importantes fatores de desenvolvimento do turismo que se torna cada vez mais acentuado.

Grande parte das viagens é realizada para destinos que dispõem de fatores culturais notáveis, tais como os locais históricos, monumentos, centros arqueológicos, centros de

peregrinação, concentrações de caráter étnico, arte oleira, entre outros. Alguns desses fatores podem ser criados artificialmente em qualquer parte (caso dos museus), mas outros estão profundamente ligados aos locais onde se desenvolveram (locais históricos ou centros arqueológicos, por exemplo), e há ainda aqueles que se relacionam à maneira de viver de cada povo, como os saberes tradicionais por meio de obras artesanais, com uma abordagem integrada à arte popular.

Dessa maneira, “a cultura e os bens culturais exercem uma forte atração podendo, por si sós, dar origem à criação de destinos turísticos” (CUNHA, 2001, p. 122). Nesse contexto, basta dizer simplesmente que, no início do século XXI, novos estudos sobre o turismo cultural mostram uma nova realidade a ser abordada, associando-a à nova classe média para ser conhecida como classe criativa, consumidora do turismo cultural criativo e sustentável.

De acordo com Ferreira (2014, p. 86), a classe criativa “contribui, de forma decisiva, quer para o surgimento das cidades, vilas e aldeias criativas, quer para o desenvolvimento do designado turismo criativo”. As características específicas desse segmento de mercado trouxeram para o centro do debate não só a problemática da co-criação – a qual perpassa atualmente, de modo transversal, muitas áreas do saber –, mas também a necessidade de valorizar a criatividade e a inovação como fatores críticos de desenvolvimento e agentes primordiais da distinção dos destinos turísticos.

A nova classe média valoriza os produtos de massa e os de cultura popular ou os de alta cultura, porque domina uma vasta gama de competências culturais desde os saberes que

exigem pouca ou nenhuma mediação até aos associados a um elevado grau de formalismo – essa nova classe emerge como a mais importante consumidora de turismo cultural (FERREIRA, 2014). Em algumas cidades surgiram bairros culturais e de entretenimento definidos como uma área geográfica que contém a maior:

[...] concentração de equipamentos culturais e de entretenimento – teatros, cinemas, estúdios, galerias de artes, salas de concertos, livrarias, cafés e restaurantes. Os projetos de regeneração urbana através da cultura e do turismo, favoráveis à formação dos bairros culturais, surgiram um pouco por toda a Europa, nos anos de 1990. Neste novo contexto, a cultura englobava a valorização das artes e indústrias culturais, o reconhecimento da diversidade cultural, do multiculturalismo, a que se associava o apreço pós-moderno pela imagem e pelo caráter simbólico dos locais (FERREIRA, 2014, p. 88).

De acordo com Santos e Silva (2016), uma das características mais marcantes da relação entre arte popular e criatividade está na experiência vivenciada pelo município de Loulé, no destino turístico internacional Algarve, em Portugal. Nessa cidade, as artes populares tornaram-se importantes em seus planos de desenvolvimento econômico e de emprego, uma novidade induzida pelo turismo cultural que incrementa não só a dimensão econômica, mas também a social e a cultural (figura 5). A arte criativa baseia-se:

[...] na experiência, participar, aprender (não observar apenas os ícones, ou alguém a pintar ícones, mas antes frequentar um curso sobre pintura de ícones no destino).
[...] o turismo criativo é a próxima geração do turismo

Essa arte popular criativa exige o envolvimento ativo no processo criativo, de modo a estabelecer um engajamento e uma troca com a população e a cultural local. Exige-se, pois, uma relação entre o processo criativo e o destino, ancorando-o na cultura, na criatividade e na identidade popular, além da co-criação entre visitantes e a população local. A experiência co-criativa, ao colocar o turista e o residente como cúmplices, facilita a interação harmônica entre ambos – Sem essa cumplicidade, não existe experiência criativa.

A experiência de desenvolvimento da arte popular criativa como uma componente de desenvolvimento do turismo cultural ajuda a diferenciar produtos do lugar, com base numa identidade de consumo, na sustentabilidade e inovação própria dos locais que desejam cultivar uma imagem de distinção e sofisticação. No cerne da atividade turística está a necessidade de criar uma oferta que corresponda aos estilos de vida dos consumidores, elementos apresentados na figura 5.

Para Ferreira (2014), no século XXI, a criatividade e a inovação ganharam uma importância fulcral para a competitividade global, posto que as políticas e estratégias urbanas para o desenvolvimento a partir da cultura e do turismo passaram a ser cada vez mais consideradas. De acordo com Richards (2011), o turismo é uma das principais operadoras de crescimento econômico no domínio da cultura e criatividade.

Portanto, a virada para a criatividade pode ser vista como uma das mais amplas instrumentalizações da cultura e da criatividade propriamente dita. Ela passou a ser seguida pelas cidades e regiões em busca de um crescimento sustentável, como uma estratégia de promoção da inovação e

desenvolvimento de habilidades populares individuais. Tais modificações podem se relacionar aos processos mais amplos da globalização, mercantilização e crescente concorrência entre cidades e regiões.

Observamos, na figura 5, o desenvolvimento do turismo cultural como um ambiente cada vez mais criativo e lúdico, no qual novas práticas podem ser desenvolvidas desafiando as representações atuais de espaço. O aumento da criatividade como um fenômeno individual e social tem sido estimulado por processos relacionados à produção e ao consumo (Richards, 2011).

No tocante ao artesanato e trabalho popular do artesão, é importante destacar que eles são uma manifestação cultural produzida por mãos criativas de diferentes sujeitos num contexto temporal, espacial e sustentável. A dialética tempo-espaço permite que esse saber fazer popular se modifique a partir do contexto social em que é vivenciado. O artesanato não é algo formado por uma linearidade cultural, pois em destinos turísticos urbanos ele supera a barreira do local e se estabelece pelo conjunto de ações que apropria dessa arte e o revela para a rede comercial inseridas no segmento turismo cultural.

Conteúdos, alterações e metamorfoses fazem com que a cultura desenvolvida pelo artesão, assim como suas manifestações simbólicas e modos de vida, se tornem parte do destino turístico – essa arte se comunica com o ambiente e os sujeitos de fora, (re)criando um sistema comercial. As trocas proporcionadas pelos movimentos comerciais de sujeitos locais e turistas geram movimentos que alteram (de modo mais ou menos visível) as práticas cotidianas no destino. Nesse

entremeio, o artesanato e o turismo cultural podem se ligar ao desenvolvimento de novos projetos públicos e privados, primando pela abordagem sustentável e cultural.

Considerações finais

Ao discutir a relação da arte popular urbana com criatividade, como uma componente do turismo cultural, uma lógica que marca este trabalho é estar ancorado nos saberes empíricos e científicos acumulados ao longo dos séculos, décadas e anos, com uma perspectiva dinâmica de adaptar antigas técnicas e artefatos às necessidades atuais.

É preciso ressaltar, ainda, que a perda dos saberes e fazeres populares acumulados ao longo dos anos – nomeadamente as artes criativas dos artesãos que não têm sido transmitidas às novas gerações – é um risco que permanece e afeta todas as zonas urbanas e rurais, especialmente de destinos turísticos. A aliança dos saberes populares locais sobre materiais e técnicas de produção de artefatos e o *design*, criando novos produtos com valor comercial acrescido e que contribuam para afirmar a atividade artesanal como uma profissão do futuro, é a ideia-chave de projetos existentes em países europeus e mais recentemente na América do Sul.

Desse modo, o turismo criativo e cultural surge como alternativa ao turismo massificado, apostando numa oferta diferenciada e sustentável, pois o turismo cultural é um importante motor desse processo, com o desenvolvimento de ambientes de experiências específicas e a re-embalagem de uma

gama de serviços turísticos com “experiências”. Afirmar-se que o desenvolvimento do turismo cultural, tendo como componente a arte criativa popular urbana, permite que o contato entre morador e visitante exista e, para além de salvaguardar o artesanato como arte criativa, é necessário que as políticas públicas locais saibam articular as dimensões econômica, sustentável e turística.

As discussões que abordam a arte popular criativa como uma componente do desenvolvimento integrado do turismo cultural em destinos turísticos, especificando o urbano, mostraram que, para a sua realização e concretização, são fundamentais a intervenção e participação do setor público. Esse agente desempenha um papel central na dinâmica do turismo cultural, a partir da criação e disponibilização de infraestruturas básicas e equipamentos de suporte, bem como nas parcerias desenvolvidas com o setor privado.

Essa nova realidade propõe colocar os turistas em consonância com o gosto e a intuição do artista nato, cuja aprendizagem se dá por meio de cursos e oficinas, fortalecendo a internacionalização de uma cultura de base local. Para os autores citados neste capítulo, os visitantes que se deslocam em busca de conhecimento cultural estão cada vez mais interessados em fazer coisas práticas. Esses sujeitos oriundos de outros territórios, interessados em cultura, também buscam aprender com aqueles que são do lugar e vêm nesses encontros a possibilidade de uma nova experiência, levando para os lugares de origem alguma arte consigo, para se tornarem um praticante e consumidor do turismo cultural.

Referências

BARRETTO, M. **Cultura e turismo:** discussões contemporâneas. Campinas: Papirus, 2007.

CORIOLANO, L. N. M. T. **Arranjos produtivos locais do turismo comunitário:** atores e cenários em mudanças. Fortaleza: EDUECE, 2009.

COSTA, C.; BRANDÃO, F. COSTA, R.; BREDÁ, Z. **Turismo nos países lusófonos:** conhecimento, estratégia e territórios. Lisboa: Escolar, 2014.

CRAVIDÃO, F. Velho(s) território(s): novo(s) turismo(s). In: COSTA, C.; BRANDÃO, F.; COSTA, R.; BREDÁ, Z. **Turismo nos países lusófonos:** conhecimento, estratégia e territórios. Lisboa: Escolar, 2014. p. 59-69.

CUNHA, L. **Introdução ao turismo.** Lisboa: Editorial Verbo, 2001.

FAYOS-SOLÀ, E.; JAFARI, J. **Cambio climático y turismo:** realidad y ficción. Valencia: Publicaciones de la Universidad de Valencia, 2009.

FERREIRA, A. M. Turismo como fato de regeneração e desenvolvimento de meios urbanos e rurais: do turismo cultural ao turismo criativo. In: COSTA, C.; BRANDÃO, F.; COSTA, R.; BREDÁ, Z. **Turismo nos países lusófonos:** conhecimento, estratégia e territórios. Lisboa: Escolar, 2014.

LEFEBVRE, H. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Ática, 1991.

MEDINA, N.; SANTAMARINA, J. **Turismo de natureza en Cuba**. Havana: Unión, 2004.

RICHARDS, G. W. Creativity and tourism: the state of the art. **Proceedings of Tourism Research**, v. 38, n. 4, p. 1225-1253, 2011.

SANTOS, J. C. V.; SILVA, D. C. B. Engenho urbano: reflexões sobre o caso Riverlândia (Goiás). **Revista Tocantinense de Geografia**, v. 5, n. 7, p. 105-119, jul. 2016.

SANTOS, J. C.; SILVA, J. A. Arte popular criativa e turismo cultural na cidade de Loulé (Algarve/Portugal). **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 212-232, ago. 2016.

SANTOS, J. C.; SILVA, J. A.. A arte da olaria no turismo da região Algarve, Portugal. **Revista Turismo – Visão e Ação**, v. 17, n. 3, p. 658-690, dez. 2015.

SANTOS, M. G. M. P. **Espiritualidade, turismo e território**. Estoril: Principia, 2006.

SANTOS, R. M. **Histórico do Concelho de Lagoa**. Lisboa: Colibri Artes Gráficas, 2011.

ZUIN, P. B.; ZUIN, F. S. **Tradição e alimentação**. Aparecida: Ideias & Letras, 2009.

SOBRE OS AUTORES E AS AUTORAS

Idelvone Mendes Ferreira

¹Doutor em Geografia, Professor Associado do Instituto de Geografia – Universidade Federal de Catalão - UFCAT.
Programa de Pós-Graduação em Geografia-UFCAT.
Coordenador do Núcleo de Estudos e Pesquisas Socioambientais
– NEPSA-RC/UFG/CNPq.

E-mail: idelvoneufg@gmail.com

Estevane de Paula Pontes Mendes

¹Doutor em Geografia, Professor Associado do Instituto de Geografia – Universidade Federal de Catalão - UFCAT.
Programa de Pós-Graduação em Geografia-UFCAT.
Coordenador do Núcleo de Estudos e Pesquisas Socioambientais
– NEPSA-RC/UFG/CNPq.

E-mail: idelvoneufg@gmail.com

Vitor Hugo Ribeiro

Doutor em Geografia e Professor da Secretaria de Estado de Educação do Mato Grosso, SEDUC - MT, e da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade - CNEC.

E-mail: vitor.vhr@hotmail.com

Marcio Roberto Ghizzo

Doutor em Geografia, professor do Departamento Acadêmico de Humanidades (DAHUM) da Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR.

E-mail: marcioghizzo@gmail.com

Shirley de Castro Gomes

Licenciada em Geografia, Universidade Estadual de Goiás.

E-mail: shirleycastro9618@gmail.com

José Carlos de Souza

Docente dos Programas de Graduação e Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual de Goiás.

E-mail: jose.souza@ueg.br

Vandervilson Alves Carneiro

Docente dos Programas de Graduação em Química Licenciatura e Química Industrial e Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual de Goiás.

E-mail: vandervilson.carneiro@ueg.br

Rafaela Cristina Souza

Mestra em Ciências Sociais e Humanidades.

E-mail: rafaelaproj@gmail.com

Adriana Aparecida Silva

Docente do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu
“Territórios e Expressões Culturais do Cerrado”, Universidade
Estadual de Goiás.

E-mail: ueg.adriana@gmail.com

Edevaldo Aparecido Souza

Docente dos Programas de Graduação e Pós-Graduação em
Geografia, Universidade Estadual de Goiás.

E-mail: ediueg@gmail.com

José Novais de Jesus

Docente do Programa de Graduação em Geografia,
Universidade Estadual de Goiás.

E-mail: novaisdejesus@yahoo.com.br

Pollyany Pereira Martins

Professora no ensino básico e superior no Estado de Mato Grosso, licenciada em Geografia pela Universidade Estadual de Goiás e Mestra em Geografia pela Universidade Federal de Goiás.

E-mail: martinsgeo@yahoo.com.br

Maurício José Morais Costa

Mestre em Cultura e Sociedade. Especializando em Design Instrucional. Bacharel em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Maranhão. Docente do Centro Universitário Unidade de Ensino Superior Dom Bosco (UNDB). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Patrimônio Cultural e Grupo de Estudos e Pesquisas na Análise de Materiais Publicados, de Divulgação da Ciência, em Mídia Digital ou Impressa (GEP-DCMIDI).

E-mail: mauricio.jmc@outlook.com.

Kláutenys Dellene Guedes Cutrim

Doutora e Linguística e Língua Portuguesa (UNESP). Mestre em História (UFPE). Docente Permanente do Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade e do Departamento de Turismo e Hotelaria da Universidade Federal do Maranhão. Líder do Grupo de Estudo e Pesquisas sobre Patrimônio Cultural.

E-mail: kdguedes@gmail.com

Keli Siqueira Ruas

Doutora em Geografia (UFRGS) e docente da Rede Municipal de Ensino, Canguçu / RS.

E-mail: kel.ruas@gmail.com

Jean Carlos Vieira Santos

Professor dos cursos de Graduação e Tecnologia da UEG - Caldas Novas e dos Mestrados Territórios e Expressões Culturais no Cerrado (TECCER/UEG/Anápolis) e Geografia (PPGEO/UEG Cora Coralina – Goiás). Pós-doutor em Turismo pela Universidade do Algarve e Doutorado em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia/MG.

E-mail: jean.vieira@ueg.br

